

MEMÓRIA E IDENTIDADE
DOS MORADORES DO
**MORRO DO TIMBAU E
PARQUE PROLETÁRIO
DA MARÉ**



**MEMÓRIA E IDENTIDADE
DOS MORADORES DO MORRO DO TIMBAU
E PARQUE PROLETÁRIO DA MARÉ**



2013_ **Redes de Desenvolvimento da Maré**

Todos os direitos desta edição reservados.

DIRETORIA DA REDES DA MARÉ

Andréia Martins
Edson Diniz
Eliana Sousa
Helena Edir
Patrícia Vianna

**EQUIPE DO NÚCLEO DE MEMÓRIA
E IDENTIDADE DA MARÉ**

COORDENAÇÃO GERAL

Edson Diniz
Marcelo Belfort
Paula Ribeiro

EQUIPE DE PESQUISADORES

COORDENAÇÃO

Higor Antônio da Silva
Marcelo Lima dos Santos

PESQUISADORES

Aline Almeida
Gilson Jorge
Kelly Santos
Rafaela Carvalho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórcula Oficina de Ideias

REVISÃO

Suzana Barbosa

FOTO DA CAPA

Rosilene Miliotti

Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré / [Organizado por:] Diniz, Edson; Belfort, Marcelo Castro; Ribeiro, Paula – Rio de Janeiro: Editora Redes da Maré, 2013.

192 p.: il.

ISBN 978-85-61382-04-9

1. Memória 2. Complexo da Maré 3. Favela I- Diniz, Edson II- Marcelo Castro III- Ribeiro, Paula

AUTORES

EDSON DINIZ

MARCELO CASTRO BELFORT

PAULA RIBEIRO

MEMÓRIA E IDENTIDADE
DOS MORADORES DO
**MORRO DO TIMBAU E
PARQUE PROLETÁRIO
DA MARÉ**


Redes de Desenvolvimento da Maré

Rio de Janeiro_2013

Prefácio

Existem muitas formas de se contar a história de uma cidade. Este livro não conta a história do Rio de Janeiro a partir das grandes estruturas sociais para chegar a aspectos prosaicos da vida urbana. Ao contrário, parte de experiências locais para colocar em evidência o processo de construção social da cidade. O resultado revela aspectos pouco conhecidos do passado do Rio de Janeiro, afinal, não são muitas as tentativas, como a desta obra, de se contar a história urbana a partir da memória de seus moradores e, mais raro ainda, tratar a história da cidade maravilhosa a partir da história das favelas. Só isso já vale a leitura, pois as favelas cariocas são sempre localizadas no imaginário urbano, mas poucas vezes são tratadas tal como são vividas.

Tanto já se escreveu sobre o Rio de Janeiro que parece impossível dizer algo de novo. No entanto, as páginas deste livro demonstram que há muito ainda para interrogar sobre a história carioca. A leitura conduz à descoberta da história do Morro do Timbau e do Parque Maré, duas comunidades do bairro da Maré, que também se define como complexo de 16 favelas e que se estende ao longo da Avenida Brasil entre os bairros do Caju e Ramos, na Zona Norte carioca. Todos que circulam na cidade conhecem de vista as áreas em que as histórias aqui contadas se desenrolam. Mas, apesar da proximidade, praticamente apenas os moradores conhecem de fato essas áreas



urbanas envolvidas no estigma social. A opção por tratar duas comunidades associadas na atualidade da vida urbana – mas que se constituíram em épocas tão distintas e por processos tão diferenciados – foi muito feliz, porque ilumina um universo variado de fatos do Rio de Janeiro. O mais importante, porém, é que essa opção permite olhá-lo reconhecendo dimensões diferentes do seu passado. Não é só a cidade que aparece na sua multiplicidade a partir das relações com a favela. O Morro do Timbau e o Parque Maré possuem histórias tão diferentes que fica claro que o conceito de favela só pode ser conjugado no plural. Isso certamente conduz a uma revisão do senso comum sobre as favelas que ainda persiste.

A história das favelas vem se afirmando a cada dia mais como um campo de inovação dos estudos da história carioca. Desde a publicação, em 1981, do livro “As lutas do povo do Borel”¹ – que registra as memórias de Manoel Gomes, uma antiga liderança comunitária de um dos morros mais conhecidos da Grande Tijuca –, a história das favelas do Rio de Janeiro começou a ser contada dando voz à gente comum da cidade. É o ponto de vista do trabalhador, do morador, do movimento social que se enfatiza e se contrapõe à perspectiva do governo ou do Estado. De lá para cá, muitas iniciativas foram desenvolvidas para tratar a história das favelas, fazendo dos moradores

1. GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

da cidade os protagonistas da história urbana. Sem dúvida, contribui para isso o fato de que a história das favelas nem sempre se apresenta em fontes históricas tradicionais ou nos arquivos públicos. Essa explicação, porém, não é suficiente. Decisivo, certamente, é o fato de que tomar a favela como objeto da história exige abordar o passado da cidade de um outro ponto de vista, impõe um outro modo de pensar e tratar o passado.

Assim, a estratégia da pesquisa desenvolvida neste livro parte do inventário de lembranças para dar voz aos habitantes da cidade e caracterizar o cotidiano, revelando a história da agora metrópole carioca ao interrogar a memória urbana. A história oral e as fontes visuais demonstram seu potencial para conduzir ao estudo do passado e de suas representações. A imprensa como fonte histórica permite ainda identificar a construção de outras representações sobre as favelas, que são caracterizadas como “olhar de fora” por não serem produzidas por seus moradores. A contraposição de representações contribui para caracterizar o mundo urbano pela variedade de atores coletivos, cabendo à pesquisa histórica contrastá-los para tratar a cidade como processo social dinâmico. A inovação traduz não apenas a ideia de abordar o passado do ponto de vista da gente comum da cidade, mas igualmente o sentido de valorizar a história como experiência humana, fazendo da vivência matéria de reflexão. Diante disso, não há como deixar de constatar que a história das favelas cariocas surpreende ao promover a inovação na pesquisa sobre a história urbana.

Essa inovação, porém, não se resume a novas estratégias de pesquisa e renovação de fontes históricas. Há também um outro lugar social de escrita da história que cabe apontar. Várias pesquisas sobre a história de favelas têm sido desenvolvidas no âmbito do movimento associativo comunitário de luta pela promoção da qualidade de vida nessas áreas urbanas cariocas. Compreende-se, assim, como este livro é o produto do trabalho coletivo de colegas que se reúnem em torno do Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM), da REDES da Maré,

sendo a segunda publicação de uma série. Nesse contexto, a pesquisa histórica se afirma como instrumento de ação social, assumindo o caráter de uma História Pública, como mais recentemente tem sido caracterizado esse tipo de trabalho histórico. O que interessa sublinhar é como o estudo da história e a valorização da memória comunitária se situam no lugar social da luta pela afirmação do direito à cidade.

Não há dúvida de que, a partir de livros como este, o conhecimento sobre a cidade do Rio de Janeiro se enriquece, indo além da história das grandes avenidas de arquitetura rica e de gente distinguida, para alcançar espaços urbanos pouco lembrados ou que na experiência urbana são tornados invisíveis, mesmo estando expostos cotidianamente aos olhos de todos. Livros como o presente trazem uma contribuição social valiosa ao fazerem com que a história urbana seja capaz de abarcar a cidade por inteiro, do asfalto ao morro, da floresta ao mangue. Ao se situar na historiografia urbana, a favela se insere ainda mais na cidade. A partir dessa perspectiva, aprofunda-se o compromisso da cidade com as favelas. O reconhecimento do passado, portanto, deve ser encarado como uma condição para afirmar que as favelas são parte do futuro da cidade e que no presente não se pode deixar de incorporá-las aos projetos de desenvolvimento urbano. A história legitima a luta para que a cidade não sustente a exclusão social e contribui para afirmar que falar da favela é tratar da própria cidade. Nesse sentido, a difusão da história das favelas, além de promover o maior conhecimento da história da cidade, significa pôr em prática um projeto de futuro para toda a cidade e que promova sua integração. Por isso, livros como este são tão necessários aos cariocas.

Paulo Knauss

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO E DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



A **REDES** de
Desenvolvimento
da Maré

A criação da Redes de Desenvolvimento da Maré materializou um longo processo de ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas nas comunidades da Maré. Essas iniciativas foram realizadas por um grupo de pessoas que atuou historicamente em suas organizações de outros espaços da cidade.

A trajetória social e profissional desse coletivo é caracterizada pela atuação nos campos da Educação, Cultura e Arte, Segurança Pública, Comunicação e Desenvolvimento Territorial em diferentes espaços populares. Assim, o foco central da ação da instituição é realizar projetos dedicados a interferir na trajetória pessoal e coletiva dos moradores dos espaços populares do Rio de Janeiro, em especial a Maré.

Assim, a REDES da Maré nasceu com a missão de pensar o espaço da Maré em uma perspectiva de longo prazo e em escala global. Seu eixo conceitual é o Desenvolvimento Integrado do espaço local. Ele se materializa na compreensão de que os cidadãos, de formas múltiplas, constituem instituições locais e redes de variadas ordens, com níveis diferenciados de vinculação ao campo da cidadania. As instituições locais aqui consideradas são formas vivas de articulação dos atores locais, podendo ser formais ou não e envolvendo todos os tipos de ação coletiva. Logo, a construção de projetos que impactam a realidade da Maré passa necessariamente pelo fortalecimento das redes for-

madadas ao longo dos últimos anos e pela construção de outras. Essas mediações estruturantes criam as condições devidas para a formação de agentes e estruturas sociais capazes de interferir na lógica da Maré e, no processo, na organização da cidade.

Dessa forma, a REDES da Maré tem como estratégia central identificar as redes e instituições cidadãs, avaliar suas ações e potencialidades e buscar desenvolver com as organizações que estão preparadas e abertas para essa parceria ações institucionais estruturantes, integradas e regulares. Ações essas que permitam a melhoria progressiva da qualidade de vida do conjunto dos moradores da Maré, de forma tal que seja possível contribuir para que o território local atinja os Indicadores de Qualidade de Vida semelhantes à média da cidade do Rio de Janeiro.

Para isso, a REDES da Maré consolidou ao longo do tempo parcerias com instituições estatais, da iniciativa privada, comunitárias e não governamentais a fim de realizar projetos que transformem o espaço local. No plano macro da cidade, a instituição tem como um de seus pressupostos fundantes a necessidade de se construir outro entendimento sobre os espaços populares que passa necessariamente pela negação da lógica da “cidade partida” e do discurso da “ausência”, que caracterizam a maior parte das análises sobre as favelas cariocas. Isso significa romper com os estigmas e estereótipos que marcam de forma negativa os moradores dos espaços populares. Os estigmas dificultam a vida cotidiana em variados níveis, desde a relação com a escola dos filhos até a colocação no mercado de trabalho. Além disso, eles impedem que os cidadãos das favelas se reconheçam plenamente como cidadãos da *polis*, rebaixam sua autoestima e, pior de tudo, permitem a valoração diferenciada da vida dos moradores desses espaços em relação ao conjunto da cidade.

Para confrontar esses estigmas e abrir novas possibilidades existenciais aos moradores da Maré, a instituição desenvolve uma série de projetos em que a perspectiva é criar condições para que as pessoas possam se qualificar melhor e ampliar seu tempo-espço. Por isso, ações – como o curso Pré-Vestibular Comunitário, oficinas de teatro, dança, música e artes visuais, cursos preparatórios para escolas técnicas, cursos de informática, biblioteca comunitária, núcleo de memória e cursos de idiomas – têm ajudado muitos moradores da Maré a superar uma série de barreiras educacionais e culturais.

Acreditamos que dessa forma poderemos, como instituição e cidadãos, construir uma intervenção prolongada, abrangente e profunda na Maré, que permita a transformação efetiva de sua estrutura social, econômica e ambiental.

Apresentação

O livro que ora apresentamos é fruto de uma pesquisa sobre a memória de um grupo de moradores do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré, favelas que compõem o bairro da Maré, localizado na região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi realizada pela Redes de Desenvolvimento da Maré através de seu Núcleo de Memória e Identidade (NUMIM), com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

Foram tratadas questões relativas à memória, à história e à identidade dos moradores e também traçou-se um quadro mais geral sobre o desenvolvimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho contou com a participação de jovens estudantes (alguns já cursando a universidade) da própria Maré, que fazem parte da equipe do NUMIM. Esse, aliás, é um ponto fundamental, pois juntamente com o objetivo de registrar a memória coletiva local houve também a preocupação de formar e qualificar moradores, sobretudo os mais jovens, no campo da pesquisa histórica, para que eles desenvolvessem autonomia suficiente para fazer novos trabalhos nessa área.



Cabe destacar ainda que o presente livro é o segundo de uma série que apresentará a história e a memória dos moradores de todas as 16 favelas da Maré – o primeiro livro retratou a memória dos moradores da Nova Holanda. Assim, é nosso desejo construir a série “Tecendo Redes de Histórias da Maré” e, a partir dela, contribuir para compor um quadro histórico mais amplo da formação desse conjunto de favelas.

Por outro lado, ao tratarmos da história da Maré e da memória de seus moradores, temos no horizonte o entendimento da própria história da cidade do Rio de Janeiro, pois quando as favelas se integram a essa história, como é o caso da Maré e suas comunidades, reconhecemos a cidade como um todo. E a cidade precisa ser uma só: precisa reconhecer a diversidade de seus espaços, histórias e identidades como algo positivo, como uma característica que a torna mais bela, melhor de se viver e que marca de forma indelével a alma carioca. A história da favela é a história do Rio de Janeiro.





SUMÁRIO

16 // INTRODUÇÃO

22 // A CONSTRUÇÃO DO MORRO DO TIMBAU

Desigualdade e segregação socioespacial	23
A Maré	24
O Morro do Timbau	25
Núcleo Praia de Inhaúma	30
A formação da Favelinha de Inhaúma ("Rala Coco") e o surgimento do Núcleo do Morro do Timbau	39

64 // DEPOIMENTOS DE MORADORES DO MORRO DO TIMBAU: VIDA E TRANSFORMAÇÃO

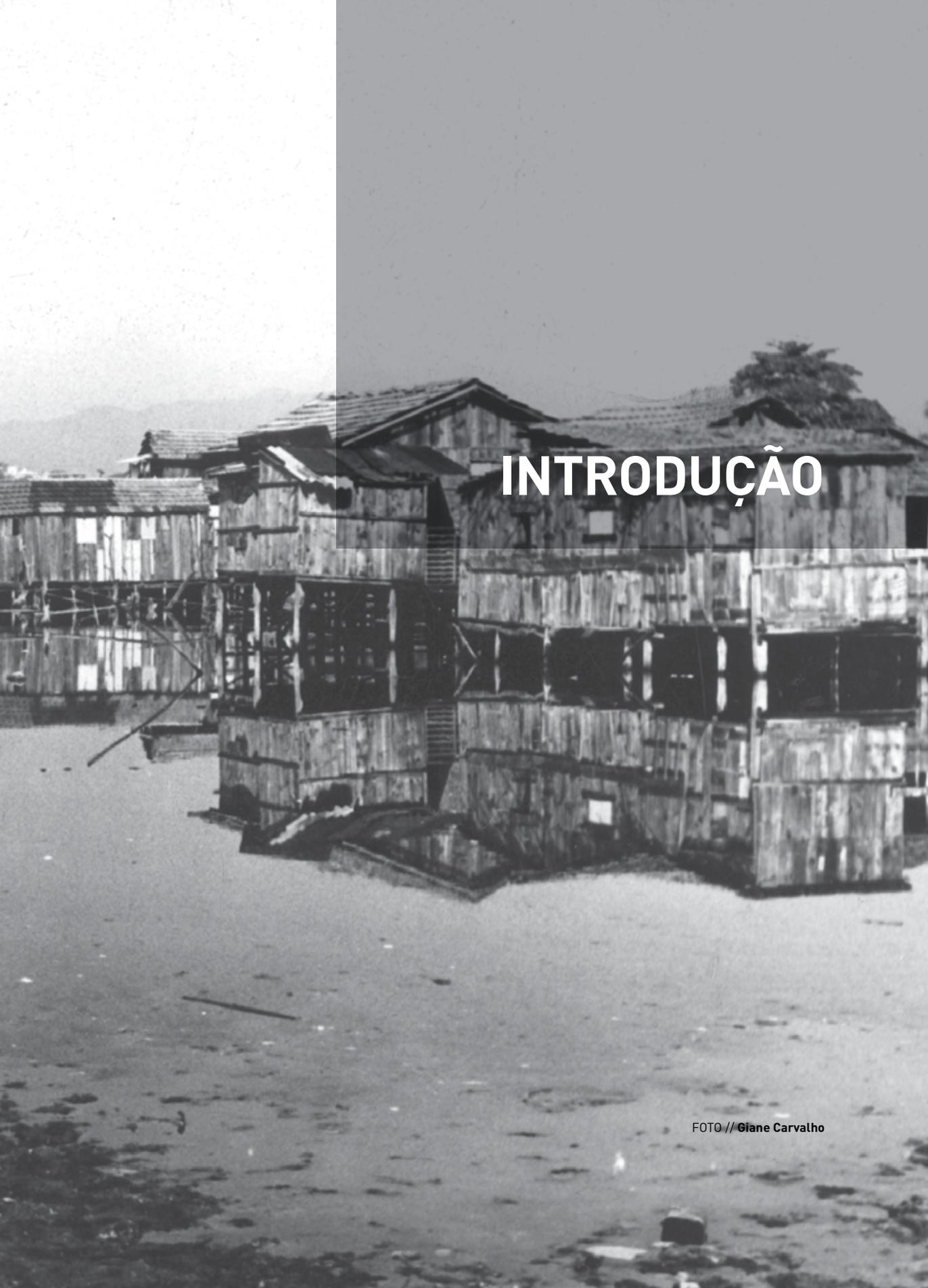
112 // PARQUE PROLETÁRIO DA MARÉ

O que fazer com o litoral da Enseada de Inhaúma?	113
Formação do Núcleo de ocupação do Parque Proletário da Maré	116

124 // DEPOIMENTOS DE MORADORES DO PARQUE PROLETÁRIO DA MARÉ: VIDA E TRANSFORMAÇÃO

172 // CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIOGRAFIA DOS PESQUISADORES DO NUMIM	179
BIBLIOGRAFIA	187



INTRODUÇÃO

FOTO // **Giane Carvalho**



O livro que o Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM) ora apresenta dá continuidade à série “Tecendo REDES de Histórias da Maré”, cujo objetivo é registrar, preservar e divulgar a memória dos moradores que ajudaram a construir o maior conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a Maré.

Assim, este segundo livro da série é fruto de uma pesquisa que teve como fonte principal os depoimentos orais de moradores da Maré, mais especificamente de pessoas que ajudaram a fundar duas de suas favelas mais antigas: o Morro do Timbau e o Parque Proletário da Maré.

A história oral, mais uma vez, foi a metodologia privilegiada para contar as muitas narrativas que aparecem nos capítulos seguintes e que se somam para formar a história de cada uma das favelas citadas acima. Optamos ainda por utilizar documentos textuais e iconográficos, de acervos públicos e privados, pois eles nos forneceram informações valiosas que ajudam a compor um quadro mais complexo e rico acerca da história desses espaços.

Nesse sentido, os jornais da época ganham destaque por terem registrado o aparecimento das favelas e, ao mesmo tempo, por serem meios privilegiados de um determinado olhar da sociedade carioca sobre tais agrupamentos que se formavam e se consolidavam no Rio de Janeiro. São eles ainda que registram muitos momentos em que os moradores das duas favelas empreendem suas lutas contra as ameaças de remoção por parte do Estado e da especulação imobiliária empreendida por agentes privados.

Procuramos com esse recurso captar o “olhar de fora”, quando jornalistas e outros agentes sociais passam a observar mais de perto as favelas e seu crescimento. Isso foi importante, pois permitiu um exame mais detalhado a respeito das representações que foram criadas e se consolidaram no imaginário da época sobre as favelas e seus moradores. Muitas dessas representações, é preciso que se diga, permanecem sólidas ainda hoje.

É importante demarcar ainda o período que a pesquisa abordará. Trataremos aqui das décadas iniciais da fundação das favelas e por isso, alguns poderão estranhar o fato de não tratarmos de temas considerados relevantes na atualidade. Questões, como a violência dos grupos armados, não se destacaram neste trabalho, porque essa, em particular, é uma situação que se agravou num período posterior ao de nossa pesquisa (a partir da década de 1980).

Contudo, o NUMIM não se furará a tratar de temas fundamentais como esse. Seguramente, a questão da violência e outras questões igualmente importantes serão tema de trabalhos futuros. De todo modo, a REDES da Maré tem produzido algumas reflexões sobre esse tema a partir de outros projetos e ações desenvolvidos ao longo do tempo¹.

É preciso registrar também que alguns dos conhecimentos históricos que tínhamos até aqui sobre a história do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré precisaram ser repensados à luz da produção de novas fontes. O resultado foi o de que algumas afirmações feitas ao longo do tempo puderam ser reexaminadas, tais como: a de que a entrada das primeiras famílias a ocuparem a área da Maré teria sido tranquila e sem conflitos, já que era um lugar que ninguém queria; a de que a ocupação da Maré só se iniciou nos anos 1940; ou, ainda, a de que os moradores se deixaram manobrar pelos políticos de maneira passiva e apenas reproduziram as práticas clientelistas e paternalistas.

É preciso ainda, nestas primeiras palavras, explicar a escolha do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré como os territórios investigados deste novo trabalho. Ela se deu a partir de três premissas básicas: a primeira, de que essas são duas das mais antigas favelas da Maré e, por isso, observar a formação de ambas permite-nos entender a lógica de ocupação do espaço; a segunda é a constatação de que, apesar da proximidade territorial e do constante contato entre os primeiros moradores, essas favelas têm um desenvolvimento diferente entre si; e, por fim, temos a clareza de que compreender esse processo é particularmente importante, pois ajuda a derrubar a ideia, ainda hoje muito difundida, de que todas as favelas são iguais.

Desse modo, ao reconstruirmos a memória dos moradores do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré, pudemos constatar que, além de existirem momentos de ocupação distintos, bem como formas diferentes de construção do espaço, também temos histórias que nos mostram de maneira indelével o quanto esses espaços foram definidos através das lutas coletivas. Aliás, essa é uma marca que acompanha a fundação das favelas de uma maneira geral e, em

“ [...] ao reconstruirmos a memória dos moradores do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré, pudemos constatar que, além de existirem momentos de ocupação distintos, bem como formas diferentes de construção do espaço, também temos histórias que nos mostram de maneira indelével o quanto esses espaços foram definidos através das lutas coletivas.”

particular, a Maré: os moradores se organizam para construir e defender o seu chão. A importância de reconhecer esse fenômeno é que podemos compreender como o movimento de organização e mobilização criou e sustentou as identidades dos fundadores desses espaços.

No Timbau, por exemplo, a conformação humana se inicia a partir da enseada de uma praia de águas claras e limpas, onde a atividade pesqueira – existia ainda um porto onde pequenas embarcações ancoravam – se desenvolve ao lado da atividade econômica de uma pedreira que ainda hoje se pode observar na região. Mais tarde, dá-se uma segunda ocupação, com uma nova leva de pessoas que então procura o solo elevado e seco.

Já o Parque Proletário da Maré é erguido sobre a Baía de Guanabara, às margens da recém-inaugurada Avenida Brasil. Os desafios aí colocados são diferentes e vencidos a partir de estratégias de mobilização coletiva próprias, o que, por sua vez, afirma a criatividade, a inventividade e a perseverança como marcas daqueles primeiros moradores. Eles, para se estabelecerem, criaram o seu próprio chão e o defenderam das intempéries naturais e das ameaças humanas.

Outro fato importante se dá com relação à presença do Estado e às relações que mantinha com os primeiros moradores da Maré. Um exemplo significativo foi a atuação do Exército no Morro do Timbau. Quando apresentarmos a constituição dessa favela, poderemos avaliar com mais cuidado

o impacto que os militares tiveram sobre sua configuração e conformação. Já no Parque Proletário da Maré, tivemos decisões judiciais que chegaram a amparar a completa remoção de seus primeiros moradores.

Essa é uma marca recorrente na formação da Maré: o poder público sempre se faz presente, ao contrário do que pensa o senso comum quando fala em total ausência do Estado nas favelas. O que se pode discutir é sobre que tipo de presença e que tipo de ação esse Estado desenvolveu ao longo do tempo. Podemos, no entanto, adiantar que fica latente, a partir dos depoimentos dos primeiros moradores, que havia uma relação complexa marcada ora pelo autoritarismo, ora pelo paternalismo.

A importância de divulgar a memória dos moradores do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré reside justamente na possibilidade de ampliar o nosso entendimento sobre o passado da Maré e do movimento que engendrou sua construção, tendo como pano de fundo as relações com o Estado, com a sociedade civil e com o mercado. Relações essas marcadas pela tensão e atravessadas pelos sentimentos de medo, angústia e, muitas vezes, esperança.

Realizar o movimento de reconstrução da memória e, por conseguinte, da própria identidade de moradores de favelas é fundamental para uma cidade como o Rio de Janeiro. Cidade onde ainda temos, mesmo que a despeito da proximidade física entre as favelas e os outros espaços, um verdadeiro abismo social e econômico separando as pessoas e os territórios.

Por isso, para avançarmos em direção a uma sociedade menos desigual e mais democrática, precisamos reconhecer que os moradores das favelas têm suas memórias e que elas são parte importante da história da cidade. É necessário afirmar a legitimidade e o direito que esses moradores têm de preservar e difundir suas memórias. Só assim podemos pensar novas formas de sociabilidade e de intervenção nas desigualdades que hoje ainda marcam o Rio de Janeiro.

Nesse sentido, para apresentar essa história e contribuir para a pluralidade e o reconhecimento das favelas como parte fundamental da cidade, o NUMIM e seus pesquisadores produzem a série “Tecendo REDES de Histórias da Maré”.

Assim, o livro sobre a história do Morro do Timbau e do Parque Proletário da Maré está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos a história da ocupação do Morro do Timbau a partir de diferentes fontes de pesquisa, como depoimentos orais e imprensa da época abordada; no capítulo dois, apresentamos depoimentos de alguns antigos moradores dessa favela. Eles

narram suas origens, suas experiências pessoais e profissionais e a relação com a construção do Morro do Timbau. No capítulo três, apresentamos a história da formação do Parque Proletário da Maré também a partir das fontes orais e da documentação da época. No capítulo quatro, temos os depoimentos de moradores que viveram os primeiros anos de construção do Parque Proletário da Maré. Ao final, temos a conclusão, que procura sistematizar os fios das tramas narradas ao longo do trabalho.

Vale ressaltar que cada entrevista realizada resultou em mais de 30 páginas de transcrição. Tivemos que fazer uma edição dos depoimentos. Por isso, o que apresentamos neste livro consiste nas passagens que consideramos mais significativas e que esclarecem principalmente aspectos relacionados à chegada das pessoas na Maré e à relação que mantiveram com esse espaço. No entanto, o material na íntegra pode ser consultado no acervo do Núcleo de Memória.

Assim como a Maré, os depoimentos que se seguem vão e vêm ao longo do tempo e adotam sua própria ordem. Portanto, amigo leitor, aproveite as idas e vindas das memórias aqui apresentadas e conheça as histórias repletas de poesia, cheias de drama, alegria e esperança daqueles que construíram a Maré.

NOTA

1. Um exemplo é o livro de Eliana Sousa, diretora da REDES. SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

FOTO // DAD/FIOCRUZ



01 //
A CONSTRUÇÃO DO
MORRO DO TIMBAU



DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

No livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda”¹, que abriu esta coleção, constatamos, a partir do apontamento de alguns dados de domínio público, o enorme contraste que caracteriza a sociedade atual.

Com o auxílio de alguns autores, tecemos uma compreensão geral a respeito das causas desse contraste. Observamos que ele é fruto de um processo de precarização, periferização e mesmo exclusão de grandes parcelas da população devido a um macroprocesso ligado à própria dinâmica do capitalismo, hoje em sua fase neoliberal.

Entretanto, não nos restringimos a essa compreensão geral e procuramos examinar as especificidades históricas que, no Rio de Janeiro, deram origem a regiões como a Maré. Nesse exame, situamos o início do processo segregacionista na segunda metade do século XIX, quando obstáculos físicos, como o mangue de São Diogo, e obstáculos logísticos, como a distância em relação às freguesias rurais, começaram a ser superados. Também constatamos ser desse período a aceleração do crescimento demográfico da população na cidade, fator que gerou uma crise habitacional crônica e exerceu importante influência sobre o fenômeno estudado.

Outro fator importante foi a precariedade dos empregos, já que a baixa qualificação da crescente população em um cenário em que não havia uma economia industrial forte dificultava a obtenção de emprego fixo e obrigava todos a procurar trabalho diariamente no comércio ou no setor de serviços no centro de negócios.

A essa precariedade somaram-se outras ligadas aos graves problemas urbanos da cidade, como a rede insuficiente de água e esgoto, a coleta de lixo deficitária e os cortiços superpovoados. Tudo isso tornava o ambiente metropolitano favorável à proliferação de

epidemia e doenças. Essa condição atraiu a atenção e a crítica da sociedade carioca – crítica esta que não se limitou ao aspecto sanitário. Ela se estendeu ao aspecto social, pois envolvia as moradias dos pobres (uma ameaça às condições de higiene da cidade) e os próprios pobres (vadios e malandros que constituíam, segundo sua perspectiva, uma verdadeira “classe perigosa” à sociedade). Dessa crítica também emergiu outro importante fator para o entendimento da segregação socioespacial: o discurso sanitarista, que foi a base ideológica de ações públicas contra os pobres e suas moradias desde o final do século XIX, a exemplo da realizada pelo prefeito Barata Ribeiro, em 1893, e a célebre reforma urbanística conhecida por “Bota abaixo”, realizada pelo prefeito Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906.

Entretanto, para o entendimento dessas ações públicas, vimos que havia outra motivação além da ideológica: havia o interesse econômico. A aliança entre o capital externo, o capital imobiliário, o capital fundiário e o Estado foi a grande responsável pela conformação do espaço urbano em favor da valorização fundiária e mobiliária, em prejuízo da população pobre, cuja vida foi precarizada e/ou empurrada para a periferia.

O fato é que o espaço social segregado que caracteriza o Rio de Janeiro dos dias atuais teve o poder público como um dos principais agentes realizadores, como podem atestar as reformas do Plano Agache (1930), do Código de Obras (1937), dos Parques Proletários (1941) e das políticas remocionistas implementadas durante os governos de Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1970).

A MARÉ

Como vimos no primeiro livro desta coleção², a Maré situa-se na Zona Norte do Rio de Janeiro, numa região localizada às margens da Baía de Guanabara, próxima ao Aeroporto Internacional Tom Jobim e que abriga em seu perímetro importantes vias de acesso, como a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil. Essa localização privilegiada a coloca em posição de destaque, quase sempre negativo, na cidade.

A história de sua ocupação é antiga, pois, originalmente constituída por pântanos e manguezais, integrou a Enseada de Inhaúma, parte constituinte da Fazenda Engenho da Pedra, uma das grandes propriedades que compu-

nham a freguesia de Inhaúma entre os séculos XVII e XVIII. Entretanto, a exemplo de outras áreas rurais da metrópole carioca, a freguesia de Inhaúma passou por um processo que afetou sua estrutura agrária e resultou em parcelamentos, arrendamentos e, posteriormente, em loteamentos. Estes, devido à expansão urbana da cidade (que, no caso do subúrbio, acompanhou as vias férreas), acabaram por acomodar alguns dos bairros que constituem a região da Leopoldina e cujos núcleos assentaram-se no entorno das estações ferroviárias.

Nesse processo, os manguezais da enseada terminaram por se constituir como “terras devolutas”, de pouco valor comercial e, portanto, pouco atraentes para qualquer empreendimento. Seus poucos habitantes eram pescadores e um ou outro, morador egresso das reformas urbanas pelas quais passava o centro da cidade.

O incremento populacional que fez emergir a Maré no cenário histórico do Rio de Janeiro se iniciou com a Revolução de 1930 e o projeto industrial que acabou por se associar ao governo que dela resultou. Na verdade, nesse momento, consolidou-se a tendência descentralizadora das atividades industriais no Rio de Janeiro, fenômeno que vinha ocorrendo desde o final do século XIX devido, principalmente, aos altos custos dos terrenos e às restrições impostas pela legislação vigente. Assim, as empresas de grande porte expandiram-se em direção aos subúrbios servidos pelas ferrovias, levando consigo parcela significativa da população que migrava para o Rio e foi atraída para esses locais. Como consequência, na região da Leopoldina houve a valorização dos terrenos (fato ainda mais acentuado pela especulação imobiliária). Dessa forma, aos menos afortunados restou apenas adaptarem-se da melhor maneira possível, ocupando as áreas alagadiças da Enseada de Inhaúma, ainda que sob condições incrivelmente precárias.

Essa ocupação foi consolidada quando o poder público federal decidiu-se, em 1940, pela construção da Variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. A construção dessa via, que integrou a BR-101, valeu-se de inúmeros aterramentos sobre a Enseada de Inhaúma e objetivou ligar o centro da cidade aos distantes subúrbios a fim de alargar a malha industrial do Rio de Janeiro. Sua influência sobre a Maré se deu na medida em que, além de promover aterramentos e vias de acesso, que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção. Ademais, viabilizou novos postos de trabalho ao incentivar a instalação de muitos empreen-

dimentos na região. Um exemplo desse fato foi a construção da Refinaria de Mangueiras (1954), que consolidou a área como polo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas.

Outra iniciativa governamental relevante para a consolidação da Maré foi a construção da Cidade Universitária³, que viria a abrigar a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), pois muitos operários que construíram o *campus* e mesmo alguns moradores insulares que perderam suas moradias foram morar naquela região.

Hoje, a Maré é composta por 16 comunidades e conta com mais de 140.000 moradores distribuídos em pelo menos 40.000 domicílios sobre uma área de 4,3 quilômetros quadrados, o que representa uma densidade por metro quadrado de 33,25 habitantes, uma das mais altas do Rio de Janeiro. Isso demonstra o sucesso do seu processo de ocupação e consolidação. Por outro lado, o baixíssimo IDH (0,722), apurado para a região após tantos anos de consolidação, é um forte indicador da precariedade que ainda marca a vida da maioria de seus moradores.

É certo, portanto, que a Maré foi fruto do fenômeno da periferização e da precarização que temos acompanhado nesta coleção. Entretanto, é igualmente certo que a Maré também resulta da luta corajosa e persistente de seus moradores, pois, como veremos mais adiante, foi a ousadia de seus protagonistas que permitiu, a despeito dos interesses contrários, transformar os inóspitos manguezais da Enseada de Inhaúma em lar... Um lar chamado Maré!

O MORRO DO TIMBAU

O Morro do Timbau, reconhecidamente a comunidade mais antiga da Maré, localiza-se ao sul da região, tendo como limites a Avenida Guilherme Maxwell, a Rua João Magalhães, a Rua Jerusalém e a Avenida Bento Ribeiro Dantas⁴. Dentre as atuais 16 comunidades que compõem a Maré, o Morro do Timbau faz fronteira com a Baixa do Sapateiro, a Nova Maré (um pequeno trecho), a Vila do Pinheiro, o Conjunto Pinheiro (um pequeno trecho) e a comunidade Bento Ribeiro Dantas⁵.

O nome Morro do Timbau deriva da expressão tupi *thybau*, que significa “entre águas” e se reporta ao fato geográfico de ser o Morro do Timbau o único terreno sólido em meio ao vasto manguezal da Enseada de Inhaúma⁶.

“O nome Morro do Timbau deriva da expressão tupi *thybau*, que significa ‘entre águas’ e se reporta ao fato geográfico de ser o Morro do Timbau o único terreno sólido em meio ao vasto manguezal da Enseada de Inhaúma.”

No seu processo de formação, identificamos dois núcleos de ocupação distintos: o Núcleo Praia de Inhaúma, que está vinculado ao processo de ocupação mais longo da antiga freguesia de Inhaúma, e outro do Morro do Timbau, área seca e mais elevada, que foi mais recente e está vinculado ao processo de periferização e precarização da população do Rio de Janeiro.

PRAIA OU MORRO?

Investigando os registros mais antigos encontrados a respeito do processo de ocupação da comunidade do Morro do Timbau, nossos pesquisadores identificaram referências no periódico *Gazeta de Notícias*, de 28 de outubro de 1904, que atestam o interesse pela região do morro:

De ordem do Sr. Diretor Geral de Patrimônio (do Distrito Federal), faço público, para conhecimento dos interessados, que o Dr. Carlos Rossi requereu título de aforamento do terreno de Marinha e acrescidos – Sítio do Morro do Timbau em Bonsucesso (Inhaúma) [...]. Convido todos aqueles que forem contrários a esta pretensão a apresentarem protesto nesta Diretoria Geral, com documentos que comprovem suas alegações, no prazo de 30 dias, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

A trágica notícia que encontramos quase duas décadas depois, no dia 4 de agosto de 1922, no periódico O Imparcial, nos ajuda a entender o interesse do Dr. Carlos Rossi pela região:

[...] em uma pedreira existente, no Porto de Inhaúma, no lugar denominado Morro do Timbau, pedreira essa que tem o nome de seus proprietários [...], trabalhavam como encarregados os hespanhóis Domingos Perez Fernandes e José Hunia [...]. Ambos, como representavam partes na pedreira, se julgavam cada qual com maior predomínio. Um desentendimento tornou-os rivais irreconciliáveis. Hontem, por volta de meio-dia, os dois se defrontaram para resolver uma questão que lhes interessava. A discussão em torno do facto teve a mais lamentável consequência. Hunia, dando expansão ao seu ódio, sacou de uma pistola e alvejou Domingos, que foi atingido no ventre. Ferido de morte, o infeliz trabalhador saiu a correr até a sua casa, que fica nas proximidades, onde caiu e morreu ao chegar à sala de jantar [...] [, causando] profunda emoção a sua esposa e três filhinhos menores, que o cercaram chorando tão grande desgraça.

O criminoso, embora perseguido pelos demais companheiros [...], auxiliado por um irmão que ali trabalhava, conseguiu evadir-se [...].

A notícia demonstra que a pedreira era alvo de disputa por seus proprietários (representados por seus empregados), devido ao seu valor, sobretudo naquele período consagrado pelas grandes reformas⁷.

Podemos inferir, portanto, que quase duas décadas antes o valor da pedreira fora o principal motivo para o Dr. Carlos Rossi requerer o título de aforamento sobre a região. Outro fator de destaque na notícia supracitada é que trabalhadores da pedreira estabeleceram suas residências nas proximidades do local do trabalho, tornando-se assim os primeiros residentes do Morro do Timbau.

Os pesquisadores do Núcleo de Memória e Identidade da Maré localizaram ainda uma terceira notícia no periódico Diário da Noite, publicada em 21 de janeiro de 1936, que também faz referência ao Morro do Timbau:

Na noite de domingo, ausente a maior parte dos tripulantes [do navio cargueiro Karsawiai], verificou-se o audacioso assalto a que nos reportamos.

Uma quadrilha de ladrões do mar [...] conseguiu [...] arrambar o casco do navio na altura de um dos porões.

[...] Conseguiram elles penetrar no aludido porão e de lá tirar [...] grande quantidade de material [...].

[...] O comandante do navio [...] levou o facto ao conhecimento das autoridades da polícia marítima, dando queixa ao Inspetor Oscar de Souza [...] [que entregou ao] Agente Ernani Macedo, que na mesma tarde localizou o valhacouto dos meliantes.

[...] A quadrilha de ladrões do mar tem a sua caverna de Ali-babá no longínquo Porto de Inhaúma, na Pedreira do Morro do Timbau [...].

Consideramos esta notícia relevante, porque endossa a ideia inferida das reportagens anteriores de que havia moradores fixados diretamente no Morro do Timbau no início do século XX. Entretanto, o fato do local ser usado para esconderijo, aliado à referência ao Porto de Inhaúma como lugar longínquo, denotando sua condição periférica, nos leva a crer que as referidas habitações foram rarefeitas e não produziram impacto significativo no ambiente predominantemente natural do morro.

O depoimento de ‘Dona’ Nicéia Perpétua da Rosa Laurinda, uma das moradoras mais antigas da comunidade do Morro do Timbau, à equipe de pesquisadores do Núcleo de Memória e Identidade da Maré sobre essa questão nos é revelador:

Veio muita gente do Nordeste, muita gente que chegou aqui, foi fazendo barraquinho pra lá, tá entendendo? Aí, povoou, ficou o povoamento, porque quando eu era menina, tinha meus dez, 11 anos, eu subia isso aqui [Morro do Timbau] lá em cima onde tem a Assembleia de Deus, e ali tinha pé de caju, pé de coqueiro, jabuticaba, jamelão. Eu era menina e você pegava manga ali, andava no mato, era mato que a gente vinha toda arranhada.

[...] Quando calhava de alguém se jogar lá da pedreira cá pra baixo, que batia ali morto, que aí todo mundo ia ver quem era. Ali na pedreira também não tinha morador nenhum e naquela pedreira imensa tinha o britador. O britador é onde eles botavam dinamites na pedra e a pedra estourava aquilo ali um monte... E já tinha os 'marretecos'... Ou como diz o nome? Sei lá! Pra fazer os paralelepípedos. E tinha aquelas máquinas de fazer o pó de pedra e fazer vários tipos de pedras, granitos... Aí, passava aqueles caminhão aqui na rua, cheio daqueles paralelepípedos pra levar pra aí pra fora...

Como pode ser observado no depoimento de 'Dona' Nicéia, até a formação do segundo núcleo de ocupação nos anos de 1940, a percepção que se tem do morro é de um lugar desocupado. Entretanto, no mesmo depoimento, ela reconhece a intensa atividade desenvolvida pela pedreira – o que indica ter havido alguma forma de ocupação, corroborando, portanto, a ideia aqui apresentada.

NÚCLEO PRAIA DE INHAÚMA

Demonstrado que o primeiro processo significativo de ocupação da localidade não se deu a partir da parte alta do morro, torna-se necessário verificar como e por que esse primeiro núcleo populacional se estabeleceu na Praia de Inhaúma.

Para essa análise recorreremos uma vez mais ao depoimento de 'Dona' Nicéia:

Se foi uma luta, foi uma dificuldade? Foi! Porque meus pais eram pescador, né? E eu digo meus pais, porque eram meus avós, minha família toda foi pescador, é aquele negócio, sabe que pescador tem que pescar de noite pra trazer o pão, de manhã cedo, pra gente poder ter o alimento. [...]

Eles [o pai e a mãe] moravam numa ilha chamada Ilhotinha, que era uma das ilhas dali, porque ali tinha várias ilhas: a do Catalão, tinha a do Bom Jesus. Tem uma outra ilha, cá, que o nome fugiu da minha mente, tá entendendo? [...]

O meu pai veio pra cá pra morar nesse barracão aqui, que era um barracão tipo um barracão de obra, sabe como é que é? Aquele barracão de tábua, em cima de tábua. O nosso banheiro não era aqui, era lá na praia. Meu pai fez um barraquinho pra botar as coisas de pesca e pra botar o barco dele, e ali tinha o banheiro.

Diferentemente do perfil da maioria dos moradores identificados na pesquisa anterior⁸, ‘Dona’ Nicéia integra uma família cuja atividade produtiva, a pesca, já era tradicional e justificava as escolhas dos lugares em que iriam morar. Por isso, podemos entender o motivo pelo qual sua família viveu nas ilhas do Arquipélago de Inhaúma e, seguindo o mesmo raciocínio, podemos deduzir a razão pela qual escolheram a Praia de Inhaúma para fixarem residência: as condições propícias para se instalar uma comunidade de pescadores.

De fato, ‘Seu’ Expedito Corrêa da Silva, pescador profissional, ex-morador da comunidade do Morro do Timbau e atualmente residindo na comunidade de Ramos, também em depoimento prestado à equipe de pesquisadores do Núcleo de Memória e Identidade da Maré, corrobora nossa dedução quando diz:

No começo, quando eu fui morar na Praia de Inhaúma, no pé do Morro do Timbau, ali era tudo mar... O Fundão era três ilhas só: o Bom Jesus, a Ilha das Cabras e outra que eu esqueci o nome agora. [...] O mar era aberto, aí era um santuário de peixes.

Como aponta o ‘Seu’ Expedito, a Enseada de Inhaúma foi um excelente lugar para pescaria e a Praia de Inhaúma possuía uma excelente localização, o que favorecia a pesca. Além disso, outro fator de atração era o fato de o local ser uma área de ocupação consolidada devido à secular presença do Porto de Inhaúma⁹. O porto, apesar da enorme retração sofrida em suas atividades em decorrência das transformações econômicas e sociais da região e do processo de mudança do papel desempenhado pelas áreas rurais próximas ao centro do Rio¹⁰, ainda cumpria uma função relativamente importante para a localidade. Isso pode ser observado pela forma com que ele aparece na memória de ‘Dona’ Nicéia:

Ali [onde atualmente é o SESI], era o porto, tinha o cais do porto. Ali você sabe o que que fazia? Ali tinha um cais [de verdade] mesmo, era pedra mesmo. Aquele cais bem feito. Para descer tinham as escadas para você ir pro barco. Na esquina, tinha uma amendoeira muito grande e tinha um negócio grandão de cimento armado, antigo, umas toras de cimento armado, umas pilastras, com umas argolas que vinham o pessoal lá de fora com os cavalos, botavam os cavalos ali para ir no cais, pra ir passear. O pessoal que vinha lá de fora, era a cavalo, não tinha carro aqui, né? Eu lembro bem disso, era no cais do porto.

Como pode ser observado no relato, o porto a impressionava pela construção e encontrava-se em atividade. Além dele, 'Dona' Nicéia relata a existência de dois cais menores em que também havia significativa atividade:

Não tem ali um brejo, ali? Não tem ali a ponte? Não tem uns três barraquinhos ali, pra cá? [...] Aquilo ali chamava-se a Mesbla, era um porto de umas lanchas que vinham de lá de fora, umas lanchas bonitas. Meu pai também botou várias vezes o barco dele ali ancorado. [...]

O 'Seu' Artur era o dono do cais e tinha o outro rapaz, que eu não recordo o nome dele, e também tinha umas lanchas bonitas e do outro lado tinha uma oficina do 'Seu' Carlinhos. E o 'Seu' Carlos tinha empregados. [...]

Já na esquina, pra lá da Igreja Universal, entrando para as casinhas, ali era o outro cais, que o pessoal chamava Cais do Miroasca! Miroasca, porque o Miroasca tinha um barco de pesca e ele tinha um caminhão. Quando eu era menina, muitas vezes eu fui com o meu pai levar no portão cesto de peixe, camarão, que estava gelado, pra botar no caminhão dele aqui pra levar pro mercado. Ele recolhia os peixes do pescador quando era muita quantidade. [...]

Catraeiros eram os senhores que tinham vários barcos aqui. Uns moravam aqui, outros moravam lá fora e tinha os que faziam transporte do cais para os navios fora da Praça Mauá, porque nem todos os navios ancoravam no cais.

'Seu' Expedito também nos ajuda a ter uma dimensão das atividades na localidade da Praia de Inhaúma:

[...] Com quatro anos, eu morava na [Rua] Joana Nascimento... Perto da [Rua] Jerusalém. Então, eu peguei meningite e mais três irmãos... Só salvou eu e o Jorge. Então, o meu pai foi lá pra Praia de Inhaúma. Eu tinha quatro anos na época. Aí, fomos morar lá na Praia de Inhaúma, lá era um clima melhor, né? Lá não tinha esgoto, não tinha nada. O mar era limpo, né? [...] Meu pai era um pescador e trabalhava no Arsenal de Marinha [...] e ele trabalhava no rebocador. E ele cansou de ir buscar navio lá fora no rebocador. Ele também traba-

lhava e abastecia as barcas d'água e as barcas d'água eram para abastecer os navios dentro da Marinha. [...] A canoa que meu pai tinha [era] uma canoa grande e ele encostava assim, do lado da nossa varanda, porque o mar ia até lá, não é? Aí, vinha cheio de corvina... era um prazer!

Este trecho do depoimento de 'Seu' Expedito é importante porque endossa o depoimento de 'Dona' Nicéia sobre a atividade de trabalhadores não residentes no porto e nos dá uma boa pista sobre suas localidades de moradia. No caso de seu pai, a região próxima de Bonsucesso¹¹. Também vale destacar a associação que o entrevistado faz de seu problema de saúde e de seus irmãos com a decisão do pai de se mudar para a Praia de Inhaúma. Tal associação sugere que as condições de moradia de que dispunham não eram as melhores, fato que tivemos a oportunidade de confirmar quando consideramos as condições de saneamento e habitação geral da população pobre no Rio de Janeiro no livro "Memória e identidade dos moradores da Nova Holanda"¹².

Porém, ainda se tratando do papel do dinamismo local para a constituição do primeiro núcleo de ocupação da comunidade do Morro do Timbau, destacamos, por fim, que havia a presença de uma pequena atividade comercial e a permanência de uma vila de casas "antigas", como nos relata 'Dona' Nicéia:

Ali, naquele muro, já beirando a [atual] Igreja Universal, quase chegando, ali tinham umas seis casas de vila antiga. Aí, tinha um armazém, que era do falecido 'Seu' João – ele era um português, que chegou aqui. Era o armazém do 'Seu' João. Do outro lado, tinha um botequim, o 'Seu' Rolô, um botequim, e do outro lado, tinham duas residências que era de um pessoal conhecido e onde tinha uma casa desse senhor que chamava 'Seu' Miroasca, que era dono de um barco e que tinha um caminhão e levava os pescados daqui para a Praça XV, pro mercado. Então, meu pai, eles saíam de lá pra vir fazer compra aqui [no porto da Praia de Inhaúma], pra comprar as coisas pra poder comer. Água também eles tinham que vir pra buscar numa bica que tinha aqui.

Se o fato da localidade ser consolidada e estar ainda ativa foi relevante na constituição desse núcleo de ocupação, por outro lado, ela também apresentava dificuldades significativas. Para conhecermos essas dificuldades, recorreremos à

reportagem publicada no dia 13 de junho de 1933 no periódico carioca *Correio da Manhã*¹³: “Uma visita à Colônia Z-6 de Pescadores”. Nela, o jornalista¹⁴ reconhece as precárias condições de vida dos pescadores e as atribui ao abandono do poder público e à exploração dos atravessadores no processo de comercialização do pescado:

É lamentável a situação em que vivem os pescadores do Brasil. Desamparados dos poderes públicos, abandonados à própria sorte, arrastam uma existência de penúria, pois o peixe só é um bom negócio para o comerciante que o adquire a preços ínfimos do pescador para revendê-lo pelo quádruplo no mercado. O mar, entretanto, nem sempre é pródigo. E vem então a crise que, para aqueles homens, assume trágica proporção. Nos rústicos barracões de taboas de kerozene e chão de terra batida, onde paira, permanentemente, a miséria, agrava-se a situação. Criações seminuas pedem pão. Outras, minadas pelo impaludismo, amarellas, esqueléticas, ardem em febre sem que haja recursos para comprar uma gramma de quinino [...].

Em seguida, transcrevendo artigo da revista *A Voz do Mar*, publicada pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, identificamos o programa adotado pela diretoria da Colônia de Pescadores, presidida pelo Sr. Sylvio e Silva, e destacamos a principal característica física do entorno da Praia de Inhaúma:

O problema da saúde de que amplamente trata o programa é, a nosso ver, a base principal sobre que assentará a grandeza da Colônia. Situação na zona da baixada coberta em sua quase totalidade de terrenos alagadiços, onde proliferam em abundância mosquitos transmissores de malária [...].

Mais uma vez, recorremos ao depoimento de ‘Dona’ Nicéia:

[...] e tinha uma cancela pra você ir lá pra Baixa do Sapateiro, onde não tinha morador nenhum, era mato, era mato e tinha uma trilha e você tinha que passar numa porteira. Tinha uma porteira, tá entendendo?

Somando este depoimento com aquele outro a que já fizemos referência quando da caracterização do Morro do Timbau, poderemos constatar que as lembranças de nossa entrevistada permitem construir uma imagem significativa dos aspectos físicos que a reportagem menciona.

Outro entrevistado, 'Seu' Bento Alves de Paiva, um dos primeiros moradores da comunidade do Parque Maré, também em depoimento prestado à equipe de pesquisadores do Núcleo de Memória e Identidade da Maré, corrobora essa imagem:

Só mangue, água e caranguejo. [Aqui na Maré,] Não tinha nada, nenhum barraco, não tinha nem água, não tinha luz, não tinha nada, nada, nada. Na Rua Vinte e Nove de Julho, tinha uma cabine de luz que fornecia luz para um barraco ou dois que tinha lá. [...]

Você conhece a João Torquato? Ali atrás do SENAI? [na Rua da Regeneração]. Ali era uma lagoa, essa água daqui ia pra lá, levava aqueles peixinhos, carapicu, cocoroca.

Para oferecermos maior realismo à imagem da Enseada de Inhaúma resgatada pelos depoimentos e pelo periódico citado, apresentamos a fotografia abaixo, tirada no processo de construção da Avenida Brasil na década de 1940.

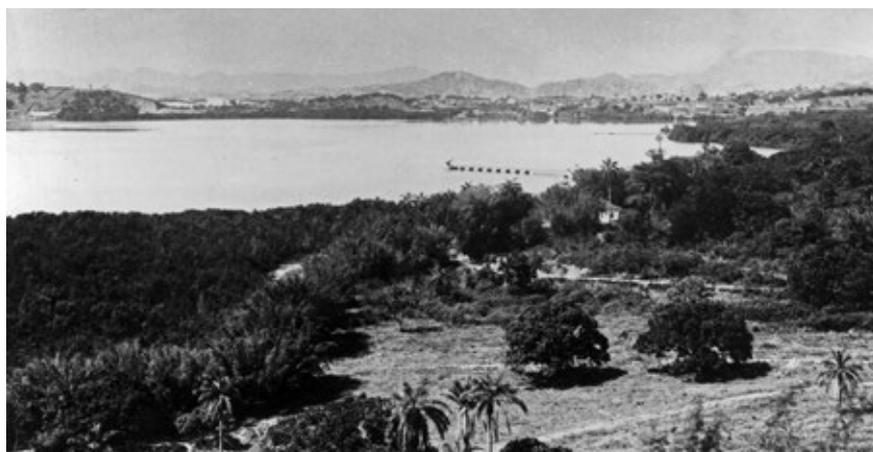


Foto tirada a partir do Castelo de Manguinhos mostrando a Baía de Guanabara, antes da abertura da Avenida Brasil.

FOTO // DAD/FIOCRUZ

A imagem nos permite vislumbrar a enseada e a vegetação de manguezais que cobria o seu litoral. Ela nos dá uma perspectiva da altura de Manguinhos, defronte ao Instituto Oswaldo Cruz, onde atualmente ficam o Conjunto Esperança e a Vila do João, comunidades da Maré. A imagem nos permite observar que, conforme o apontado no periódico e nos depoimentos, tratava-se realmente de uma região difícil para a fixação humana.

Se analisarmos alguns trechos do conjunto de propostas da diretoria da Colônia de Pescadores Z-6 Praia de Inhaúma, apresentado na reportagem publicada no jornal carioca *Correio da Manhã* vista anteriormente¹⁶, teremos uma noção dessas dificuldades:

Pela resenha abaixo transcripta se poderá ver bem o programa que a Z-6 de Inhaúma se esforça para a completa execução: terreno e casa para a sede da secção do Porto de Inhaúma [...], luz, água e esgoto; concerto do prédio de Inhaúma; praça de sports [...], escola primária [...], escola de pesca; escola para motorista (marítimo e terrestre) [...], vila para pescadores; leite para os filhos dos pescadores; consultórios médicos [...], posto policial [...], limpeza das praias [...], barracas para a venda de peixes; melhoramento da Praia de Maria Angu, melhoramento da Praia de Inhaúma; melhoramento da estrada que vae [do] Porto de Inhaúma [ao] Porto no Rio Merity [Estrada Rio-Petrópolis]; banca de refrigeração de pescado; balizamento dos canais [...] zona de terrenos arenosos [...], baixios [...], zonas de manguê [...], estação de rádio-telegraphico e rádio-telephonica.

No recorte acima, observamos que, em pleno início da década de 1930, predominavam, dentre as preocupações da colônia, questões ligadas às melhorias das condições de trabalho, melhoria das moradias, ruptura do isolamento (transporte e comunicação) e aumento da qualidade de vida, prenunciando muitas das preocupações que, ainda hoje, assolam os moradores da Maré.

Contudo, se por um lado tal programa indica as necessidades daqueles que residiam e trabalhavam nas proximidades da Praia de Inhaúma, por outro, ele também acaba sendo indicativo, por seu vulto, de se tratar de uma área consolidada populacionalmente, pois somente uma relevante demanda populacional justificaria reivindicações que fundamentassem investimentos públicos como os requisitados.

Acreditamos, portanto, que devido às condições favoráveis à pesca e a outras atividades ligadas ao mar, como o transporte, o reparo e a construção de embarcações; devido ao pequeno núcleo populacional e comercial remanescente do período em que o Porto de Inhaúma possuía maior relevância na região; e devido às atividades da pedreira do Morro do Timbau, a Praia de Inhaúma foi uma região suficientemente conhecida e dinâmica para atrair novos moradores, sobretudo aqueles que não dispunham dos recursos necessários para adquirir um dos lotes nos arredores das estações ferroviárias que nucleavam os nascentes bairros suburbanos da Leopoldina¹⁷.

Tal fenômeno marcou toda a história da região e explica a atração que ela exerceu sobre a família de ‘Dona’ Nicéia e ‘Seu’ Expedito, dentre outras. Reconhecemos, entretanto, que foi uma ocupação endêmica devido aos desafios representados pelas precariedades analisadas. O *boom* populacional na região só ocorreu realmente quando os fenômenos da periferização e precarização da população pobre no Rio de Janeiro, já apontados na obra anterior, alcançaram a região no início da década de 1940, incentivados sobretudo pela construção da Avenida Brasil¹⁸.

De fato, o periódico *Correio da Manhã*, publicado em 11 de abril de 1941¹⁹, ao destacar a importância da construção da “Variante da Estrada Rio-Petrópolis”, chama a atenção para o “benéfico” efeito da obra sobre os manguezais:

Iniciativa de longo alcance e que muito beneficiará a toda uma vasta zona servida pela Leopoldina [...].

[...] Grande percurso da estrada será feito à beira-mar, ou seja, da Praia de Ramos até a foz do Rio Meriti, já na divisa com o estado do Rio. Os mangues que tanto prejudicam, desde Ramos à Penha, as praias ali existentes vão desaparecer, beneficiando consideravelmente as populações que se aglomeram por todo o subúrbio [...]. Já se diz em Ramos, na Penha, em Olaria que a variante em construção será a Av. Beira-Mar da Leopoldina [...].

Como pode ser observado, o jornal não só reconhece a existência dos manguezais como também atribui a eles caráter negativo, identificando-os como prejudiciais. O benefício, portanto, seria o seu desaparecimento.

Em 1945, celebrando o final dos governos de Getúlio Vargas e de Henrique Dodsworth, foi lançado o álbum “Avenida Brasil: realização do gover-

no Getúlio Vargas, administração do prefeito Henrique Dodsworth (1945)". Nele também encontramos referências aos manguezais:

[...] Constitui a parte mais difícil [o trecho de Manguinhos], pois atravessa a região pantanosa, numa extensão de 750 metros. [...] [O aterramento e a construção da Avenida Brasil serão] um verdadeiro dique opondo-se à invasão da preamar, tornando-se, assim, um fator de saneamento para a extensa região em plena zona industrial. (Álbum "Avenida Brasil", p. 11 apud COSTA, 2006, p. 246)

Observem que novamente o mangue é associado a um juízo negativo, sendo considerado um problema para a zona industrial em que vem se transformando a região. O aterramento, nesse caso, representaria uma conquista para a cidade.

Renato da Gama Rosa Costa²⁰ destaca que o álbum em questão apresentou como obstáculos que precisavam ser vencidos para a construção da Avenida Brasil os pântanos, o deserto e a insalubridade, que eram representados pelos mosquitos, os mangues e os casebres. O sanitarismo, o aterramento e a própria construção da Variante seriam, portanto, os instrumentos para mais essa conquista do "progresso" (COSTA, 2006, p. 250).

Assim, as fontes a que recorreremos comprovam que, até aquele momento, os manguezais da orla da Enseada de Inhaúma, a despeito de abrigar algumas moradias (casebres, segundo as fontes), estavam mais para um obstáculo do que para solução (doenças, mau cheiro, dificuldade de locomoção etc.) no que diz respeito à questão da habitação.

Entretanto, como dissemos antes, os processos de periferização e precarização da população pobre do Rio de Janeiro associados ao novo papel industrial que a região assumia em relação à cidade, a partir da década de 1930, e a própria construção da Avenida Brasil na década de 1940 mudaram esse quadro tornando a indesejável área de manguezais em zona de absorção da igualmente indesejável população pobre da cidade.

Será nesse processo que o Núcleo Praia de Inhaúma sofrerá forte pressão demográfica e terá suas condições físicas degradadas, acabando por se constituir na Favelinha da Praia de Inhaúma ou, como ficou mais conhecida, "Favela do Rala Coco". Também será a partir desse processo que um novo núcleo de ocupação se desenvolverá: o Núcleo do Morro do Timbau.

A FORMAÇÃO DA FAVELINHA DE INHAÚMA (“RALA COCO”) E O SURGIMENTO DO NÚCLEO DO MORRO DO TIMBAU

A favelização da Praia de Inhaúma

Um sinal significativo de que a década de 1940 seria de mudanças para a Praia de Inhaúma ficou registrado no periódico Diário de Notícias de 1º de setembro de 1940:

Existia antigamente em Bonsucesso uma pequena praia que, no verão, servia àquele populoso bairro. Essa praia ficava situada no Morro do Timbau, Porto de Inhaúma. Agora, o proprietário de uma estância de lenha interceptou-a com a construção de uma cerca de arame farpado contra toda a regra de direito público; esta cerca entra pela praia até o mar. Fez, também, um chiqueiro cuja lama é levada pela água do mar e, quando acontece morrer um dos numerosos suínos, o que se dá com frequência, empesta toda a vizinhança²¹.

A notícia é interessante, pois traz o próprio signo da mudança pela qual iria passar a região. Até ali, a enseada era ocupada de maneira regular e o manguezal se inseria apenas no rol de atividades da população local, fornecendo materiais para extração, como caranguejos e madeira. No entanto, um dos moradores, de forma irregular, apropriou-se de um domínio público e o empregou para uma atividade particular – a criação de porcos, cujo impacto degradaria o ambiente. Será a propagação dessa prática, obviamente incentivada pelos fatores que apontamos anteriormente, que resultará na formação da Favelinha da Praia de Inhaúma e do Morro do Timbau.

Encontramos no testemunho de ‘Dona’ Nicéia algumas referências importantes sobre esse processo:

Aqui ninguém pagava nada... O meu pai veio pra cá pra morar nesse barracão aqui, que era um barracão tipo um barracão de obra, sabe como é que é? Aqueles barracões de tábua em cima de tábua. O nosso banheiro não era lá na praia, porque meu pai fez um barraquinho pra botar as coisas de pesca e pra botar o barco dele, e aí tinha o banheiro. Se o meu pai fosse um homem ambicioso ou um pouco inteligente, eu não

sei, mas meu pai era pra ser dono da metade desse morro, tá me entendendo? Porque quando meu pai chegou aqui, não tinha nada, mas se ele é outro: 'Peraí, vou arranjar uns 'pau a pique' aí e vou marcar uma porção de pedaços de terra e quando chegar alguém, eu vendo'. Mas meu pai, não.

[...] Tinham uns vizinhos aqui, que eram os meus tios. Geralmente aqui era mais o pessoal da família. E muitos foram morrendo, mas tinham os agregados, muitos que casavam e ficavam por aqui. Outros saíam, mas muitos ficavam por aqui. O pessoal que morava aqui na palafita era a maior parte pescador e os catraeiros.

'Dona' Nicéia, cujas memórias se reportam às décadas de 1940 e 1950, nos indica como e por quem a Praia de Inhaúma começou o seu processo de crescimento. Inicialmente a ocupação se deu em solo seco e, com seu esgotamento, se espalhou pela baía com as palafitas. Ao que parece, apesar de não haver qualquer amparo legal no processo, não houve conflitos que merecessem destaque, porque tudo se deu fundamentalmente entre os próprios familiares e agregados. Também fica claro que inicialmente a maioria se vinculou à baía devido às suas atividades profissionais.

'Seu' Pedro Rufino da Costa²², antigo morador do Morro do Timbau, tendo lá chegado em 1954, também faz referências à situação ocupacional da Praia de Inhaúma:

Eu lembro dela [da Praia de Inhaúma]. O que eu lembro dela é que ali morava uma porção de moradores, inclusive, gente que era pescador. Era ali em frente ao SESI. A Praia de Inhaúma tinha barracos cheios, de palafitas, em cima dos tocos de madeira. E moravam ali os pescadores, que encostavam os barcos ali, não é?

Podemos perceber por seu depoimento que a favelinha de palafitas de Inhaúma já fazia parte da paisagem, não produzindo mais qualquer estranhamento na população.

Com efeito, alguns anos depois, no dia 15 de novembro de 1961, encontramos no periódico *Correio da Manhã*²³ uma reportagem em que a região já era considerada uma favela consolidada, sendo incluída entre as inúmeras favelas cariocas pelo Censo de 1960:

De acordo com sinopse preliminar do Censo demográfico de 1960, nos últimos dez anos, o número de favelas na Guanabara quase triplicou e o de favelados duplicou [...]. Os dados para esta e as duas reportagens anteriores foram colhidos nos boletins do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, que o Correio da Manhã está divulgando em primeira mão.

[...] Tem a Guanabara, pelo último censo, 70.353 domicílios (barracos) nas favelas [...].

[...] Na zona da Baía da Guanabara, a especificação da sinopse abrange a maior parte das favelas cariocas [...]. Em Bonsucesso: Baixa do Sapateiro, com 7.673 habitantes em 1.533 domicílios; Maré, 3.357 (710); Perereca, 388 (80); Varginha, 887 (182); Manguinhos, 1.900 (324); Amorim, 1.213 (259); Parque Proletário, 5.353 (959); Rala Coco, 375 (79); Estrada do Galeão, 79 (23); João Goulart, 496 (97); Nossa Senhora dos Navegantes, 98 (17); Nova Brasília, 4.336 (903); Cova da Onça, 504 (103); Morro do Timbau, 3.143 (628).

Um pouco mais tarde, em 17 de agosto de 1969, o mesmo periódico reservou quase meia página para uma reportagem²⁴ que destacava a situação de degradação física da região, chegando a compará-la à Ilha de Sapucaia, antigo escoadouro do lixo carioca, que desaparecera com a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (atual UFRJ) na década de 1950:

Obra indiscutivelmente da mais alta importância para a Guanabara é aquela que vem sendo feita no sentido de completar a ligação do viaduto Faria-Timbó à ponte, levando assim, diretamente à Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. Lastimável, contudo, é a demora que se vem verificando no seu término. E é justamente essa demora que vem ocasionando série enorme de problemas àqueles milhares de cariocas residentes nas proximidades. Há ali um conglomerado humano de aproximadamente 15 mil pessoas, numa das favelas que sempre causaram péssima impressão pelo aspecto triste de seus barracos, palafitas, autênticos plantados sobre o pântano, formados pelo mar em toda a região do que se convencionou chamar Praia de Inhaúma. Mas, não obstante a má impressão, contaram-nos os moradores dali que, antes, quando a maré batia por baixo dos barracos, tudo lavava,

carregando para longe com o lixo e quanta sujeira houvesse. De mosquito, então, nunca haviam ouvido falar, assim afirmam alguns moradores que há mais de 50 anos ali nasceram, se criaram e hoje educam seus filhos e netos.

[...] A solicitação de todos quanto por lá residem [...] foi para que visse a 'sucursal da sapucaia' que vem se formando sobre o passeio público da Avenida Maxwell, exatamente em sua confluência com a Praia de Inhaúma, e, para maior pasmo de quantos lá transitam, bem em frente ao novo e amplo Serviço Médico do SESI [...].

[...] Explicam-nos [...] [os moradores o] fato de terem aterrado parte da praia [e] formado uma 'lagoa' embaixo dos barracos sem qualquer comunicação com o mar, o que impede que vaze o lixo na água [...]. Entendem todos [...] que há grande necessidade de fazer-se com que apareçam por lá os caminhões coletores de lixo da DLU [...].

[...] Assim, enquanto isso não ocorre, o monturo vai aumentando em altura, extensão e mau cheiro [...].

[...] Aliás, os monturos lá se sucedem em vários pontos e com a mesma intensidade. Também no largo existente entre a pedreira do Morro do Timbau e a ponte que levará à Cidade Universitária, como também junto a esta e ao lado de uma repartição do Exército ali existente, há mais duas grandes lixeiras [...].

[...] Parece-nos, pois, de todo conveniente que as autoridades voltem seus olhos para o que vai pelo local. Quer apressando a obra, quer removendo os favelados, quer providenciando o aterramento imediato da lagoa pútrida [...].

A reportagem em questão demonstra que um dos impactos degradantes exercidos pelo crescimento demográfico sobre a região foi a produção de lixo. Se inicialmente esse impacto não era percebido devido ao escoamento do lixo direto na Baía de Guanabara, quando os aterros produzidos para a construção do viaduto que liga a atual Avenida Bento Ribeiro Dantas à Cidade Universitária interrompeu esse fluxo, ocorreu o seu acúmulo, já que o adensamento populacional da Praia de Inhaúma se deu, como vimos, no contexto da precarização da vida das populações pobres que rumavam para

as periferias. Isso implicou, logicamente, a ausência dos serviços públicos mais essenciais, como água, luz, esgoto e coleta de lixo.

No entanto, também consideramos digno de nota que, apesar de reconhecer a necessidade do serviço público, dentre as soluções para o problema, o colunista do jornal aponta para a remoção da população. Mesmo após reconhecer que muitos já ocupavam aquela localidade, onde criaram seus filhos e netos, por mais de meio século. Essa visão refletia bem a política remocionista que marcava os governos da época²⁵, bem como a percepção dicotomizada entre o cidadão da urbe e o morador da “favela” no que diz respeito aos mais elementares direitos sociais.

Assim, como já dissemos antes, pressionado pelo longo processo da periferização e precarização da população pobre do Rio de Janeiro, acompanhado da expansão da área industrial e dos meios de transporte, a região do Porto e da Praia de Inhaúma acabou por se constituir em mais uma favela na cidade, como pode ser observado na fotografia que acompanhou a reportagem.

Essa situação perdurou até que, em 1973, o governo estadual, tendo à frente Chagas Freitas, desconsiderou os sólidos vínculos históricos de muitos de seus moradores com a região e decidiu pela remoção. Para tanto, alegou imperativo de melhoria dos acessos à Cidade Universitária.



Praia de Inhaúma

FOTO // *Jornal Correio da Manhã* (17/08/1969) – Acervo Biblioteca Nacional

A remoção ocorreu em duas etapas. A primeira ocorreu ainda no ano de 1973 e envolveu os moradores que, segundo o levantamento socioeconômico da Secretaria de Serviços Sociais do Estado, podiam pagar. Eles foram para o conjunto da COHAB situado à Rua Teixeira de Castro, em Bonsucesso, lugar relativamente próximo à Praia de Inhaúma.

Os demais, no ano de 1975, foram levados para o longínquo conjunto de Antares, em Santa Cruz, Zona Oeste da cidade. Sobre essa remoção e o impacto que causou na vida de seus moradores, os pesquisadores do NUMIM encontraram no acervo digital disponibilizado pela Biblioteca Nacional uma importante reportagem publicada no jornal Opinião em 9 de maio de 1975²⁶.

O favelado, que desde o último dia 2 está sendo levado da Praia de Inhaúma, na Maré (Ilha do Fundão), para o conjunto de Antares em Santa Cruz, é um homem sem opções. Em princípio, é contrário à mudança forçada que lhe foi destinada pela Secretaria do Governo e Fundação Leão XIII em comunicados detalhados, que apenas ressaltavam a necessidade de colocação de seus pertences em via pública [...].

Mas sua miséria é tão grande que [...] [se] ainda vislumbrou [...] uma possibilidade de melhorar de vida. Isso antes de constatar a dura realidade.

[...] Há 70 anos, o favelado ouve falar de sua situação. Para não ir muito longe, basta lembrar o detalhado 'levantamento socioeconômico' realizado pela extinta Secretaria de Serviços Sociais entre as famílias, há dois anos. O levantamento era 'para remover'. Mas removidas mesmo só foram, naquela ocasião, algumas poucas famílias que 'podiam' – segundo o então governador Chagas Freitas – pagar apartamento da COHAB em Bonsucesso.

Agora, quando menos se esperava e menos ainda se falava, a remoção veio. Deve ir até o dia 16 e vai levar cerca de 800 famílias da Maré para Antares.

[...] Pegou o favelado na beira da baía, remexendo o seus barcos de pesca, matriculando seus filhos na Escola Bahia, na Av. Brasil, reformando as 'tendinhas' ao longo da estrada de terra [...].

[...] Sem iluminação pública, nenhum comércio, com a escola ainda em obras atrasadas, sem ponto de ônibus, com um mar impraticável para pesca da qual vivem há decênios, as casas

apertadas [...]. Além disso, o ônibus que liga o centro de Santa Cruz ao Largo de São Francisco (no centro da cidade) [...], incluindo os outros ônibus (para o deslocamento Antares-Santa Cruz, por exemplo), chega fácil aos Cr\$10,00 diários – Cr\$260,00 por mês –, o que, para quem pescava [...] ou vendia cebola na esquina da favela, não deixa de ter proporções de um aluguel.

[...] É certo que não terão que pagar aluguel pelas casas de Antares [...]. Mas é bom lembrar que as casas [...] são de ‘triagem’. Depois do prazo de três meses, um levantamento deverá ser feito para se verificar em que lugar podem pagar as mensalidades de uma casinha ou apartamento de conjunto habitacional.

[...] Como a absorção do favelado pela indústria de Santa Cruz é inviável (devido à sua desqualificação), as tendinhas e as pescas terão que arranjar formas misteriosas para sobreviver.

[...] No governo Chagas Freitas, a CODESCO – criada no governo Negrão de Lima para auxiliar os planos de reurbanização – se esvaziou por completo. Por outro lado, era criada a CHISAM, especializada em remoções [...].

Os trechos da reportagem destacados acima endossam a constatação que apresentamos no livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda”²⁷ de que as remoções, caracterizadas pela violência – muitas vezes, física –, também são traumatizantes do ponto de vista psicológico por usurpar do morador o direito do protagonismo sobre a própria vida. Além disso, resultam em um quadro no qual as famílias são retiradas de suas residências e redes de solidariedade, sem direito a qualquer indenização, e são transferidas para conjuntos habitacionais distantes de seus locais de trabalho. Esses conjuntos, por sua vez, caracterizam-se por serem construídos de forma precária e sem o acompanhamento de infraestrutura básica ou garantia de acesso aos serviços públicos essenciais, como comércio, transporte ou saúde pública. Trata-se do velho desrespeito e descaso com aqueles que, por não serem considerados cidadãos devido à sua pobreza, continuavam a ser empurrados para as periferias e a terem suas vidas precarizadas em um processo que, como se viu, remonta ao final do século XIX.

É importante salientarmos, com relação às mencionadas remoções, que houve motivações para além das usuais (afastamento das “classes perigosas”, interesses especulativos do capital imobiliário devido à valorização da localidade e preocupações com o impacto estético da favela na cidade –

que, no caso da Maré, se sobressaía devido à proximidade com o aeroporto e a Avenida Brasil, principais portas de acesso ao Rio). A remoção dos moradores da Praia de Inhaúma ocorreu também devido ao projeto do Estado de utilizar a área da Maré para a construção de uma via alternativa que desafogasse a Avenida Brasil que, à época, já apresentava sinais de saturação.

Entretanto, apesar de formalizado em 1974, o estado do Rio de Janeiro acabou engavetando o projeto devido à falta de interesse do governo federal. A ideia só foi retomada no final da década de 1970 com o Projeto Rio e complementada anos depois, em 1992, no governo de Leonel Brizola.

A formação do Núcleo de Ocupação do Morro do Timbau

Como dissemos antes, o longo processo de periferização e precarização da população pobre do Rio de Janeiro, associado ao novo papel industrial que a região em que se insere a Maré assumiu em relação à cidade a partir da década de 1930, e a própria construção da Avenida Brasil na década de 1940 mudaram a relevância do lugar.

O Porto de Inhaúma e sua praia que, como vimos, eram localidades consolidadas, passaram a receber um fluxo cada vez maior de pessoas interessadas em fixar residência, o que levou ao desordenamento do processo de ocupação e à expansão do território ocupado, tanto no que diz respeito aos inóspitos manguezais e ao espelho d'água da baía, quanto no que diz respeito aos acessos do morro e, posteriormente, à sua totalidade.

O momento em que os acessos do Morro do Timbau passam a ser ocupados não é, como vimos, o momento inaugural da presença de moradias na localidade, já que inúmeras fontes aqui empregadas comprovaram a presença dessas moradias em décadas anteriores²⁸. Contudo, consideramos esse período como núcleo inicial de ocupação, porque é a partir dele que o morro foi plenamente ocupado e se constituiu efetivamente em uma comunidade que mais tarde ajudou a formar o que é hoje a Maré.

Essa ocupação tem o seu momento inaugural quando, segundo a autora Lílian Fessler Vaz (1994), uma senhora de nome Orosina teria decidido se estabelecer nesse local a partir de um passeio com seu marido à região. Essa senhora teria ficado encantada com a paisagem e, principalmente, teria vislumbrado a possibilidade de construir aí uma moradia, que a aliviaria do fardo de pagar o aluguel de sua precária habitação no centro da cidade.

“O Porto de Inhaúma e sua praia que, como vimos, eram localidades consolidadas, passaram a receber um fluxo cada vez maior de pessoas interessadas em fixar residência, o que levou ao desordenamento do processo de ocupação e à expansão do território ocupado, tanto no que diz respeito aos inóspitos manguezais e ao espelho d’água da baía, quanto no que diz respeito aos acessos do morro e, posteriormente, à sua totalidade.”

Devemos lembrar que, segundo a fonte que consultamos, em 1904, o Dr. Carlos Rossi, para obter propriedade sobre uma localidade no morro, precisou requerer título de aforamento ao Departamento Geral de Patrimônio do Distrito Federal e pagar as despesas correspondentes. ‘Dona’ Orosina, por outro lado, apenas se apropriou do lugar sem qualquer outro cuidado além da preocupação com a demarcação de seu lote.

A diferença de comportamento, contudo, não se explica devido a uma má índole de ‘Dona’ Orosina, pois, como vimos anteriormente, tal prática não foi inaugurada por ela. Houve precedentes, como aquele anunciado pelo periódico Diário de Notícias em 1º de setembro de 1940 (um proprietário de uma estância de lenha interceptara a praia com a construção de uma cerca de arame farpado “contra toda a regra de direito público”) ou a prática de apropriação do “barracão”, existente na Praia de Inhaúma, como o relatado por ‘Dona’ Nicéia quando do estabelecimento de sua família na região.

O que houve de original na atitude de ‘Dona’ Orosina foi estender ao território do morro uma prática que já havia se consolidado na região da praia. Com isso, ela abriu o precedente que motivou a ocupação também daquela região pela população que ia chegando e preferia a solidez do morro à instabilidade dos manguezais ou do espelho d’água para construir suas residências.

Um exemplo da propagação dessa prática pode ser encontrado no depoimento de ‘Seu’ Pedro Rufino:

Aí, tinha uma área lá onde era capim. E aí resolvemos invadir aquilo ali, invadimos aquilo ali... Quase toda noite fazíamos um barraco lá, né? [...] Eu fiz um barraco de tábua, foi quando eu trouxe a minha mulher do Norte.

Com efeito, a ocupação iniciada na base do lado oeste do morro por ‘Dona’ Orosina se estendeu na direção da Rua Capivari e Rua Alabama até que, em 1950, atingiu a Travessa dos Caetés, onde também ‘Seu’ Pedro Justino, um dos protagonistas no processo de construção da comunidade do Morro do Timbau, assenta o último barraco²⁹.

Contudo, esse crescimento seria profundamente influenciado por um acontecimento em 1947: o início da transferência de um “quartel do Exército” para a região contígua ao Morro do Timbau. Segundo o periódico *Correio da Manhã*, em sua edição de 20 de outubro de 1957, esse terreno foi entregue pelo poder público federal ao Exército em 1942. Em 1947, o 1º Batalhão de Carros de Combate³⁰ iniciou sua transferência para a região próxima ao Morro do Timbau, tendo-a concluído em 1952. Essa transferência se deu por conta da construção do estádio do Maracanã, já que o quartel ficava na área em que o estádio, que abrigaria a Copa do Mundo de 1950, seria construído.

Os militares, preocupados com a possibilidade de o constante crescimento do número de moradias na região afetar a área destinada para a sua instalação, mesmo antes de sua fixação definitiva, resolveram tomar para si a prerrogativa de controlar a ocupação do morro.

De fato, ainda segundo o referido periódico, no intervalo de tempo entre o recebimento do terreno (1942) e o ano de instalação definitiva (1952), os militares observaram um crescimento alarmante na construção de moradias na região (3.400 pessoas em 623 barracões). Por isso, passaram a coordenar a construção de ruas e casas e a influir nas relações entre os moradores. Obviamente, tudo isso foi feito de forma bastante arbitrária e autoritária, inclusive com a cobrança de taxas abusivas para a ocupação. Além disso, proibiam a construção de casas de alvenaria e decidiam sobre quem podia ou não morar ali.

Segundo Lílian Vaz (1994), a iniciativa dos militares se coadunava com o momento político desfavorável à crescente população favelada, pois a arbitrariedade foi o principal instrumento empregado no seu controle social, como podem

atestar a criação pelo poder estadual da Fundação Leão XIII, em 1947, e a criação da Guarda Municipal, em 1948³¹, pelo Distrito Federal. Coube a este último também retomar as práticas remocionistas de favela de décadas anteriores, como atestam as reportagens veiculadas nos periódicos *Imprensa Popular*, de 22 de julho de 1954, e *Última Hora*, de 19 de junho de 1954, respectivamente³²:

Uma vitória já conquistaram os favelados à proporção que se uniram e se organizaram: hoje, o coronel Oswaldo Melquíades, chefe de polícia do prefeito Dulcides Cardoso, não consegue facilmente levar a termo os desumanos despejos nas favelas cariocas [...].

[...] Quando os agentes do governo destruíram as favelas da Hípica, Avenida Niemeyer, Catacumba [...]. Aquelas derrubadas de barracos, porém, foram as últimas que o 'Nero das Favelas', coronel Melquíades, conseguiu levar a cabo [...].

[...] No Morro do Borel, que vinha sofrendo investidas diárias da polícia, [o vereador] Saldanha ali esteve para enfrentar os policiais, ombro a ombro com os favelados [...]³³.

Outro fato importante verificado ontem na Câmara dos Vereadores foi a denúncia do Sr. Aristides Saldanha, quando afirmou que o Sr. Geraldo Moreira (ex-vereador) e o cel. Oswaldo Melquíades (diretor da Polícia de Vigilância) estavam derrubando barracos na favela do Jacarezinho e construindo no terreno, já desimpedido, edifícios de apartamentos que estavam sendo vendidos a bom preço [...]³⁴.

As consequências dessas arbitrariedades para o Morro do Timbau foram diversas. Houve, por exemplo, uma singular ordenação da ocupação espacial do morro que o distinguiu de outras ocupações, tanto na Maré quanto nas demais localidades da cidade em que as ocupações espontâneas ocorreram. Nesse modelo de ocupação, embora cerceado pelo autoritarismo, o espaço foi mais bem aproveitado e menos "precarizado", deixando como herança uma densidade relativamente baixa de sua população e uma melhor qualidade físico-espacial de suas praças, ruas e calçadas.

Outra consequência pode ser observada no que diz respeito à renda média de seus moradores que, segundo o censo realizado na Maré, é um pouco superior à das demais favelas³⁵.

Também pode ser observado que houve no Morro do Timbau uma precoce organização comunitária – foi a terceira favela do Rio a constituir a sua Associação de Moradores, em 1954 –, pois para enfrentar esse abuso os moradores precisaram desenvolver uma organização que acabou por servir de base para o enfrentamento de outros problemas que os afligiam, como a falta de água, de luz e de esgoto sanitário.

O ápice desse enfrentamento ocorreu em junho de 1954, quando efetivamente os militares derrubaram alguns barracos e impuseram a retirada de suas famílias, como foi noticiado em manchetes por diversos jornais da época:

“Patrulhas do Exército despejando favelados”

“Nova derrubada de barracos no Morro do Timbau”³⁶

“Despejo de favelados de área militar”

“Ainda e sempre as favelas”³⁷

“Dois mil favelados do Morro do Timbau em pânico”

“Continuará a favela do Morro do Timbau”³⁸

“Volta a ser debatido o problema das favelas”³⁹

“O Exército expulsa cinco mil famílias da Fazenda Morro do Timbau”⁴⁰

Conforme noticiaram as reportagens acima, no dia 14 de junho de 1954 à tarde, uma patrulha comandada pelo major Couto de Souza, sob as ordens do comandante do 1º Batalhão de Carros de Combate, coronel José Horácio da Cunha Garcia, e autorizada pelo ministro da Guerra Zenóbio da Costa, começou uma ação de demolição de casas e expulsão de famílias no Morro do Timbau com o intuito de incorporá-lo aos seus domínios e nele construir um novo pavilhão⁴¹ ou um conjunto de residências para sargentos⁴². Nesse processo, 12 moradias foram derrubadas, dentre elas as moradias de Mário Holanda Ramos (com esposa e quatro filhos), José Georgino de Santana (e a esposa Flordelina Santana), Rita Maria Espírito Santo (com três filhos), Sebastião Rosas Pires, Sebastiana Chaves Mota, Marina Máximo (com cinco filhos), Osvaldina Maria da Conceição, José Rodrigues, Estela Aciole, Marina Bernardo, Elvira Neves e Augusto Moacir. Além dos lares derrubados, os militares programaram novas derrubadas quando entregaram ultimatoss a

outros moradores, como Honorato Máximo de Sena (com mulher e quatro filhos) e Severino Braz de Lima (com esposa e dois filhos). No processo, segundo o vereador Aristides Saldanha, dois soldados se recusaram a cumprir as ordens para a demolição e foram presos por 30 dias no batalhão⁴³.

A estratégia de enfrentamento adotada pelos moradores foi buscar sua defesa junto à Câmara dos Vereadores, para onde rumaram em peso no dia 15 de junho de 1954.

O aparente paradoxo em utilizarem-se dos recursos do próprio Estado como instrumento de defesa em um momento político que, como vimos, era desfavorável se explica porque, segundo Santos (2007), a relação entre as favelas e o Estado, desde o fim do Estado Novo até o início dos anos 1960, oscilou entre posturas repressivas e momentos de maior tolerância. Esses momentos de maior tolerância, que, não por mera coincidência, corresponderam justamente aos momentos eleitorais, permitiram aos favelados beneficiarem-se de esquemas clientelistas de troca entre votos e favores. Santos salienta que a importância política que adquire a favela nesses períodos torna-se evidente no número de estudos e projetos governamentais dedicados à “solução do problema-favela”, sua presença na grande imprensa, em projetos de leis e em comissões parlamentares.



Moradores do Morro do Timbau, no saguão da Câmara Municipal, falando ao vereador Aristides Saldanha.

FOTO // ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL. JORNAL IMPRENSA POPULAR EDIÇÃO 01228 DE 17/06/1954

Abaixo, *fac-símile* do recibo passado pelo ministro da Guerra, cobrando aluguéis dos barracos que então mandava derrubar, passando por cima da própria Lei do Inquilinato.

FOTO // ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL. JORNAL IMPRENSA POPULAR EDIÇÃO 01227 DE 16/06/1954



Seja como for, na Câmara dos Vereadores, os moradores do Morro do Timbau, apoiados pelos vereadores Aristides Saldanha e Couto de Souza, obtiveram a formação de uma comissão com o intuito de apurar sua denúncia. Por conta da atenção obtida, também puderam angariar uma ampla cobertura da imprensa para o caso.

É interessante notar que a estratégia de defesa organizada pelo vereador Aristides Saldanha foi, no mínimo, paradoxal. Valendo-se dos recibos emitidos pelo próprio batalhão para título de comprovação do pagamento da taxa mensal de ocupação de Cr\$ 300 (trezentos cruzeiros) por parte dos moradores, atribuiu a eles a condição de inquilinos e, amparando-os na então recente Lei do Inquilinato, contestou a legalidade do Exército em promover o “despejo” em questão.

Por outro lado, demonstrando o que parecia ser uma prática estruturada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), ainda que em período de ilegalidade⁴⁴, o vereador em questão, juntamente com o deputado Breno da Silveira e o advogado Margarino Torres, realizou no dia 16 de junho um comício no próprio morro, em que assumiu o compromisso de retornar à favela para inaugurar, às 10 horas do dia seguinte, a Associação de Favelados, um instrumento organizado de luta contra o despejo e por melhoramentos para a localidade⁴⁵.

Assim, como frisamos anteriormente, como resultado desse confronto com os militares, surgiu a Associação de Moradores do Morro do Timbau nesse mesmo ano. De fato, foi ela uma verdadeira protagonista no processo de transformação do morro. Por exemplo, quando o Projeto Rio⁴⁶ interveio nas comunidades da Maré para promover a urbanização no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, encontrou o Morro do Timbau praticamente pronto. É o que atestam os depoimentos de ‘Seu’ Euclides Nunes, morador da localidade desde 1955, e de ‘Seu’ Joaquim Agamenon Santos, também morador desde 1966 e presidente da Associação de Moradores à época em que o Projeto Rio se deu:

Aquele diretor [ministro Mário Andreazza], um dia, veio aqui... Chegou aqui, na Praça dos Caetés, e disse assim: ‘Agamenon [presidente da Associação de Moradores], eu vim aqui pra ver a favela, pra ver o que tem de fazer pela favela.

[Agamenon, em resposta:] ‘Não tem mais nada para fazer!’ E não gastaram dinheiro mesmo. Todo esse dinheiro [gastou no morro] foi dos moradores que se juntaram para fazer.
(EUCLIDES NUNES)

Quando o Projeto Rio chegou aqui na Maré, o Morro do Timbau estava pronto... O Morro do Timbau tinha água, tinha esgoto, entendeu? Luz! (JOAQUIM AGAMENON SANTOS)

Porém, no que diz respeito à necessidade imediata da população do Morro do Timbau naquele fatídico 14 de junho de 1954, a estratégia dos moradores de buscar a Câmara dos Vereadores e a imprensa foi acertada, pois, conforme o noticiado no periódico *Diário da Noite*⁴⁷, os militares recuaram com as medidas de despejo através de um pronunciamento do próprio ministro da Guerra. Porém, mantiveram o interesse na localidade, bem como o controle sobre sua população.

Como consequência, ocorreram novos enfrentamentos, como derrubadas pontuais de barracos e medidas de cerceamento de atividades, como alugueis e comércio. Nesses episódios, os moradores, já conhecedores da melhor estratégia de defesa, fizeram da Câmara dos Vereadores e da imprensa seus baluartes:

O reinício da derrubada dos barracões está provocando temor e revolta entre todos os moradores do Morro do Timbau e também da Colônia de Pescadores Z-4, situada no sopé do morro, à beira da Praia de Inhaúma.

[...] julgando a opinião pública desprevenida, o Ministério da Guerra inicia nova demolição de barracos, adotando a tática de derrubá-los um por um, para que o fato passe despercebido.⁴⁸

O Sr. Edgard de Carvalho deu conhecimento dos termos de um memorial encaminhado à Câmara pelos favelados do Morro do Timbau, expondo a angustiosa situação em que se encontram diante das ameaças de despejo [...].⁴⁹

Do ponto de vista do 1º Batalhão de Carros de Combate, não havia a menor dúvida de que a área adjacente ao quartel, compreendida pelo Morro do Timbau e o seu entorno, lhe pertencia por direito. De fato, quando se pronunciou pela suspensão do despejo em 18 de junho de 1954, o ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, deixou claro que não abriria mão do controle sobre a localidade ao proibir que novos barracos ali fossem erguidos. O seu sucessor, o ministro Henrique Lott, ao visitar as dependências do Batalhão em 27 de abril de 1955, igualmente não abriu mão de também visitar o Morro do Timbau, a Praia de Inhaúma e a Baixa do Sapateiro.

Durante essa visita, o comandante Arold Rames de Castro relatou que naqueles terrenos “pertencentes ao batalhão” havia uma “infestação de casebres de madeira” e que toda a localidade se ressentia da falta de polícia e de medidas sanitárias. Por isso, o batalhão mantinha ali uma guarda para a promoção do policiamento, dissolução dos conflitos e prisão dos desocupados. O periódico *Correio da Manhã*⁵⁰ do dia 19 de abril de 1955 fez a cobertura dessa visita. Nela, apresentou como projeto das autoridades em visita a transformação das favelas ali existentes em vilas residenciais onde houvesse “conforto, higiene e ordem”. Segundo o jornal, seria a contribuição dos militares com as autoridades municipais para a solução dos “problemas das favelas e dos marginais”.

Dado tal posicionamento, ainda que tenham obtido uma vitória, fica evidente que os problemas dos moradores do Morro do Timbau estariam longe de acabar. Com efeito, no início de outubro de 1955, o morro voltou à mídia para denunciar mais um abuso dos militares: o fechamento de todo o Timbau com cerca de arame farpado e o controle de todos os seus acessos⁵¹.

De fato, ao relatar suas memórias aos pesquisadores do NUMIM, ‘Dona’ Nicéia lembra da existência dessa cerca:

[...] No quartel, sabe como é que foi? Eles fizeram uma cerca, dividiram o que pertencia ao quartel e o que não pertencia. Aqui embaixo, eu não tô lembrada que nós pagávamos para o quartel, não. Nós pagávamos para a ‘União’.

[...] Teve um sargento, Manhãs, que morou até no chalé lá embaixo, aí o pessoal dizia: ‘Isso aqui é, quem governa isso aqui é o quartel’. Bem, não deixava de manter uma ordem, isso sinceramente, você podia entrar qualquer hora que não tinha problema. Inclusive eu era menina, mocinha, como eu disse, e o barraco da gente era aqui e nosso banheiro era lá embaixo, lá na praia. Você tinha que atravessar a rua para ir no banheiro lá embaixo. E de madrugada, a gente às vezes necessitava ir no banheiro, né? Então, eu e a outra irmã, a gente levantava e ia ao banheiro. E já teve época que a gente ia saindo aqui no portão, era tudo cerca, não era nada de muro, não, tudo cerca, e você via quem vinha lá. E nós íamos descendo e vinha a cavalaria do quartel. Aí, parou pra perguntar para onde a gente ia. Porque éramos nós duas, duas meninas, quer dizer, atravessar por aí. E perguntaram: ‘Tá tudo bem, tudo bem?’. Estava tudo bem. A gente ia lá no banheiro e depois a gente voltava e pronto.

Observe-se que ‘Dona’ Nicéia fala com naturalidade tanto do cercamento quanto do pagamento que realizavam ao poder público federal, pois reconheciam como legítimo o direito que os militares apreçoavam a si mesmos no que diz respeito à região. Além disso, a presença ostensiva dos militares era vista por ela de forma positiva.

Também o ‘Seu’ Euclides, mesmo não tendo vivenciado o período do cercamento, nos fala sobre ele:

Não me lembro por que foi, mas houve uma época eles cercaram... Mas já ouvi histórias. [O que sei] é que eles faziam, era manter um sargento no comando e você não faria nada sem autorização daquele sargento.

Diferentemente de ‘Dona’ Nicéia, ‘Seu’ Euclides se ressentia desse controle, sobretudo porque, empenhado em melhorar as próprias condições de moradia, associou-se a outros moradores na mobilização para obter a satisfação das necessidades mais elementares, como a luz, a água e o esgoto sanitário. Inclusive, relembra em seu depoimento quando um sargento do 1º Batalhão de Carros de Combate interrompeu uma reunião do seu grupo com os moradores a pretexto de angariar fundos para obter água para o morro:

Ele chegou no dia... Eu não contei ainda... Ele chegou no dia que a gente estava prometendo botar água aqui, ligar água. Ele, com mais de 300 pessoas assistindo à nossa conversa em relação à água, ele subiu no banquinho e falou: ‘Gente, vocês não acreditam nesse povo, não botem dinheiro na mão desse povo de associação pra ter água, porque ninguém vai ter água aqui, não. Eles vão ficar com o dinheiro de vocês, vão roubar o dinheiro de vocês.’ Na cara da gente, com mais de 300 pessoas [na reunião]!

Assim, apesar dos militares discorrerem sobre preocupação com as condições de moradia da população do Morro do Timbau, como apontado na reportagem citada anteriormente, o que se viu, na verdade, foi apenas a manutenção da atitude arbitrária e desrespeitosa que priorizava somente os próprios interesses do batalhão. O episódio da cerca foi mais um exemplo disso. Para a sua solução, os moradores do morro valeram-se uma vez mais do artifício de buscar representação na Câmara de Vereadores e visibilidade na imprensa. Assim, em 11 de outubro de 1955, foi publicado no periódico Diário da Noite:

Em requerimento apresentado ontem à Câmara Municipal, a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro apresentou uma petição na qual solicita ao ministro da Guerra providências urgentes para sustar o fechamento da favela do Morro do Timbau por cerca de arame farpado e eletrificado, conforme decisão do comandante do 1º Batalhão de Carros de Combate, já em plena execução e que deixará aos 15 mil trabalhadores, ali residentes, um único portão de entrada e de saída, com sentinela armada, transformando esse núcleo proletário em verdadeiro campo de concentração.⁵²

Mais uma vez, os moradores saem vitoriosos. Segundo Lílian Vaz (1994), o ministro da Guerra Henrique Lott responde positivamente a petição e a cerca perdeu o seu caráter enclausurador. Manteve-se apenas o lado da cerca em que o Morro do Timbau e a Baixa do Sapateiro faziam divisa, já que os militares consideravam essa última favela muito perigosa por se tratar de um lugar sobre o qual não poderiam exercer controle.

Ainda investigando sobre a existência dessa cerca, os pesquisadores do NUMIM entrevistaram 'Seu' Atanásio Amorim, morador da Baixa do Sapateiro (favela próxima ao Morro do Timbau) desde 1954. De fato, o entrevistado se lembra da cerca e nos conta que

[...] vinha uma cerca de arame farpado que passava pra lá... Na Travessa Nova Jerusalém, ali no meio da travessa, tem uma casa que vende gás, ali passava a divisa... Pra cá, era Baixa do Sapateiro, pra lá, era o Morro do Timbau.

[...] Esse arame era pra dividir o Morro do Timbau com a Baixa do Sapateiro, porque o Morro do Timbau era oficializado estande de tiro do quartel. Era proibido fazer barraco lá, porque era o estande de tiro. O pessoal vinha fazer instrução, então não podia fazer barraco ali. Atiravam pra lá porque era árvore, então não podia ter casa. Mas de lá pra cá faziam barracos. Mas mesmo assim era proibido fazer pra cá, mas aí o pessoal, quando se mete a fazer, não tem jeito, não, chega um e vai fazendo e pensa que não é proibido. Mas eles fazem e a Baixa do Sapateiro foi crescendo. Quando eu cheguei, meu irmão já tinha um barraco lá embaixo e outras pessoas foram fazendo a coisa toda e não teve jeito. Em 1954, quando eu cheguei aqui, era assim que se vivia, não tinha nada.

Observe-se que ‘Seu’ Atanásio não só se lembra da cerca como também identifica o regime especial em que vivia o Morro do Timbau em função da tutela militar a que era submetido. Podemos notar que, em se tratando da Baixa do Sapateiro, o entrevistado deixa claro que a situação foi outra e a comunidade acabou crescendo desordenadamente.

É preciso esclarecer, entretanto, que a análise do processo de ocupação da Baixa do Sapateiro é uma tarefa que o Núcleo de Memória e Identidade da Maré pretende assumir no futuro. Por ora, contamos com a valiosa contribuição de ‘Seu’ Atanásio para entendermos essa relação de contiguidade.

Apesar de frustrados em suas pretensões, os militares permaneceram em “guarda” com relação ao Morro do Timbau, mantendo-o sob estreita vigilância, como pode atestar a publicação da reportagem abaixo pelo periódico Correio da Manhã:

Não só D. Helder tem os seus problemas de favelas. Também o 1º Batalhão de Carros de Combate possui sob sua jurisdição terrenos que lhe foram entregues em 1952 e recebidos pelo Exército em 1942. Durante dez anos foi lentamente erigida uma favela [...]. O 1º Batalhão de Carros de Combate realiza o serviço de vigilância com o seu pessoal e possui relacionados e cadastrados todos os moradores, que moram sem pagamento algum, e foi feito o saneamento da mesma sob todos os aspectos. Disse-nos o capitão Fragoso que a favela era um temível foco da malandragem constituindo-se sério problema.⁵³

Com efeito, desde o início de sua formação e por um período prolongado, os moradores do Morro do Timbau tiveram que aprender a atuar coletivamente e a valerem-se dos expedientes disponíveis para defenderem o seu “pedacinho de chão”. Isso lhes permitiu desenvolver habilidades para o diálogo e para o conflito que, face ao preconceito explícito contido na fala do capitão Fragoso, foram fundamentais no processo de construção da sua comunidade e de suas identidades.

Assim, entre os anos de 1950 e 1960, época em que os sargentos Aduato, Júlio e Cruz atuaram no morro, os moradores desenvolveram uma poderosa capacidade de “negociação e conflito”, que lhes permitiu chegar aos anos 1970 com uma infraestrutura invejável para qualquer outra região de favela do Rio de Janeiro.

Eles conquistaram a instalação e a distribuição de água, garantindo ligações individuais para cada residência a despeito da complexa engenharia que exigia devido à topografia do morro. A eletricidade foi trazida para a comunidade e distribuída a todas as casas, uma extensa rede de esgoto foi construída, muros de contenção foram erguidos, ruas foram pavimentadas, telefones públicos foram instalados, serviço de coleta de lixo periódica foi instaurado, linhas de ônibus passaram a servir à comunidade e cursos profissionalizantes foram oferecidos à sua população.

Nesse processo, a comunidade formou suas lideranças ('Dona' Orosina, Rodrigues, Borges, Agamenon, Justino, Rufino e Euclides, dentre outros), que passaram a atuar em seu nome, contando com sua valiosa colaboração, pois, segundo 'Seu' Joaquim Agamenon dos Santos, o Morro do Timbau foi a única favela no Brasil a ter 85% da sua população associados à Associação de Moradores⁵⁴.

Também é digno de nota observar como esse processo influenciou a autoestima da população, pois, em sua relação com as demais comunidades da Maré e com as autoridades públicas que foram até ela, sempre demonstraram orgulho do lugar em que moravam. Essa situação difere daquela que pudemos observar ao tratarmos dessa questão no primeiro livro, quando vimos como o preconceito que a urbe manifestava sobre a favela afetava a autoimagem que o morador de Nova Holanda tinha de si mesmo.

Nas entrevistas coletadas pela equipe do NUMIM, que fundamentaram o texto produzido até aqui, é possível acompanhar esse processo de transformação. Consideramos que o maior mérito do presente trabalho é poder conhecer tal processo a partir da narrativa direta dos próprios protagonistas, pois tal protagonismo, na nossa concepção, foi fundamental para a construção de uma identidade marcada pela criatividade, persistência e senso de solidariedade.

Desenvolver essas qualidades foi fundamental para o enfrentamento dos desafios que se apresentavam e que exigiam a luta coletiva, ao mesmo tempo em que se afirmava a necessidade de novas lideranças. Os depoimentos que se seguem apresentam os caminhos percorridos pelos primeiros moradores do Morro do Timbau na busca pela construção do seu chão e a dura luta diária empreendida para garantir esse direito.

NOTAS

1. O Núcleo de Memória e Identidade da Maré, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, por intermédio do Edital 10/2010, realizou a publicação do livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda” no início do ano de 2012. Essa obra representou a primeira de muitas etapas no esforço de se registrar a história das comunidades da Maré sob uma perspectiva que considere o protagonismo de sua população e sua inserção na cidade do Rio de Janeiro.
2. NÓBREGA *et al.* *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: REDES da Maré, 2012.
3. A construção da Cidade Universitária foi iniciada em 1949 e concluída em 1972.
4. VAZ, Lillian Fessler. *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
5. Guia de ruas Maré 2012. Rio de Janeiro: Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas, 2012.
6. “A Maré que queremos”, p. 18. Documento sistematizado pela Redes de Desenvolvimento da Maré, a partir das contribuições dos representantes das Associações de Moradores da Maré no ano de 2010. Disponível em: <<http://www.redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2011/07/Projeto-A-Mar%C3%A9-que-Queremos.pdf> em 02/11/2012>.
7. Como vimos no primeiro livro, desde Pereira Passos (1902 a 1906), o Rio de Janeiro vinha passando por grandes reformas urbanas que demandaram grandes quantidades de materiais de construção e pavimentação. Isso representava uma grande demanda para as pedreiras, que, por isso, eram valorizadas.
8. No livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda”, vimos que a maioria dos moradores era egressa das remoções impetradas pelo poder público e vinculada aos processos de periferização e precarização da população pobre ocorridos no Rio de Janeiro. Pudemos observar ainda que essa maioria não possuía uma especialização profissional, ocupando-se, sobretudo, no setor de prestação de serviços e alternando com frequência sua ocupação – o que gerava uma grande instabilidade econômica.
9. O Porto de Inhaúma foi construído em 1570 para o escoamento da produção de açúcar e de aguardente de várias fazendas. Circulava por ele toda a sorte de embarcações que transportasse cargas e passageiros (canoas, faluas etc.), ligando a região principalmente a São Cristóvão, ao Caju, às ilhas da enseada e ao centro da cidade. A estrada do porto corria até o interior, recebendo as vias que cortavam as fazendas da região. Sua importância estratégica levou à formação em seu entorno de um pequeno comércio e núcleo populacional.
10. Como uma das áreas rurais mais próximas do Rio de Janeiro, a freguesia de Inhaúma é a área em que se insere o Porto de Inhaúma e tem uma história que caracteriza bem esse processo de mudança. Inicialmente conhecida por tapera de Inhaúma, a região inseriu-se na dinâmica agrícola da cana-de-açúcar. O sucesso de sua atividade despertou atenção e, em 1684, foi elevada a curato de Inhaúma. A crise do mercado açucareiro a afetou, porém logo se adaptou à demanda do mercado interno, formado pela atividade mineradora e pelo novo *status* de capital do Rio de Janeiro, e especializou-se na produção de gêneros voltados para a subsistência. O fato do curato de Inhaúma ser cortado pelo caminho que ligava o centro do Rio a Minas Gerais contribuiu para integrá-lo à dinâmica comercial mineradora e permitiu-lhe expandir o pequeno comércio local, desenvolvendo novas atividades, e provavelmente contribuiu também para a elevação de Inhaúma a freguesia no ano de 1743, desmembrando seu território da freguesia de Irajá. A crise aurífera do século XVIII e a política econômica do fomento agrário brasileiro, baseada na diversificação do mercado de produtos tropicais com o objetivo de exportação de gêneros e também de substituição de importações, novamente exigiram da região uma grande capacidade de adaptação. As lavouras de Inhaúma orientaram-se, então, não somente em relação ao mercado externo (com exportações de açúcar, valorizado principalmente entre finais do século XVIII e início do século XIX por uma conjuntura internacional favorável devido à crise do açúcar antilhano), mas também para o mercado interno, particularmente o do centro da capital.

O estímulo à produção agrícola (sobretudo do café) em meados do século XIX locomoveu as plantações, que inicialmente ocupavam as áreas das freguesias rurais, para o interior da província do Rio de Janeiro, o que exigiu nova adaptação e promoveu modificações na estrutura fundiária das freguesias rurais da cidade, incluindo aí a freguesia de Inhaúma. Com efeito, nela houve o abandono do cultivo da cana em grandes áreas – o que teria ocasionado o declínio do escravismo na região. Também houve o aumento da importância das novas atividades agrícolas ligadas à pequena lavoura e ao trabalho livre em suas terras. Houve ainda o surgimento de novas formas de ocupação da terra – como os arrendamentos, as chácaras e os loteamentos para fins habitacionais –, que deu início a um importante processo de urbanização local e promoveu uma mudança do perfil populacional invertendo a proporção entre escravos e homens livres.

Assim, no século XIX, era possível encontrar na freguesia de Inhaúma lavouras voltadas para a produção interna (local e centro do Rio de Janeiro), fábricas, vendas e hospedarias muitas vezes integradas em uma única propriedade.

A conjuntura econômica não foi, contudo, o único motivo para que as grandes propriedades fossem se fragmentando ao longo do século XIX. Além disso, é importante salientar as transformações sociais que influenciaram as formas de aquisição das terras naquele período, sobretudo após a chegada de Dom João VI em 1808, intensificando a aglomeração populacional nos centros urbanos da província do Rio de Janeiro. Esse fenômeno fez com que surgissem uma maior valorização da terra e um aumento nas concessões de sesmarias, elevando os conflitos entre proprietários e posseiros. Muitas vezes, as terras concedidas pelo Estado aos sesmeiros não eram trabalhadas pelos mesmos e acabavam sendo ocupadas pelos chamados posseiros. Essa situação só foi regularizada quando D. Pedro I decretou o fim da concessão de sesmarias no Brasil em 1822 e em 1850, foi promulgada a Lei de Terras ou Lei nº 601.

Seja como for, o Porto de Inhaúma e, conseqüentemente, o seu entorno inseriram-se nessa história cumprindo relevantes papéis até que o eixo de comunicação com o Centro guinasse para a ferrovia, no final do século XIX, quando então o porto entrou em decadência sem, contudo, ser abandonado. (Fontes: LIMA, Rachel Gomes de. Contribuição à história da freguesia de Inhaúma: elites, usos e formas de apropriação das terras, relações sociais e econômicas. *Revista História em Reflexão*. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, vol. 5, n. 9, jan.-jun. 2011 e PERES, Guilherme. Contribuição à história do subúrbio carioca. *Revista Resenha Digital*. Instituto Histórico Geográfico Baixada de Irajá (IHGBI), ano 1, n. 2, jan.-mar. 2012.)

11. Bairro da Leopoldina, próximo à Maré.
12. NÓBREGA *et al.* *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: REDES da Maré, 2012.
13. Edição 01009 de 13 de junho de 1933, página 8. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
14. A matéria não traz autoria.
15. Disponível no blog: "Subúrbio do Rio", <http://www.suburbiosdorio.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html>. Último acesso em: outubro de 2012.
16. "Uma visita à Colônia Z-6 de pescadores": reportagem publicada no dia 13 de junho de 1933 no jornal carioca Correio da Manhã, edição 01009. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
17. No caso da região imediata em que se inserem a Praia e o Porto de Inhaúma, o bairro de Bonsucesso, é digno de nota que houve uma ferrenha disputa (que chegou a juízo) pelo direito de lotear a Fazenda Bonsucesso. De um lado, havia os herdeiros do Dr. João Torquato de Oliveira, um médico, filho de escrava liberta, que recebeu metade da fazenda de sua madrinha e protetora, 'Dona' Leonor de Oliveira Mascarenhas por testamento, no ano de 1853. Do outro lado, o engenheiro e capitalista Guilherme Maxwell de Sousa Bastos, proprietário da outra metade da dita fazenda. Guilherme Maxwell baseava o seu direito em um crédito hipotecário que havia comprado anos antes, em que o devedor era seu próprio pai, o advogado Luiz Gonzaga de Sousa Bastos, falecido em 1908. Esse último comprara aos poucos a segunda parte da Fazenda Bonsucesso, ainda no final do século XIX, dos descendentes de Anna Leonor Mascarenhas, outra legatária, protegida e afilhada de 'Dona' Leonor Mascarenhas também por seu testamento, de 1853.

Essa disputa se explica porque, como vimos no livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda”, “a aliança entre os capitais externos, mobiliário e fundiário, ocorrida no período em epígrafe, atuou também para a promoção de loteamentos populares nas freguesias relativamente próximas ao Centro (para atender à demanda produzida pelos fortes surtos migratórios e pelo projeto modernizador segregacionista que estava em curso), valorizando bastante as suas terras” (2012, p. 51).

18. A Avenida Brasil foi criada com o objetivo de ser um caminho alternativo àqueles realizados pelo interior dos bairros da zona da Leopoldina ou, ainda, por mar ou de trem para se chegar à antiga Estrada União-Indústria (1860). Seu traçado, ao longo do litoral da Baía da Guanabara, facilitou o acesso a Petrópolis e daí a essa estrada, até então a mais utilizada para se chegar à região de Minas Gerais.

Já nos primeiros anos do século XX, com a gestão de Pereira Passos na Prefeitura do Rio de Janeiro (1902-1906), se estudava uma forma de ligar o centro da cidade aos bairros situados depois da ponta do Caju, como Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha, até Irajá, tendo como ponto de partida a Avenida Rodrigues Alves e o cais do porto. Por outro lado, também se considerava a necessidade de se criar uma via que permitisse o acesso mais direto à capital federal. A ligação interurbana com as regiões de Minas e São Paulo foi assim estudada pelos planos urbanos desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 1920, como, por exemplo, o Plano de Remodelação, Extensão e Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, de autoria do urbanista francês Donat-Alfred Agache (1927-1930), o plano do Bairro Industrial de Manguinhos, de Jorge Macedo Vieira (1927), e o plano para o Rio de Janeiro, de Le Corbusier (1929 e 1936).

A abertura definitiva da então “Variante Rio-Petrópolis” ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945). As obras de sua abertura couberam ao prefeito Henrique Dodsworth, através da Comissão de Obras Novas da Secretaria Geral de Viação e Obras. Coube a ela um papel estratégico no processo de expansão do Rio e também esteve sempre presente nos planos rodoviários nacionais discutidos no final dos anos 1940. De fato, a Avenida Brasil foi classificada como a primeira estrada federal (BR-01), em 1948, atendendo à proposta administrativa montada com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DNER) e do Fundo Rodoviário Nacional.

Em 1951, o Plano Rodoviário do Distrito Federal projetaria um anel viário em torno do perímetro urbano do Rio de Janeiro, onde a avenida apareceria mais uma vez com destaque e, em 1955, seria inaugurado o Trevo das Missões, facilitando a ligação das estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo às avenidas das Bandeiras e Brasil, tornando realidade a ligação tão desejada desde os primeiros anos do século (Vf. COSTA, Renato da Gama Rosa. *Entre ‘avenida’ e ‘rodovia’: a história da Avenida Brasil (1906-1954)*. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.).

19. “Tronco da rede rodoviária da cidade: de incalculável alcance para a Leopoldina a construção da Variante da Estrada Rio-Petrópolis”: reportagem sem autoria à página 3 do Correio da Manhã de 11 de abril de 1941. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
20. COSTA, Renato da Gama Rosa. *Entre ‘avenida’ e ‘rodovia’: a história da Avenida Brasil (1906-1954)*. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
21. Diário de Notícias, edição 05476 de 1º de setembro de 1940, página 7, sessão “Queixas e Reclamações”. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
22. ‘Seu’ Pedro Rufino da Costa também foi entrevistado por nossa equipe de pesquisadores do NUMIM no dia 5 de maio de 2012.
23. Correio da Manhã, edição 21056 de 15 de novembro de 1961, página 2. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
24. Correio da Manhã, edição 23416 de 17 de agosto de 1969, página 10, “Primeiro Caderno”. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
25. Como vimos no livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda”, o medo provocado pelo

crescimento da capacidade de organização e mobilização popular e o impacto que isso causaria na hegemonia sobre o território urbano, sobretudo no contexto das radicalizações políticas da conjuntura do início da década de 1960, consolidaram um movimento “antifavelas”, protagonizado pelo jornalista Carlos Lacerda. Também motivou esse movimento a perspectiva de uma distribuição do espaço urbano, claramente balizada pelo interesse do mercado imobiliário sobre os solos mais valorizados.

Quando se tornou o primeiro governador eleito do estado da Guanabara (1960-1965), Lacerda, experimentando uma maior autonomia para a solução dos problemas internos à cidade devido à transferência da capital para Brasília, lançou um Programa de Remoção das Favelas, que tinha como objetivo oficial transferir a população das favelas para conjuntos habitacionais a serem construídos pela COHAB-GB (1962-1975) – agência habitacional do Estado, que tinha como tarefa administrar os conjuntos que eram financiados pela United States Agency for International Development (USAID).

Sob a justificativa de que visava a atender à demanda habitacional da população de baixa renda, Lacerda, na verdade, pretendia alavancar o crescimento econômico gerado pela construção civil e pela especulação imobiliária, além de dar conta da demanda ideológica do movimento antifavelas, que criara anos antes. Ao suceder Lacerda no governo, Negrão de Lima (1965-1970), apesar de apresentar-se como seu opositor, manteve a mesma política de remoção, devido sobretudo aos interesses da especulação imobiliária. Para dar conta da demanda ideológica, Negrão de Lima valeu-se do “terror” com a regulamentação e controle das associações de moradores, o fechamento da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) e a prisão de seus dirigentes.

26. Jornal Opinião, edição 131, página 6. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
27. NÓBREGA *et al.* *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: REDES da Maré, 2012, p. 76.
28. Além das fontes já mencionadas aqui, o trabalho de Lílian Vaz cita a Estatística Predial de 1933 do Distrito Federal, em que já são apontados “casas e casebres” nas praias e estradas da região e em ruas, hoje, internas ao morro. Ele também traz o depoimento da própria ‘Dona’ Orosina, reconhecida como a moradora mais antiga do morro, sobre ter observado a presença de casas e barracos na Praia de Inhaúma no início de 1940. [Vf. VAZ, Lílian Fessler. *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 2.]
29. Vf. VAZ, 1994, Suplemento Morro do Timbau, p. 4.
30. O 1º Batalhão de Carros de Combate tornou-se mais tarde o 1º Regimento de Carros de Combate (1º RCC). Em 1997, a unidade foi transferida para Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e sua área e edificações na Maré foram ocupadas pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), que lá permanece até os dias atuais.
31. VAZ, Lílian Fessler. *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 6.
32. Imprensa Popular, edição 01256 de 22 de julho de 1954, página 6 e Última Hora, edição 00923 de 19 de junho de 1954, página 3. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
33. Jornal Imprensa Popular de 22 de julho de 1954.
34. Jornal Última Hora de 19 de junho de 1954.
35. REDES da Maré. Censo 2011. No prelo.
36. Jornal Imprensa Popular, edições 01226 e 01227 dos dias 15 e 16 de junho de 1954.
37. Jornal Diário de Notícias, edições 09697 e 09700 dos dias 16 e 19 de junho de 1954, às páginas 1 e 4 respectivamente.
38. Jornal Diário da Noite, edições 05807 e 05809 dos dias 16 e 19 de junho de 1954, às páginas 1 e 4 respectivamente.

39. Jornal Última Hora, edição 00921 de 16 de junho de 1954, página 10.
40. Jornal Correio Carioca, edição 07957 de 16 de junho de 1954, páginas 1 e 2.
41. De acordo com o jornal Diário de Notícias.
42. Segundo o jornal Diário da Noite.
43. De acordo com o jornal Imprensa Popular.
44. Segundo as edições 01128, 01256 e 01355 do periódico Imprensa Popular, publicadas nos dias 17 de junho, 22 de julho e 11 de dezembro de 1954 (Disponíveis em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>), o vereador Aristides Saldanha e outros, que eram reconhecidamente integrantes do Partido Comunista, como o deputado Breno da Silveira e o advogado Margarino Torres, integraram diversas mobilizações populares nas favelas do Morro Santa Marta, do Morro da União, do Morro do Dendê, favelas da Hípica, Avenida Niemeyer, Catacumba, Morro do Borel, Morro da Providência e do próprio Morro do Timbau. Nos três últimos, as atuações resultaram na formação da União dos Trabalhadores Favelados do Morro do Borel, do Centro de Trabalhadores Favelados do Morro da Providência e da Associação dos Favelados do Morro do Timbau.
45. Informações veiculadas no periódico Imprensa Popular, edição 01228 de 17 de junho de 1954, página 8. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
46. De acordo com o “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda” (2012), em 1979, o projeto Pró-Morar (também conhecido como Projeto Rio) foi criado pelo governo da ditadura militar e realizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Ele pretendeu solucionar o problema das habitações subumanas em diversas regiões do Brasil, urbanizando-as ou erradicando-as quando não fosse possível outro tipo de intervenção urbanística. De forma embrionária, atenderia seis favelas da região da Maré, devido à incidência de “palafitas”. Sua explicação política amparou-se na pretensão de setores dominantes ampliarem sua base de sustentação política e, ao mesmo tempo, impedir o crescimento da influência dos setores democráticos através de iniciativas populares, como o tal projeto.
47. Edição 05809 de 19 de junho de 1954.
48. Jornal Imprensa Popular, edição 01264 de 31 de julho, página 8.
49. Jornal Correio da Manhã, edição 18890 de 23 de outubro de 1954, página 15.
50. Edição 19044 de 19 de abril de 1955.
51. Notícia veiculada no periódico Diário de Notícias, edição 100102 de 11 de outubro de 1955. Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.
52. Jornal Diário da Noite, edição 05911 de 11 de outubro de 1955.
53. Jornal Correio da Manhã, edição 19808 de 10 de outubro de 1957, página 3.
54. O depoimento em questão está registrado em VAZ, Lílian Fessler. *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 14.
55. Empresa General Electric.
56. Construção precária, de caráter provisório.
57. Tonel de madeira puxado por vigas de ferro.
58. Instituto Nacional de Previdência Social, criado em 1966 e substituído pelo atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

FOTO // Rosilene Miliotti / Imagens do Povo





02 //
DEPOIMENTOS
DE MORADORES
DO MORRO DO
TIMBAU: VIDA E
TRANSFORMAÇÃO

// Nicéia Perpétua da Rosa Laurindo

Naquela época, ser uma criança aqui era muito melhor do que agora, muito melhor. Quando eu era menina, as coisas aqui eram melhores em tudo. Meus pais eram pescadores. Meus avós, minha família toda foi de pescadores. Sabe aquele negócio que pescador tem que pescar de noite pra trazer o pão para de manhã cedo, para gente poder ter o alimento? Era assim mesmo. Eu tenho lembranças da minha infância, não só de ter os meus pais, como os vizinhos eram os meus tios, era mais o pessoal da família. Depois de muitos anos, teve esse negócio de saírem as palafitas e aí complicou e começou a povoar, porque o pessoal que morava aqui na palafita era a maior parte de pescadores e catraeiros. Os catraeiros eram os senhores que tinham barcos – uns moravam aqui, outros moravam lá fora – e que faziam transporte na Praça Mauá. Do cais para os navios fora do cais da Praça Mauá, porque nem todos os navios ancoravam no cais. Quando saíram as palafitas daqui, muitos se desfizeram dos barcos, venderam, e outros foram para o lado de lá do Caju. O meu pai mesmo tinha barco de pesca e ele rodou isso aqui tudo com o barco dele. Inclusive teve uma época em que o barco dele teve que ser levado lá para a Praia de Ramos, porque aqui ficou

seco, aqui não tinha condição de entrar um barco. O pessoal que pescava com ele, todos eram daqui, eram primos nossos, era gente da família. E veio muita gente do Nordeste, muita gente que chegou aqui e foi fazendo barracãozinho pra lá. Aí, povoou e ficou o povoamento, mas quando eu era menina, tinha meus dez, 11 anos, eu subia isso aqui [Morro do Timbau] lá em cima e ali tinha pé de caju, pé de coqueiro, jabuticaba, jamelão. Inclusive, naquela esquina ali tinha uma cancela e até hoje não saiu dali o “McLarem”, aquilo ali era um cais, tinha umas lanchas da Mesbla... ‘Seu’ Artur era o dono do cais. E ali tinha umas lanchas bonitas e tinha uns empregados. E do outro lado tinha a oficina do ‘Seu’ Carlos, que também tinha empregados. E tinha uma cancela pra você ir lá pra Baixa do Sapateiro, onde não tinha morador nenhum e que era mato, mato. Mas tinha uma trilha e você tinha que passar numa porteira. Aí, a gente ia pro lado de lá e quando calhava de alguém se jogar lá da pedreira cá pra baixo, que batia ali morto, aí todo mundo ia ver quem era, porque ali na pedreira também não tinha morador nenhum. Naquela pedreira imensa, tinha o britador, o britador que é onde eles botavam dinamites na pedra e a pedra estourava aquilo ali um monte... E ali já tinham os ‘marretecos’, ou como diz o nome, não sei, pra fazer os paralelepípedos, e tinham também aquelas máquinas para fazer o pó de pedra, fazer vários tipos de pedras, como as pedras de granito. E eles vinham pedir aos moradores mais próximos, até as 11 horas, que se retirassem das casas para poder botar bananas de dinamites ali nas pedras para quebrar o que eles tinham que quebrar. Aí, passavam aqueles caminhões aqui na rua, cheios daqueles paralelepípedos, pra levar aí pra fora. E era a mesma coisa quando tinha a estância de lenha e vinham aquelas chapas grandonas, aqueles rebocadores puxando as chapas, cheias de madeira pra chegar ali no cais. Porque ali tinham dois cais: o cais do Marçal e o cais do ‘Seu’ Carlos. Diziam cais do ‘Seu’ Carlos, porque ele fazia barco. Esse cais do ‘Seu’ Carlos era ali onde hoje é a madeireira do Beto! Bem pra cá, bem pra cá, antes da Igreja Universal. Já na esquina pra lá da Universal, entrando para as casinhas, ali era o outro cais, que o pessoal chamava de cais do Miroscá! Miroscá, porque o Miroscá tinha um barco de pesca. E ele tinha um caminhão também e eu, menina, muitas vezes fui com o meu pai levar, no portão, cesto de peixe, camarão que tava gelado pra botar no caminhão dele pra levar para o mercado. O meu pai veio pra cá pra morar nesse barracão aqui [na antiga Praia de Inhaúma, não mais praia propriamente dita, mas atual Rua Praia de Inhaúma], que era um

barracão tipo um barracão de obra: barracão de tábua em cima de tábua e o nosso banheiro era lá na praia. E meu pai então fez um barraquinho pra botar as coisas de pesca e pra botar o barco dele. Mas a gente tinha que sair daqui para ir lá no nosso banheiro, lá embaixo. O meu pai, quando veio pra cá, pagava todo mês a um tal de 'Seu' Adauto, que vinha não sei de onde e cobrava o pedaço que a gente morava. Tá pensando o quê? Tínhamos os recibos que meu pai pagava "ao domínio da União". Quando no nosso barraco ainda se usava lamparina, aquele vidrinho com aquele querosene, me lembro bem que pela manhã a gente acordava com o nariz todo preto... Fogão era fogão de lenha, meu filho! Era uma luta que, quando o tempo ameaçava, a gente tinha que procurar madeira, ir lá pra beira da praia junto com a canoa para trazer lenha e estocar dentro de casa, porque, se caso ficasse quatro, cinco dias chovendo, como é que nós íamos fazer comida sem lenha? E era ainda aquele fogão antigo, de ferro, tá entendendo? Pra fazer compras também era uma luta: tinha o Leão, era um armazém que todo mundo aqui ia. Era um sofrimento! A Avenida Brasil, olha o que que era: a Avenida Brasil era uma pista só, era barro, era uma estrada, barro. Meu pai chegava de manhã com dinheiro, aí dizia pra minha mãe: "Olha! Toma aqui o dinheiro pra fazer compras, hoje tem um dinheirinho maior, vamos fazer uma compra lá fora, para comprar umas coisinhas melhores para as meninas". E a gente vinha com o pescoço doendo de trazer o embrulho nas cabeças, eu e minha prima. E para atravessar ali era um sufoco, carro vindo pra lá, vindo pra cá. Eu conheci a Avenida Brasil, ainda a primeira pista, quando chegou para asfaltar, eu estudava ainda. Muitos conhecidos meus moravam na Perereca, uma favela que tinha ali perto do Iapetec [Hospital Geral de Bonsucesso]. Aquilo ali foi organizado, aquilo ali tomou jeito, é um lugar que tem muitos moradores. Outra coisa difícil aqui antigamente: um enterro! Quantas vezes, eu ainda era garota, saía daqui para ir pra Inhaúma ajudando a carregar o caixão até lá no cemitério de Inhaúma. Mas quando morria uma pessoa aqui, mais ou menos, que queria ir para o cemitério do Caju, aí tinha um barco grande que levava o caixão para o Caju, mas os mais pobrezinhos... Mas mesmo com toda essa dificuldade, eu achava melhor do que agora. Me lembro também do Voltex, onde tem hoje a entrada da Vila do João [uma das favelas da Maré]. O Voltex era um clube de teco-teco, aviãozinho, e ali tinha também avião para o Santos Dumont, para o Galeão. Ali tinham alguns empresários, alguns bacanas, que tinham uns aviões. Então, eu era menina e às vezes eu ia,

“Quando no nosso barraco ainda se usava lamparina, aquele vidrinho com aquele querosene, me lembro bem que pela manhã a gente acordava com o nariz todo preto... Fogão era fogão de lenha, meu filho! Era uma luta que, quando o tempo ameaçava, a gente tinha que procurar madeira, ir lá pra beira da praia junto com a canoa para trazer lenha e estocar dentro de casa, porque, se caso ficasse quatro, cinco dias chovendo, como é que nós íamos fazer comida sem lenha?”

mas tinha era água aqui! A gente cortava por aqui andando, beirando a rua e ia lá, e às vezes parava pra tomar banho de praia. A gente tomava banho na praia, tudo limpo, tudo bonito, não era essa bagunça que tem agora. Isso aqui não endireita mais! Nunca! Mas nunca! Nem a Baía de Guanabara, com todos esses projetos, isso nunca vai ser direito mais, não! Isso aqui vai de ruim a pior.

Meus pais moravam numa ilha chamada Ilhotinha. Ali tinham várias ilhas: Ilha do Catalão, tinha Ilha Bom Jesus, tinham muitas ilhas. Eu já nasci aqui [Rua Praia de Inhaúma]. Mas isso era o que meu pai contava. Mas quando eu ia tomar banho de praia, ou eu ia passear com o meu pai de barco, ele levava pra gente ver e falava: “Olha, foi aqui que eu nasci”. Aí, vieram para o lado de cá. Aí, tinha um chalé ali, tinha cinco chalés, cinco ou seis casas assim... Lá tinha o falecido Seu ‘Pio’, que negociava com mariscos. E me lembro que ele tinha uns empregados pra irem para as praias apanhar marisco e traziam aquele monte de saco de marisco pra vender pra essas casas de bacanas lá do restaurante, né? Tinha a ‘Dona’ Maria, do ‘Seu’ Correia, que era a nossa parteira, era a parteira da localidade; tinha o ‘Seu’ Gininho,

que era primo da minha mãe; tinha ‘Seu’ Nelson, um pessoal antigo; tinha um guarda municipal que era corneteiro. Eu era garota e eu via ele fardado, passando com aquela corneta.

Sobre as parteiras, me lembro que a mulher, tadinha, fazia muito era negócio de chá de mato e quando nascia o neném, a parteira ensinava para as mulheres a comerem aquele pirão de galinha e a ficar dentro de casa pelo menos três dias de repouso. Minha mãe fazia as coisas e a gente botava o algodão no ouvido, aquele paninho na cabeça, meia nos pés, elas faziam um resguardo bem feito. Hoje em dia, a mulher tem um filho e sai logo da cama e vai bater perna. Mas no tempo que eu era menina, que eu via as minhas irmãs mais novas nascerem, era assim. Meu pai mandava comprar galinha, a gente preparava aquele pirão de galinha para minha mãe comer... Dizem que o pirão de galinha ajuda o corpo da pessoa a cicatrizar, né? Você sabe que nascer uma criança em casa não é brincadeira e com parteira, então, tinha que tomar aquele chá e usar aquela água inglesa [da] Granado para limpar. Também era uma parteira da confiança, elas tinham lá a religião delas, porque é muita responsabilidade, né? Morrer uma mulher e morrer uma criança! E que eu conheço daqui eram três as parteiras: ‘Dona’ Maria do Correia, ‘Dona’ Gertrudes, que foi quem me pariu, e a ‘Dona’ Rosalina.

Nós tínhamos um médico antigo, chamava-se ‘Seu’ Maneco. Ele não era bem médico, mas ele fez muita cura, ele ajeitou muita gente, ele dizia que ele era um médium espírita. Ele só nos tratava com homeopatia. Homeopatia é um remédio, é forte! É lento, mas é um remédio bom, é um remédio que cura. Tinha remédio para a pele, para disenteria de criança, vômito, para verme. Fui tratada muitas vezes na mão dele. Ele receitava a gente com homeopatia, aconto, camomila, beladona... Mas quando meu pai legalizou os documentos de pescador, para os pescadores poderem ter direito ao hospital lá na Praça XV, que diziam que era Policlínica dos Pescadores, onde hoje é a Maternidade da Praça XV, nós nos tratamos lá. Hoje é a Maternidade da Praça XV e pescador não tem mais nada. Mas antes era esse senhor, ‘Seu’ Maneco, inclusive, parece mentira, eu tenho um livro homeopático dessa grossura, deste tamanho, que ele largou com meu pai e eu cultivei esse livro e muita coisa que eu leio no livro eu digo: “Caramba! Era verdade tudo que ele falava!” E meu pai tinha uma caixinha desse tamanho de madeira, que ele fazia, então ele tinha os remédios ali. O Iapetec é novo, o RCC [Regimento de Carros de Combate], o quartel, o Expresso Brasileiro [empresa de viação], isso tudo aqui, meu filho, eu vi fundação. Onde é o quartel hoje era o campo de futebol do

São Jorge. Ali era um morro, então, os moradores planaram um pedaço, fizeram um time e jogavam meu tio Genésio, meu tio Lulu e outros conhecidos nossos. Todo mundo ia pra lá jogar e eu era menina e ia lá para bagunça, para subir no pé de árvore, mangueira, muita fruta antigamente tinha aqui. Mas agora não tem nada, tem é barraco pra caramba e aí que quando eu ando aí em cima do morro, eu me perco, me perco agora que eu já não entendo mais nada aqui... Eu, hoje, eu falo pras minhas irmãs às vezes, se o meu pai fosse um homem ambicioso, eu não sei, meu pai era pra ser dono da metade desse morro. Quando meu pai chegou aqui, não tinha nada, mas depois... “Peraí, vou arranjar uns pau a pique aí e vou marcar uma porção de pedaços de terra e quando chegar alguém, eu vendo.” Mas meu pai não, era uma vida sacrificada, pescava de noite pra trazer o pão de manhã pra gente comer, pra ter a nossa comida, que, graças a Deus – e isso eu digo de certeza –, nunca nós ficamos sem ter o nosso pão de cada dia. Isso, sempre tinha comida, fartura. E outra coisa: eu sou filha de pescador e não suporto peixe, nem camarão, nem siri, nada de dentro d’água. Eu sei lá, eu achava aquilo que meu pai pescava, que aquele bichinho tinha que estar dentro d’água, mas era o que sobrevivia a minha família, não é mesmo? Mas eu, às vezes, até ajudava minha mãe a escamar com os meus irmãos, mas não gosto mesmo.

Sabe, meu pai pescava pra vender na Praia da Ramos, porque lá na Praia de Ramos, tinham os pombeiros. Pombeiros eram aquelas pessoas que vinham ali e “Eu vou querer tantos quilos de peixe”. Com aqueles cestos iam vender na feira, outros levavam bolsas para ir pra Caxias, Santa Cruz, pra Cordovil, Brás de Pina. Quando ele não vendia ali, ele ia pro Caju, porque no Caju também tinha lugar pra vender. Tinha um português que tinha mais um capital e arrematava aquela quantidade de peixes dos pescadores que eram menores para ir para o mercado. Às vezes, minhas irmãs iam vender um peixinho aqui em cima, um camarão aí no morro, que sempre tinha umas pessoas que compravam um peixe, um camarão. Mas elas estudavam. Aí, meu pai achava melhor vender lá e quando não vendiam, ele gelava e no outro dia de manhã ele se juntava com os outros que iam pescar junto e levavam na Praia de Ramos e da Praia de Ramos ou do Caju, pra ir pra Praça XV. Meu pai, várias vezes, foi pra Praça XV, onde tem entreposto. Lá era entreposto, lá tinham pessoas que compravam muita quantidade, quando era muita sardinha, por exemplo, que às vezes enchia o barco de sardinha, aí sim. Mas lá só muita quantidade. Mas aí, depois, o meu irmão Joaquim, ele tomava conta do barco do meu pai, e aí ele já fez diferente. As coisas foram

evoluindo, aí eles entravam em contato com os motoristas de caminhões frigoríficos e eles vinham no lugar que eles despejavam os tabuleiros para eles irem vender nas feiras aí pra cima. Meu pai e meu irmão traziam pra cá, lá na Ilha, na Ribeira, na Praia de Nelson, ali na de São Bento. Eles encostavam o barco e o caminhão já estava lá esperando eles às três, quatro horas da manhã. Ah, meu pai pescava tudo: era sardinha, era camarão, era todo tipo de peixe. Quando dava sorte de Deus ajudar ele, dava um lance bom de peraúna. E tinha muito camarão aqui na baía. Meu pai entarrafa... Tarrafa é uma rede e é só um que joga a tarrafa. Ela tem a catapulta e meu pai, às vezes, num lance que ele dava, jogava e trazia a catapulta cheia de camarão, camarão grande. Aí, enchia aquele cestinho por baixo e aquilo dava dinheiro pra caramba. Já o siri e o caranguejo, depende porque você tem que entrar pra dentro do mangue pra pegar... No mangue, ele só pegava caranguejo às vezes, quando nós íamos apanhar tinta, tinta pra socar, pra botar na rede, pra dar um banho de tinta na rede. Eu era mocinha já, de 19, 20 anos, e eu ia com meu pai, porque eu ficava com pena dele ir cortar o mangue lá dentro. Às vezes, a lama vinha até ..., a gente aterrava o pé, aí tirava o pé, aterrava o outro até os joelhos e tirava, mas o que a gente podia fazer? Era sacrifício mesmo. Então, a gente dentro do mangue, meu pai dizia: “Olha, nesse buraco aí tem uns quatro caranguejos!”

Depois começaram a fazer campanhas para fazer o Hospital do Fundão. Eu acho que eu ainda tinha meus 18 ou 19 anos quando começou a fundação. E eu fui noiva de um rapaz que foi empregado dali, daquela obra, onde ele era pedreiro, carpinteiro, de tudo ele fazia um pouco. Lá não tinha telefone e quando passava um barco perto, ele aí mandava um recado para quem viesse para o lado de cá para eu levar uma comida, um lanche para ele. E então eu comprei um barquinho, barquinho de duas pessoas, para ir lá para levar comida, levava comida pra ele. Meu tio fazia, meu pai também quebrava um galho e fazia barquinhos, canoas. Meu pai tinha canoa e quando tinha as festas de São João, de São Pedro, as festas juninas que eram dos pescadores, São Pedro, São João, Santo Antônio, você sabe o que que eles faziam? Da esquina de lá da rua até lá embaixo tinha festa junina, então a gente botava as roupas de caipira, aquela farra toda, a gente dançava caipira, tinha aquelas brincadeiras todas. Eram os moradores mesmo que organizavam. E meu pai tinha uma canoa e tinha disputa pra ver quem ia remar nela. Era para ganhar na corrida, que corria da ponte do Fundão pra lá, para a Praia de Ra-

mos, onde é hoje o piscinão. Tinha sorteio, tinha prenda. O presidente da colônia de pescadores Z-4 organizava. Era a Associação dos Pescadores daqui da localidade. Na praia lá da Ilha do Governador, eu não sei se era a Z-5 ou a Z-6, mas também tem a colônia de pescadores lá no Caju, temos nós aqui da Praia de Ramos e a nossa colônia aqui era a Z-4. Todo mês, a gente pagava, tipo um associado da colônia de pescadores. Então, quando tinham festas, eles vinham aqui: “Seu’ Albano, ‘Seu’ Albano, o senhor dá um capricho aí na canoa, na ‘branquinha’,” – era ‘branquinha’ – “que nós vamos vir buscar ela”. Aí, meu pai falava: “Caramba, tem tanta gente pra vir remar nessa canoa que eu não sei para quem é que eu vou dar”. Tinha remo, remo, na parlamenta mesmo. Era tão bonito! Depois que ficou com essa bagunça e foi aterrando, aterrando, aí a competição foi para a Praia de Ramos e eu ainda fui ver umas duas corridas na Praia de Ramos. Meu pai acho que só remou uma vez, mas os meninos jovens, que queriam remar, eram doidos para remar na canoa de meu pai. E aí meu pai trazia a canoa aqui para o quintal e dois traziam ela bem, ela parecia uma pena, a canoa, boa a canoa... Meu pai deixava ela secar, dava um sebo assim no fundo dela. E ela seca, com sebo, na água, ela deslizava... Aí, ia embora.... Aí, tinha a parlamenta boa, né? Meu pai fazia as parlamentas dele, fazia os remos de pá.

Aqui também tinha a Ilha do Macaco e eu muitas vezes fui lá dentro com as meninas, porque eu estudei com a Maria, Elvira, a Dulcinéia, Jorgina, os meninos todos, tinha um monte de criança ali. E tinha uns médicos, Dr. Legendia e Dra. Maria Luiza, que eram médicos do Instituto de Manguinhos, da Fiocruz, que faziam pesquisas aqui. E quem tomava conta era um senhor chamado Valdemar. E tinha, do outro lado da ilha, o ‘Seu’ Anjo, que tinha uma casa bonita lá atrás. Tinha que ter dois moradores para controlar a ilha, para não encostar barco estranho. Daqui deste lado, era o ‘Seu’ Valdemar. Então, muitas vezes, eu ia lá na casa deles, porque as meninas me chamavam. E a mãe delas dizia: “Nicéia, não vai agora, não, que eu vou cozinhar umas batatas-doces pra tomar café”. E ia lá naquelas caixas de batata-doce, que vinham para os macacos, para os animais, como ração... Era batata-doce, era caixa de abóbora, muita coisa que vinha. Sabe, eu nasci em 1942 e minha família é toda, toda carioca. A minha avó era uma cabocla: cabelo bem preto, índia, índia, índia. E ela falava: “Você sabe quem eram os meus tios? Você conhece o Barão de Mauá?” Eu falei: “Conheço!” “Meu tio era o Barão de Mauá”, minha avó dizia isso pra mim. Tio da minha avó! Da mãe do meu pai!

Assim ela dizia. Minha família já está há muito tempo aqui... Meu pai, meus tios, meu pessoal, meus avós, todos eram daqui! Tudo era daqui da Ilhotinha. Moraram no Catalão, na Ilhotinha, na Ilha das Cabras, moraram todos aqui. A gente nem falava em Morro do Timbau... Tenho 70 anos e os meus pais já eram daqui. Quando 'Dona' Orosina chegou na Rua Capivari, meu pai já era daqui... Quando eu já me entendia como gente, tinha assim: Praia de Inhaúma, e essa rua tem no Guia Rex, tinha Timbau e porto. Mas o nome "Morro do Timbau" botaram agora. Timbau, que eu conhecia, tinha a divisão, daquele poste, que tá ali, pra cá era porto (cais do porto) e pra lá, era Timbau. Eram os dois nomes que conhecíamos. Ali tinha um cais mesmo, de pedra mesmo, aquele cais bem feito. Para descer, tinham as escadas para você ir para o barco. Quando a maré tava cheia, o barco ia no pé do cais e na esquina tinha uma amendoeira muito grande e umas toras de cimento armado, umas pilstras, com umas argolas. E quando vinha o pessoal lá de fora com os cavalos, botavam os cavalos ali para ir para o cais, pra ir passear. Eu lembro bem disso: pra cá, era Timbau, onde eu estou aqui, e o cais do porto era lá.

E aqui, depois, tinha o quartel. Militares dali do RCC. Sabe como é que foi? Eles fizeram uma cerca, dividiram o que pertencia ao quartel e o que não pertencia. Aqui embaixo, eu não tô lembrada se nós pagávamos ou não ao quartel, mas nós pagávamos para a "União". Quando eu era menina, veio um tal de sargento, mas isso aí eu já não sei se foi conchavo deles, isso aí eu não sei, mas tinha um tal de sargento Cruz, um sargento Manhães, que vinha cobrar o pessoal para manter uma ordem. O sargento Manhães morou até no chalé lá embaixo e aí, o pessoal dizia: "Quem governa isso aqui é o quartel". Bem, não deixava de manter uma ordem, isso sinceramente, você podia entrar a qualquer hora que não tinha problema. Inclusive, eu era menina, moçinha, como eu já contei, o barraco da gente era aqui e nosso banheiro era lá embaixo, lá na praia, e você tinha que atravessar a rua para ir ao banheiro lá embaixo. E de madrugada, a gente às vezes necessitava ir no banheiro, né? E então, eu e uma irmã levantávamos e íamos ao banheiro. Já teve época que a gente ia saindo aqui no portão, era tudo cerca, não era nada de muro, não, e você via quem vinha. E nós íamos descendo e vinha a cavalaria do quartel. E aí, eles pararam para perguntar para onde a gente, nós duas, duas meninas, ia àquela hora. Os militares botaram uma cerca de arame farpado, mas a cerca era aqui embaixo, mas na minha casa não. Eles queriam manter uma ordem, e era no morro; aqui não tinha. Me lembro que a minha irmã esta-

va morando em São Paulo, morava lá em Bragança Paulista, então, ela vinha passear aqui e o meu cunhado queria sempre ir embora às quatro e meia, cinco horas da manhã por causa da estrada. E a gente acordava para a despedida da minha irmã, das minhas sobrinhas e aí, os soldados vinham aqui saber se era alguém passando mal. Eles faziam escolta, né? Tinha a cerca, sim, mas a entrada era na Guilherme Maxwell pra cá da Praia de Inhaúma, mas a cerca não fazia mal nenhum, não! Sabe onde é lá o borracheiro hoje? Então! Uma coluna de cimento armado ficava por ali e aí subiam os arames farpados em mais uma pilastra, e depois outra pilastra, e ia até lá em cima. Parece até que era pra cercar boi... Se eles cobravam taxa, eu não sei se cobravam, mas eu sei que o que meu pai pagava aqui era outro papel: era para a União, era cobrado pelo 'Seu' Aduato. Agora, diziam que ele era do quartel... Aí já não sei... Mas acho que ele era sargento! Mas aqui antes era muito melhor...

// Pedro Rufino da Costa

“

Escola, eu não tive escola; e eu falo que a caneta que eu tive foi uma enxada.”

Meu nome é Pedro Rufino da Costa, nasci em 1º de fevereiro de 1930, em Caiçara, estado da Paraíba, e eu vivi lá minha vida toda com meus pais e meus pais sempre moraram em terra dos outros. Meu pai era pobre e nunca pode comprar uma terra. Meu pai era José Rufino da Costa e minha mãe, Severina Maria da Conceição e meu pai foi casado duas vezes e éramos ao todo 14 irmãos. Fiquei lá até 18 anos, nessa sem ter terra pra morar, morando no que era alheio. Foi quando, com 18 anos, eu vim para o Rio de Janeiro. Escola, eu não tive escola; e eu falo que a caneta que eu tive foi uma enxada.

Não tinha ninguém da minha família aqui no Rio, eu fui o primeiro a vir, cheguei e fui trabalhar em obras de 1948 até 1950. Em obra da construção civil e a primeira obra que trabalhei foi na Tijuca e trabalhei cavando rua, enchendo caminhão, como servente. Depois fui mudando com aquele interesse de vencer na vida. Eu, como servente, sempre via um carpinteiro, um pedreiro que ganhava mais e aí, já em 1950, cheguei a meio oficial de pedreiro. Aí, fui embora para o Norte e fiquei de 1950 até 1953. Trabalhei na roça, não deu certo, montei um negócio lá e também não deu certo. Eu sei que, quando foi em 1953, já estava casado e com uma filha de quase um ano. Aí, vim embora e

fui pra obra de novo trabalhar. Eu sempre digo que apareceram vários anjos no meu caminho e um deles foi um que viajou comigo em 1950 e que também era meio oficial. Quando eu voltei ao Rio, eu fui lá em São Cristóvão e vi um cara que conhecia ele e que me disse que ele estava trabalhando como encarregado de obras lá. E ele me disse que iria conversar com o mestre da obra e no dia seguinte, eu fui, dei a carteira em branco e quando veio, veio assinada já como pedreiro. Esse foi o primeiro anjo que apareceu na minha vida. E fui andando. Foi quando em 1955, um colega tinha pedido uma vaga pra mim para trabalhar [nas obras da] Universidade [UFRJ]. Naquela época, a gente trabalhava para o governo, mas não era funcionário. E fiquei trabalhando lá e fiquei, fiquei e só depois de oito anos que a gente foi efetivado como funcionário federal. Sobre a minha vinda pro Rio, eu vim de navio e embarquei em Cabedelo. Vim num navio de carga chamado Jangadeiro e ficamos de 17 a 28 dias embarcados, porque ele vinha pegando carga. A carga daquele tempo era açúcar, couro e coco. E chegamos aqui no Rio e desembarcamos ali nas Docas e fomos parar numa obra onde esse colega meu já conhecia o pessoal. Eu morava nas obras. Não tinha parente aqui, não tinha amigo nenhum aqui, mas tinha entusiasmo de vir pra cá, porque alguns pais de família, que tinham filho aqui, sabiam que o filho estava ganhando dinheiro, porque estavam mandando dinheiro para os pais no Norte. Aí, eu disse: “Eu também quero ir pra ajudar meu pai” e desde que eu vim, nunca deixei faltar o pão de cada dia pro meu pai. E só deixei de mandar dinheiro pra ele quando ele se aposentou, porque o que ele ganhava dava pra viver. Aí, foi essa história e fui ficando na cidade e fui aprendendo a virar profissional. Quando foi em 1970, fiz um curso de aperfeiçoamento de mestre no SENAI e com esse curso eu fiquei sendo monitor e dei aulas durante sete anos. Treinei mais de mil alunos nos cursos de pedreiro, ladrilheiro, carpinteiro e outros colegas que davam aula também. Eu falo assim porque eu não sei como aconteceu tanto milagre comigo. Eu sou quase analfabeto, vim fazer supletivo quando já era pai de três filhos e eu só aprendi até o supletivo. Mas eu aprendi a profissão de mestre e fiquei batalhando, e na Universidade [UFRJ], eu cheguei ao penúltimo degrau e hoje sou mestre em edificações e estrutura. Saía o engenheiro e eu que era responsável por tudo. E eu fiquei na fiscalização como mestre por 26 anos, fiscalizando aquelas obras. Ficamos eu e um colega, 26 anos juntos fiscalizando as obras. No Fundão, a primeira foi a faculdade de Engenharia, no governo militar, com o Castelo Branco.

Ele pegou aquilo ali e estava tudo por acabar, então ele colocou ali sete firmas que trabalhavam por administração. Ele colocou ali mais de dois mil homens pra trabalhar e era gente feito formiga. Então, marcaram uma data de inaugurar, inauguraram, e eu vi ele perto de mim inaugurando. Aí, foi quando entregamos aquilo ali e fomos para o Hospital Universitário, fomos fazer o hospital e isso foi em 1971. Entregamos em 1978, ele funcionando, tudo no governo militar. Quando terminamos lá, fomos para a faculdade de Letras, aí terminamos, foi quando me aposentei em 1989. O governo militar fez quase toda a Universidade. Porque antes era negócio de verba e botavam a gente pra trabalhar e quando acabava a verba, mandavam a gente embora. Eu, por sorte, passei por muitas peneiras dessas e fiquei até o final. Na época, o projeto não incluiu a obra toda e depois que teve o governo militar, não fizeram mais nada! No Fundão, deixaram tudo bonito e hoje, quando eu vou lá, tudo é feio, tudo é feio! Tem que ver a esculhambação que tá lá...

Nos anos de 1950, aquilo tudo não tinha quase nada, aquilo era maré. Ali, na Baixa do Sapateiro, o pessoal morava em cima de pedaço de madeira e a maré vinha ali por baixo. Bem depois foi vindo gente do Nordeste e foi habitando aquilo ali. E foi quando, no governo militar, aterraram aquilo tudo e mandaram o pessoal pra Vila Pinheiro. No início, era água limpa, não tinha poluição, não tinha nada do que tem hoje. E quando eu cheguei, em 1954, favela ali quase não tinha. Cresceu demais. E ali onde é a Parque União, só naquela frente é que tinha uns campos do pessoal jogar pelada e lá pra trás era mangue. E foram habitando e hoje é tanta gente que se vê...

Como eu fui parar no Morro do Timbau? Nessa época, em 1954, eu tinha um cunhado que morava lá, tinha um quartinho alugado lá e através dele eu fui pra lá e ali eu fiquei. Então, ali naquela época, ali era uma área que era dominada pelo Exército. Era patrulha do Exército que tomava conta daquilo ali. E tinha a patrulha do Exército pra cima e pra baixo ali! E tinha uma área lá que era capim e aí resolvemos invadir aquilo ali. Quase toda noite fazíamos um barraco lá. Tinha um sargento que chamavam de 'prefeito da área', e ele foi deixando, né?! E aí, eu fiz um barraco lá, mas só podia fazer barraco ali de madeira ou de barro – que chama de estuque. Então, eu fiz um barraco de tábuas e foi quando eu trouxe a minha mulher do Norte. Eu fui morar naquele barraco ali de tábuas sujas de concreto. Quando um barraco daquele ficava ruim e tinha que se consertar, tinha que fazer do mesmo tamanho, não podia fazer maior, entendeu?! E foi criada a Associação nossa em 1954

“Como eu fui parar no Morro do Timbau? Nessa época, em 1954, eu tinha um cunhado que morava lá, tinha um quartinho alugado lá e através dele eu fui pra lá e ali eu fiquei. Então, ali naquela época, ali era uma área que era dominada pelo Exército. Era patrulha do Exército que tomava conta daquilo ali. E tinha a patrulha do Exército pra cima e pra baixo ali! E tinha uma área lá que era capim e aí resolvemos invadir aquilo ali. Quase toda noite fazíamos um barraco lá.”

e foi através da Associação que a gente foi fazendo as coisas, indo no quartel, acompanhando, e ia sempre ao quartel pra prestar conta! Era rigoroso o troço, quando o morador discutia um com o outro duas, três vezes, era expulso do morro, era expulso de lá! A gente, que vivia direito, não achava errado essa participação [do Exército]. Achava bom, que era pra estar até hoje, porque a gente não ia estar vendo o que tá vendo hoje, não é isso?! Era pra estar até hoje assim, muito bem! Então, a Associação foi crescendo, foi crescendo, mudando de presidente, mudando de presidente e aí chegou um ponto que um coronel autorizou fazer casa de tijolo e aí melhorou. Aí, começaram as casas de tijolo: ia lá e dava autorização e a Associação foi crescendo com aquilo. Quando eu fui morar ali, não tinha água e nem luz. Nós apanhávamos água lá em baixo, lá na frente do Pinheiro e lá na frente do SESI, e apanhava água na balança... E veio o problema de água... Aí, foi quando, já no governo Lacerda, o Lacerda foi quem fez a obra do Guandu, uma grande obra que está até hoje abastecendo todos nós de água aí... Foi através da Associação que partimos pra cima do Departamento de Água e Esgoto e corremos atrás de água. Um dia, um engenheiro foi lá e prometeu que ia

botar água pra nós. Aí, fizeram um projeto da água, começou a vir lá da Avenida Brasil pra chegar até o pico do morro, onde tem aquela caixa d'água lá em cima. Isso deu um trabalho... E não colocaram. Mas aí, um dia, chegou uma engenheira, mulher, e eu contei a história toda pra ela e ela disse que daqui a três dias os canos iam chegar pra botar água lá! Tantas promessas já tinha tido, que nem acreditei muito. E não veio com três dias, mas veio com uns oito dias: encostou um caminhão e botou os canos da Avenida Brasil até na subida da Capivari e está até hoje. Mas lá da Capivari até no alto do morro eles não botaram, trouxeram os canos de 100, aí pediram pra nós para juntar os moradores, cavar a vala e para botar. Aí, tinha um rapaz da Cedae que fez um serviço pra nós e toma-lhe água, com toda pressão lá em cima, e ainda continuou bica nas ruas. E era muita água. Mas aí, foram furando o cano, furando... E foi perdendo a pressão. Aí, foi quando nós, aí já no meu mandato da Associação de Moradores, conseguimos botar duas coisas boas lá: luz e água, que não tinham. E a luz, que também não tinha, todas as comunidades formaram a Comissão de Luz e aí, nós criamos uma e o 'Seu' Pedro Justino foi o presidente dela. E botamos tudo poste de madeira e tem alguns lá ainda. A Comissão de Luz ficou uns 15 anos ou mais e depois a Light entrou direto. O que a Light fez?! Ficou com tudo que tinha a Comissão de Luz: transformador, os fios, que eram tudo de cobre, levaram tudo... E ainda teve alguns moradores que falaram que nós ficamos com os fios todinhos e vendemos! Eu, Euclides e 'Seu' Pedro não ficamos com um tostão! Que naquele tempo, o pessoal da Comissão de Luz, de outras comunidades tinha carteira assinada pra trabalhar e a gente nunca quis ter carteira assinada. A Comissão era um órgão oficial na época. Mas ninguém assinou nossa carteira, mas nós recebíamos uma comissão pelo trabalho que fazíamos. E era assim: dez por cento do valor da conta – eram três pra mim, três pro Euclides e quatro pra mulher que fazia o recibo e recebia as contas. Aí, veio a história da água que ficou sem força lá embaixo e fizemos outra reunião com os moradores. E fizemos duas caixas e fizemos um reservatório e colocamos bomba de sucção pra puxar da rua para este reservatório. No meu mandato, eu fiz, eu disse: “Vamos colocar luz boa e água boa”. E agora tem muita água, não falta água agora. Então, são as histórias de lá, do Timbau! O tal sargento, que a gente chamava de 'prefeito', loteou aquilo lá. Até que eu morava do lado de lá e vim pra cá, vendi minha casa lá e comprei na Rua dos Caetés e fiz a casa ali. Eu vim morar onde é minha casa em 1974 e já estava há uns três anos habitado.

Sobre a minha participação na Associação dos Moradores do Timbau, eu achei importante, porque já havia meus companheiros de trabalho que eu via fazendo as coisas, sendo feitas, e estava tendo muito resultado, né?! Aí, me convidaram pra ser candidato, aí eu me candidatei e ganhei. As assembleias eram muito cheias, o pessoal, a gente convidava eles e eles diziam: “O que vocês aprovarem lá tá bom!” Eles confiavam tanto na gente que o que aprovássemos tava bom! E até hoje tem moradores que gostaram da minha gestão lá e dizem que eu devia estar lá... Quando criaram a Associação, não tinha sede aquilo, aquilo ali era um barraco, não tinha telhado, não tinha nada. E fizemos a sede ali e quando foi já na época da Comissão de Luz, foi que nós botamos a primeira laje naquela sede. A laje foi projetada por um engenheiro nosso, que trabalhava pra firma lá. Ele calculou como ia ter bailes e calculou mil quilos por metro quadrado: é uma laje de dez centímetros, com ferro, cada dez, né?! E teve muitos bailes por lá... E aí, pra receber essa laje, o primeiro balde de concreto das colunas, e que está lá até hoje, foi eu e Agamenon que botamos! Se as despesas para a primeira laje foram cobertas pela [renda] da Comissão de Luz, a outra laje foi feita com recursos de uma entidade chamada Ação Comunitária do Brasil. Eu não sei bem quem trouxe essa pessoa pra lá, eu sei que apareceu a Dona Maria de Lurdes junto com a Ação e começou a trabalhar com a gente. E ela conseguiu outros recursos com a embaixada do Canadá para o CETOT e aí, fizemos outras salas de aula ali. E eu tive o prazer de inaugurar com o embaixador do Canadá. E acharam por bem ter uma sala de aula no meu nome, ‘Pedro Rufino’. E veio muita gente da Universidade dar aulas pra nós, ensinar. Muita gente da Universidade cooperou com o Timbau. E nós conseguimos tudo isso através da Associação. A Associação é de utilidade pública; agora, hoje, tá um fracasso. Naquele tempo, todo mundo pagava a Comissão de Luz e quando ia pagar a conta, pagava a mensalidade da Associação. Então, naquele tempo, a gente tinha dinheiro pra fazer. Foi quando veio o governo Moreira Franco e urbanizou toda a área da Maré. Então, tá lá até hoje as ruas, tudo calçada, tudo bonitinho. Aquela Praça Bangu – nós botamos o nome de Praça Bangu, porque tinha um colega nosso que chama Astrogildo, mas o apelido era Bangu –, na minha gestão e do Agamenon, junto com os moradores, fizemos uma muralha dessa grossura assim com concreto armado, aterramos tudo e está lá aquela praça. De vez em quando, dou uma olhada pra ver se está rachado, mas não rachou nada.

No CETOT, teve uns cursos também: curso de eletricista, curso de pedreiro, de ladrilheiro e eu inclusive dei um curso ali. Naquele tempo era pela LDA e dei curso de pedreiro e de ladrilheiro a eles. E também aqueles pisos lá da sede, aquelas cerâmicas todas, foi um curso que eu dei pela LDA. Teve duas turmas: uma no CETOT e outra na Associação. Dávamos certificado e quem assinava era o pessoal da LDA, do SENAI. Ganhavam um diploma, ganhavam uma caixa de ferramentas e ganhavam igual a 20 reais hoje. Era um curso pequeno, mas tinha o mercado de trabalho bom... O curso era de 40 horas. Mas eu dava aulas no trabalho também. O trabalho da gente da Universidade [UFRJ] parava às cinco horas e aí, a gente ia para debaixo dos prédios, aqueles que botaram abaixo agora [parte do Hospital Universitário da UFRJ] e tinha um canteiro. E eram seis monitores para cursos de pedreiro, jardineiro, carpinteiro, eletricista, bombeiro. O encerramento, era bonito aquilo ali... Eu já encontrei gente que eu ensinei nesses cursinhos e depois eles foram encarregados de obra. E quem se interessou e desenvolveu foi em frente. Porque todo curso é assim, né? Porque você dá aula para uma turma de 30 e tem cinco que nem é com eles! Então, chega um ponto em que você vai ensinar para aqueles que querem aprender, entendeu? Eu dei aula durante sete anos, todo dia, das seis às nove da noite, vinha um cara do SENAI pra acompanhar o curso e a cada encerramento nós fazíamos uma festinha lá. Eu sempre tinha três, quatro turmas inscritas pra aprender para o mercado de trabalho. Os alunos eram gente de todo canto e era um interesse muito grande. Um dia, eu cheguei na minha casa no Timbau e uma mulher e um marido estavam lá pra pedir pra eu arrumar um curso de pedreiro pro marido dela.

Como eu me tornei professor? Foi porque nós fizemos um curso de 176 horas lá no prédio da Engenharia, um curso de aperfeiçoamento para mestre de obras. Depois desse curso, o SENAI me chamou pra dar aulas. E minha casa no Timbau fui eu que construí. Quando eu saí daquele barraco que era de madeira, nós invadimos uma área que era só de capim e fizemos nossas casas. Me lembro agora que no meu mandato da Associação, eu e a turma fizemos um documento para o quartel para que eles ou vendessem ou doassem aquela área pra nós. E rolou, rolou e até fomos parar até no Ministério da Guerra lá na Central pra ver como estava o processo. Aí, quando foi no governo militar, o comandante chamou nós lá e foi aí que a gente foi saber que aquela área ali não era deles. O comandante disse que daquela área eles apenas tomavam conta e que não podia ser vendida nem doada pra nós por-

que era da União, mas não do Exército. No governo militar, eles lotearam aquilo, venderam aquilo, deram... não sei bem o nome, um título de propriedade pra cada um, um título de posse para cada um... Mas não me deram esse título, porque eu estava morando em uma área que era de um dono e até hoje ninguém recebeu esse documento. Já na parte lá pra trás, quem recebeu o documento tirou até escritura. Mas naquela parte que eu moro, ninguém pode ter escritura porque não tem esse documento. Mas aquilo foi tudo vendido, eu não paguei, porque não recebi esse documento. Todo mundo que pagou e quis tirar a escritura tiraram a escritura. E teve até gente que vendeu aquilo pela Caixa Econômica, porque tinha o título.

Sabe, o governo militar começou a atuar naquela área toda depois de 1964 e o governo militar governou durante 21 anos. Eu não sei nem qual governo entrou depois, eu sei que, um dia, o Mário Andreazza e o Oscar Niemeyer passaram em frente da minha casa e eles passaram visitando a área ali. Eu até mostrei ao Oscar, que era um senhor, que era um grande arquiteto, que “Nós aqui não somos arquitetos, mas essas casinhas aqui...” E ele: “Mas estão muito bem feitas as casinhas de vocês”, disse o Oscar. Minha história é muita coisa naquele Timbau ali... Muita coisa a gente fez ali. Quer dizer, tudo junto com os moradores. Quando foram botar água lá, que cobramos 30 contos de cada um, teve um morador, que já até faleceu, que disse que se a água chegasse ali, ele bebia tudo de uma vez. Aí, quando veio a água de verdade, aqueles que não pagaram pagaram mais do que os outros porque duvidaram. Falaram que iam beber tudo de uma vez...! Eu só sei que está lá a caixa d’água, a luz e o esgoto. Então, justamente, quando veio o governo militar, já tinha muita coisa feita no Timbau.

Em 1954, quando eu fui pro Timbau, a Orosina já morava lá e era antiga ali. Ela tinha um documento com a assinatura de Getúlio Vargas pra ela não pagar nada a ninguém ali e nem o negócio do lote ela pagou. Teve um encontro na Vila do João que o [presidente] João Figueiredo entregou esse documento à Orosina. Chamou ela lá e ela foi condecorada com o presidente João Figueiredo, se não me engano. Entregou esse título a ela, sendo a primeira moradora de lá, já que ela tinha um documento de Getúlio Vargas dizendo que ela morava ali e não pagaria nada a ninguém. Morreu de velha. Ainda tem um resto da família dela lá. Tem um barraquinho, até hoje, que é aquele barraquinho da Orosina. Quando eu cheguei, encontrei ela morando lá e já tinha esses pescadores lá embaixo. Eu só não sei quem veio primeiro, se foi ela ou se foram os pescadores.

E eu fiz uma família grande, eu criei sete filhos. A minha vida era só trabalhar. E naquele núcleo dos pescadores da Praia de Inhaúma eu não tinha amizade nenhuma. Eu só conheci um homem, que se chamava Valter e que morava naquela área ali do ferro velho. Ele morava por ali, ele era até rezador. Rezava muito. Ele era índio ou filho de índio. Eu lembro desse homem que morava naquelas palafitas lá. A família do Albano Rosa morava tudo ali, no Pinheiro. Pessoal que morava ali também era a Maria Correia, que era parteira. A Maria Elizabete, minha filha, nasceu pelas mãos dela. Ela é de 1954. E ela foi a parteira dela. Morava ali na Praia de Inhaúma. A sabedoria que ela tinha ela aplicava... Mas a minha mãe morreu de parto na Paraíba. Porque a parteira não deu jeito. Minha mãe era nova, morreu, acho, com 32 anos. Eu fiquei com dez anos de idade. Eu era o filho mais novo. E ainda estamos vivos, todos os cinco, graças a Deus. Minha primeira esposa se chamava Severina Rufino da Costa. Ela era minha prima. E as filhas são Maria Rufino da Costa. Depois, veio a Elizabete, Marilene, depois veio o Genivaldo, a Márcia e a Cristina. E nasceu um que até botei meu nome, mas só viveu nove dias e morreu. O menino Genivaldo adoeceu, pegou uma doença e morreu com 39 anos. Ele era conhecido na comunidade como Nêgo. Apelido de criança. Como ele era moreninho... “Nêgo” pra lá, “Nêgo” pra cá... Hoje eu tenho filhas, netos e bisnetos. Tudo nascido no Timbau. Todos! Só a primeira que é paraibana. Eu criei uma família grande, mas não tive condição de educá-los, porque não tinha dinheiro, não é? Todos só fizeram o primário, mas tenho dois netos formados na universidade.

Sabe que tem uma rua no Timbau com meu nome? Travessa Rufino. Minhas filhas fizeram pra mim lá... Travessa Rufino! Mas no Timbau a gente sempre teve uma troca bonita com o pessoal do Parque Maré, Nova Holanda, da Baixa do Sapateiro. Nós tínhamos muito contato um com o outro. Sempre se convidava, quando tinha assembleia de lá, a gente ia ou quando tinha aqui, eles vinham pra cá. Nós éramos um conjunto bonito de troca de ideias, trocávamos muitas ideias uns com os outros. O pessoal participava, pagava a Associação. Mas hoje as escrituras das casas não passam mais pela Associação, já que o documento é passado em cartório, não é? Mas antes tudo era feito na Associação. Aí, o pessoal se via quase que na obrigação de pagar a mensalidade da Associação. Hoje, eu acho que não tem 400 pessoas que pagam a Associação... Ah, mas na nossa época, já teve pra mais de mil pessoas que pagavam...! Porque nós fazíamos tudo na comunidade: ajeitá-

vamos esgoto, botávamos água, tudo a gente fazia porque tinha dinheiro. Agora, quando nós íamos resolver problemas junto com o governo, a prefeitura, a gente ia e o que nós comíamos na rua, nosso lanche na rua era pago dos nossos bolsos pra não tirar da Associação. Mas tem um grupinho que sempre fala que o diretor rouba... Teve um caso lá também, que vocês devem ter ouvido falar, que existia uma fundição de chumbo, que chamava, acho que era, Arca. E nós tentamos acabar com isso e acabamos. Porque aqui o pessoal vivia doente. Era ali na Rua dos Caetés. Aquilo foi uma luta e o cara tentou até subornar a gente... Alguns moradores do Timbau trabalhavam lá, mas acabamos com aquilo. Foi outra vitória da Associação. Quando nós fazíamos uma assembleia geral e dizíamos “Vamos fazer isso!”, todo mundo levantava a mão para fazer. E tinham aqueles que, quando nós convidávamos, diziam pra gente: “Olha, se eu não for [na Assembleia], pode mandar fazer, que tá aprovado!” Então, eles confiavam na gente.

O que que significa o Timbau para mim? Eu gosto muito do Timbau. É uma área muito boa e o pessoal é uma família ali. Hoje já não tem muita gente, porque muitos já se foram, né? Mas ainda ficaram os familiares deles e hoje eu passo ali e todo mundo me conhece, fala comigo e eu acho que é uma beleza o Timbau. Eu acho uma beleza aquilo ali. Eu gosto do Timbau. Eu me sinto feliz, porque eu fiz parte de muita coisa boa que tem hoje ali. Eu sempre tive a ideia de ver as melhores coisas para nós ali, eu sempre tive essa ideia de sempre ter o melhor para todo mundo ali. Tanto que essa luta que teve para botar água, colocar esgoto é porque eu tinha o interesse de ver uma área sadia. Tanto é que, quando veio a história de urbanização do Timbau, já estava quase tudo pronto e tudo ali foi feito com os moradores. Hoje, eu moro em Anchieta. Com minha segunda mulher. Eu, agora, não moro mais lá no Timbau. A minha filha Elizabete é que comprou minha casa. Mas eu estou sempre no Timbau. Eu vou lá ver minhas filhas. É..., minha história é lá! Mesmo assim, eu pago a Associação. Vou lá e pago o ano todo. Eu sou o sócio número sete da Associação dos Moradores do Timbau.

// **Expedito** Correia da Silva

“

Meus filhos não quiseram ser pescadores (...), ninguém quis ser do mar, só eu mesmo.”

Sou Expedito Correia da Silva, filho de José Correia da Silva e Ercília dos Santos Silva, nascido e criado em Bonsucesso. Quando eu fui morar na Praia de Inhaúma, no pé do Morro do Timbau, ali era tudo mar, não existia o Aterro do Caju, não existia a Linha Vermelha. O Fundão era três ilhas só: o Bom Jesus, a Ilha das Cabras e outra, que eu esqueci o nome agora. Não existia a ponte do Galeão, o mar era aberto, ali era um santuário de peixes. Onde é a Vila do João, ali era uma praia bonita, o pessoal de Mangueinhos vinha tomar banho nela. Ali onde tem o Faria Timbó, a água ali vinha limpinha... Foi por causa do progresso, o progresso que acabou com tudo, o progresso é uma desgraça na vida do ser humano. O santuário de peixes acabou, o próprio homem destruiu. Tem um cantor chamado Bhega, que é lá do Complexo da Maré e que fez uma música sobre isso. Ele fez sobre o mar daqui da Praia de Ramos, como era antigamente... Meu irmão.... Eu chegava aqui antigamente com o barco carregado de sardinha e vinham pessoas da Vila do João, do Morro do Alemão pegar sardinha comigo. Eu carregava o barco com uma base de 120 caixas: 80 eu vendia, 40 eu doava, entendeu? Ainda ia pagar bolo e café para as crianças na cantina, porque chegava 11

horas da manhã e todas elas estavam com fome. Naquela época era brabo, eles levavam bacia de peixe, bacia de 20 cheia de sardinha, e eu sabia que era pra vender lá em cima, que era para o pessoal fazer um dinheirinho para comprar outras coisas. Então, eu sempre trabalhei assim. A nossa Baía de Guanabara tem 40 rios, eram 40 rios férteis de peixes, hoje são 40 rios de esgoto! Tu larga uma rede no fundo do mar agora e você não consegue botar ela pra cima direito de tanto saco plástico, galhos, tudo o que não presta; tem sofá-cama, pneu, tudo debaixo dessa Baía de Guanabara. Tem mais lixo debaixo d'água do que em cima agora. O que eu estou falando é uma realidade. Quando aterrou ali para o Galeão, o Rio Meriti começou a jogar o lodo dele... O "Boca Larga", que é o rio da Petrobras, que é mais adiante um pouco, ali, se passar um peixe em frente àquele rio, uma tainha, e se tu for comer ele, vai dar a impressão que você está comendo uma estopa com óleo. Eu desafio qualquer um a ir lá e fazer uma análise da água que sai lá daquele rio, porque dali não sai o petróleo, dali sai é química que eles fazem do petróleo. Tem os outros rios: o Rio de Estrela, Rio Boaçu, Rio São Francisco, isso tudo está contaminado... E antes isso era uma festa de peixes!

Eu nasci no ano de 1944, fui pra Praia de Inhaúma com quatro anos. Eu sempre me criei em Bonsucesso, ali perto da Rua Nova Jerusalém. Mas ali tinha uma vala, que passava ali naquele tempo, então eu peguei meningite e mais três irmãos pegaram e só salvou eu e o Jorge. E aí, o meu pai foi lá pra Praia de Inhaúma. Meu pai era um pescador e trabalhava no Arsenal de Marinha, entendeu? Aí, fomos morar lá na Praia de Inhaúma, que era um clima melhor. Lá não tinha esgoto, não tinha nada, o mar era limpo... E você sabe o que que eu gostava de ver? Eu era criança, tinha quatro anos, e botava minhas perninhas para fora do cercado que meu pai fez e ficava olhando o reflexo da lua por cima da Ilha do Pinheiro [Ilha dos Macacos, atual Pinheiro]. Mas que coisa linda, uma marolinha... E eu tô até hoje com isso na minha mente, até hoje gravado, não esqueci, eu tenho uma mente muito aberta para essas coisas. Até hoje, desde quatro anos, eu me lembro dessa viagem que eu fazia, o reflexo da lua saindo por detrás da Ilha do Pinheiro, era uma coisa linda! E eu ficava hipnotizado olhando aquele reflexo. Eu tive infância, sabia? Naquela época, não tinha essa violência que tem, a gente podia dormir até com as portas abertas, ninguém mexia em nada. Lá na Praia de Inhaúma, as famílias dos pescadores se respeitavam, ninguém mexia em nada de ninguém, entendeu? E lá ninguém ficava parado, sempre

arrumavam uma vaga para o outro pescar, sabe como é que é? Era assim antigamente. Eu aprendi a consertar motor: motor a óleo, à gasolina, e o pessoal lá do Pinheiro sabe disso. Rede, eu fazia qualquer tipo de rede mesmo, eu sempre fui um cara versátil e trabalhava de mestre na proa, eu sempre fui um comandante. Eu levava às vezes esses moleques, que estavam no tráfico aqui de Ramos, e eu levava eles para pescar comigo; os que pegavam o gostinho de trabalhar continuavam trabalhando e paravam com esse negócio. Teve um que uma vez, eu já estava cego, eu estava ali com meu irmão e ele veio e me abraçou e eu disse: “Oh, rapá! Por que tá me abraçando?” E chorando: “Expedito, você me ajudou no passado e me tirou dessa vida safada, hoje eu tenho uma filha”, mas chorando mesmo. Tu já viu homem chorando? Quer dizer, um bocado deles eu tirei dessa bagunça. Antigamente era, agora não, mas naquele tempo aqui era assim... Eu entrava nisso aí sozinho, de rede, sozinho pra pescar, no barco do meu irmão, eu conhecia os lugares. Eu pescava muito em Niterói, Paquetá, aquelas pedras todinhas lá da costa, Jurubaíba, aquelas ilhas todinhas. As bocas de rio todinhas... Conheço essa Baía de Guanabara como a palma da minha mão... Aí, veio o progresso e acabou com tudo. Niterói mesmo, não tem umas pistas que fizeram lá no Morro da Luz? Ali era tudo escuro e tu ia assim e as sardinhas na proa do barco... Parecia que estavam fazendo um balé delas, com a água acendendo, porque no escuro a água acende, parece que dá um reflexo. Você vê o peixe no fundo do mar, no escuro. Parece uma luz fluorescente.

Então, eu fui com quatro anos para a Praia de Inhaúma e lá eu fui crescendo, fui crescendo, meu pai era pescador. E aí, com 14 anos eu comecei a pescar. Com 14 anos, eu saí para pescar e aprendi a trabalhar em traineira. Meu pai, quando desmontava o motor, eu ficava ali para aprender, e sempre fui uma pessoa versátil. Olha, no Pinheiro, sabe o que eu fazia? O pessoal quebrava o motor... o Picolé, o Altivo, o Rogério, filho do Mário, o mais antigo da Praia de Inhaúma e que mora lá mesmo no Timbau, eu via eles com o motor quebrado e eu consertava, para eles não terem que pagar oficina. Meu pai trabalhava no Arsenal de Marinha, trabalhava no rebocador, e ele cansou de ir buscar navio lá fora. Ele também trabalhava nas barcas d'água que abasteciam os navios dentro da Marinha.

Meu pai nasceu no Rio, no Morro do Amorim. É onde é ali a Vila do João, ali perto. Ele ia trabalhar no Arsenal e ia pescar pra sustentar a gente, que eram seis filhos. Seis filhos, já pensou? Naquele tempo, não tinha fralda descartável, tinha que lavar e minha mãe lavava aquilo com a minha avó. É verdade!

“Nasci aqui no Morro do Timbau, morei na Praia de Inhaúma, morei na Rua Joana Nascimento, mas para mim o mar era minha vida, o mar é a minha fonte de inspiração de tudo, e quando eu estava no mar, eu estava nos braços de Deus. Às vezes, eu esticava uma rede no mar, uma rede de plástico – por último era plástico, né? –, eu deitava na popa do barco e ficava olhando para o céu azul e aquelas estrelas, fazendo uma prece pro mestre.”

Tinha que trabalhar mesmo. Meu pai tinha uma canoa grande e ele encostava do lado da nossa varanda – o mar ia lá, né? –, aí, vinha cheio de corvina. Tinha que ver, meu pai era um prazer! Minha mãe era dona de casa, minha mãe era costureira, minha mãe fazia roupa pra gente. Meus avós eram portugueses, moravam lá no Morro do Amorim. Minha mãe trabalhou, quando era solteira, na GE¹ junto com meu pai, e foi lá que eles se conheceram. Era a fábrica de lâmpada da época, aqui em Benfica. Vê quantos anos faz isso? Meu pai morreu com 50 anos. Naquela época, a vida era curta, o que matava mais era coração. A vida agora tá melhor do que antigamente, eu acho. Agora, se eu tivesse trabalhando, pescando, estaria melhor, porque eu vou te falar: eu sustentei a minha família só com produtos do mar. Tenho meus filhos, netos e com 68 anos, já tô com três bisnetas e um bisneto. Tá bom pra caramba, já posso morrer: plantei um abacateiro, tem muito abacate e escrevi um livro! Eu escrevi: “Reencarnar para evoluir”! Eu sou espírita. Eu sou espírita cristão, meu caminho é só o mestre Jesus.

Nasci aqui no Morro do Timbau, morei na Praia de Inhaúma, morei na Rua Joana Nascimento, mas para mim o mar era minha vida, o mar é a minha fonte de inspiração de tudo, e quando eu estava no mar, eu estava nos

1. Empresa General Electric.

braços de Deus. Às vezes, eu esticava uma rede no mar, uma rede de plástico – por último era plástico, né? –, eu deitava na popa do barco e ficava olhando para o céu azul e aquelas estrelas, fazendo uma prece pro mestre. Eu me arrepiava pescando no mar, fazendo isso. Aquilo ali enchia minha alma de amor, entendeu? Até hoje eu falo, com lágrimas nos olhos, que o mar foi a fonte da minha vida. No mar, eu trabalhava por amor, tem gente que ficava reclamando: “Se eu não matar peixe nenhum...” Mas eu não, eu vinha cantando, sorrindo e se eu matasse, eu vinha mais sorrindo ainda. Eu sempre fui assim, eu nunca fui olho grande, não! Eu sempre fui assim, sem querer ser melhor do que ninguém. Aqui, às vezes, chegavam as pessoas com a receita para comprar remédio e não tinham o dinheiro para comprar: “Me dá esta receita aí” e eu ia lá, mandava comprar o remédio e dava à pessoa. E eu sempre fiz isso, mas não faço isso para me vangloriar, não. Mas sabe por que isso? Porque eu passei necessidade. Eu sei o que é fome, entendeu? Eu sei o que é fome, então, é por isso que eu nunca deixei de ajudar ninguém. Meus filhos não quiseram ser pescadores, não. Eu tenho uma filha que se aposentou do Estado, a outra se aposentou do Município e meu filho trabalha no aeroporto, ninguém quis ser do mar, só eu mesmo.

Antigamente, não existia a Nova Holanda, mas já existia a Baixa do Sapateiro e com poucos moradores, mas a Nova Holanda, o Parque União não existiam, entendeu? Aí é que foram fazendo casas ali. Foram invadindo para o mar, aterrando. Aterraram tudo! Ali por trás da Nova Holanda, ali dava muita tainha, tinha uma coroa chamada “Coroa das Negras”, dava muita tainha ali no meu tempo. Quando eu era garoto, já existiam moradores na Baixa do Sapateiro, mas não muito, muito pouco, e tinha pescador lá também. Aí, fizeram a Nova Holanda e até pegou fogo naqueles barracos uma vez, isso há uns 40 anos atrás. Aí, foi vindo, o progresso não, a invasão. E aí, o governo da revolução aterrou aquilo tudo lá. O Pinheiro aterrou e na Vila do João deram casas de graça pro pessoal, apartamentos de graça na época. Acabaram com tudo, aterraram a Ilha dos Macacos... A Ilha dos Macacos tá lá ainda, é um morro que tem lá no Pinheiro, ali que era a Ilha dos Macacos, ali era tudo mar, a água limpa ali em volta e os botos ficavam em volta da ilha e os cardumes, cardumes de tainha ficavam ali quando a maré enchia.

E como é que era a vida de rapaz trabalhando como pescador, como era a nossa diversão? Ah, eu vinha pra Praia de Ramos. Eu tinha uma canoa e vinha pra cá. E ia passear com as mulheres, era solteiro, eu era pintoso na

época e eu tinha cabelo igual de índio, eu não era careca assim, não! E eu tinha um corpo... Tinha o “bambu” ali, aqui na Praia de Ramos, que era uma praia limpa e vinha gente de tudo que era lugar do estado do Rio para tomar banho nela. Aí, depois começou a fazer barraco lá na Praia de Ramos. Agora, posso dizer pra você que eu tive infância, não tinha violência no meu tempo. E eu via as palafitas serem construídas aqui na Maré, mas naquela época era areia, agora é lama. Eu sabia que ia acontecer isso! Eu sabia que ia acontecer isso, o progresso ia chegando, rapaz! E o progresso atrasou tudo no que você imaginar: a violência aumentou, a poluição no mar e outras coisas que você tá vendo aí que não precisa falar, entendeu? Mas acontece o seguinte, eu tenho uma concepção de vida minha que eu penso de um jeito. Quer saber, eu nunca bebi na minha vida, nunca bebi, nunca botei tóxico na minha boca, tudo o que eu fiz na minha vida foi com a cuca limpa, a cuca legal. E sabe qual era a bebida que eu gostava? Uma Coca-Cola... Tinha aquela pequena e a média também. Mas agora dá licença, que eu vou fazer o meu Sustagen, falou?

// Euclides Nunes

“

A coisa que eu tinha mais vontade de ver era isso aí, era essa água caindo em abundância.”

Sou Euclides Nunes, cheguei aqui no Morro do Timbau no ano de 1954 e vim da Paraíba. Lá na Paraíba, eu era agricultor. Se perguntasse assim: “O que você era?”, eu era agricultor, a minha vida era na fazenda. Mas eu fazia outros serviços, porque eu trabalhava também com gado, sempre criei gado, era vaqueiro, corria atrás de boi no pasto. E tínhamos um pequeno parque de diversão, ainda hoje estão lá só as madeiras. Era eu e meu irmão: era um parque de diversão, umas canoas, que a gente usava nas festas de fazendas. O nosso parque era meia dúzia de canoas e às vezes a gente nem levava, levava só o carrossel. Nós íamos às festas e montávamos o nosso parquinho. O carrossel era com 12 cadeiras e a gente armava, mas aí apareceram aqueles parques grandes, dos locais mais fortes, aí atrapalhou a vida da gente e a gente ficou só montando nas fazendas. Dias de festas, por exemplo, a gente montava: Nossa Senhora da Conceição, dia 8 de dezembro; São Sebastião, dia 20 de janeiro, e às vezes, no Natal, a gente fazia na cidade mesmo, em Santo Antônio. Era uma fonte de renda minha e do meu irmão. Nessa época, eu tinha uns 30 anos, cheguei aqui no Rio com 35. Meu pai era agricultor e ele contava que houve uma melhora lá e essa melhora prosseguiu, porque antigamente era você ter o que comer ou não ter o que comer,

que se chamava “a fome”. Falava-se assim: “no tempo da fome”, que era em 1925, 1927, 1930, por aí. Mas nós vivíamos da agricultura e dava pra viver e até hoje dá. Meu pai fazia farinha da mandioca e sempre já tinham os compradores que compravam pra levar pra capital. Eles compravam a farinha pra levar para aqueles lugares que não produziam farinha, o sertão. O sertão não tem como produzir roça, produz batata-doce, mas farinha não tem como produzir, por causa que é uma terra que não chove.

Nós tínhamos uma casa chamada galpão dos sertanejos, porque nós morávamos na fazenda que a gente tinha, uma grande propriedade, até hoje nós temos quatro propriedades. Então, aqueles sertanejos vinham e meu pai já ficava esperando pra eles trabalharem: plantar cana, abacaxi, pra ajudar. Tínhamos três trabalhadores que meu pai pagava, mas todo ano vinha um bocado de sertanejo pra trabalhar. Vinham pra fazer um roçado, brocar mato, derrubar a mata pra quando chover, plantar lavoura. De vez em quando, de 15 a 20 dias, um deles recebia o pagamento que eles tinham que receber e iam em casa levar o dinheiro para os familiares lá no sertão, e iam a pé, dois a três dias de viagem, porque não tinham condução.

A propriedade meu pai comprou com trabalho e ele comprou um pedaço de terra num lugar chamado Passassunga, na Paraíba só que nós vendemos depois e compramos lá no Rio Grande do Norte, num lugar chamado Arapuá. Mas eu fiquei na Paraíba e quando eu casei, a família da minha mulher já estava aqui no Rio. Aí, eu resolvi vir, mas já pensava que não vinha pra ficar; vim ficar um tempo e depois voltar. Mas cheguei, arranjei emprego e comecei ficando... e tô até hoje! Quando vou lá, é só a passeio, vejo meus irmãos, tenho dez irmãos vivos, né? O “véio” era bom... E estou por aqui vivendo, tenho umas propriedades lá, as heranças de meu pai. Minha mãe morreu agora com 104 anos.

Então, na época, tinha muita gente vindo para o Rio e eu tinha vontade de vir. Um dia, eu vinha da lavoura, do roçado, mas um tempo fraco de chuva, algodão ruim, então, eu cheguei no caminho, vinha eu e a minha mulher... Sabe, sempre nós fomos muito assim... Graças a Deus, nunca brigamos, nunca precisou de briga. Se todos os casados vivessem assim como nós, era uma boa! Nós nunca discutimos e o que ela falava eu combinava, o que eu falava ela combinava. E vivemos! Aí, vinha ela do roçado, tava apanhando algodão, um troço assim. Aí, eu disse: “Vamos para o Rio?” Aí, ela disse assim: “Se você me levar, a gente vai. Se você me levar, a gente vai”. Ela não disse assim: “Vai, depois eu vou”. Só fez dizer: “Se você me levar, a gente vai”. E eu disse: “Depois de amanhã, eu vou comprar a passagem”.

Eu nunca gostei de trabalhar na terra e o meu sogro veio e aí, nós viemos. Veio meu sogro, veio o Orlando Bernardo, casado com uma tia da minha mulher, veio o Zé Bernardo, casado com uma outra tia. Quando eu cheguei, esse povo já tava tudo aqui no Morro do Timbau. Mas o meu medo era chegar aqui e não encontrar onde morar e ter que morar dentro da casa dos outros. Do sogro, né?! Mas quando eu cheguei aqui, eles disseram: “Vamos lá em cima, vamos lá. Comprei esse barraco aqui pra vocês morarem”. Aí, olhei o barraco, o cara que se mudou tinha deixado uma cama, que não dava pra aproveitar muito, e o barraco. É ali atrás do 22. Nos fundos tem uma pedra e tem um barraco, era ali. E aqui ficamos. Depois eu troquei de casa e eu tenho uma filha que nasceu na Paraíba, mas os outros todos nasceram aqui no Rio. Tive sete filhos. Mas família grande quem tinha era meu pai, eram uns 20 irmãos... Aqui no Timbau, as casas não tinham luz, não tinham nada. Quando eu cheguei por aqui, isso aqui era na base do querosene. Só que tinha um moço lá em baixo, junto da Capivari, que cedia luz pra minha sogra. Aí, eu fui, pedi luz a ele, aí ele disse: “Fala com ‘Dona’ Maria...” E eu pedi a luz a ela. E pedi a um moço pra botar um relógio ali e de lá eu puxar a luz pra cá. Porque a Light não vinha pra cá, a Light não entrava em favela. Então, não existia luz nas favelas! Eu falei com este moço e ele me perguntou se eu tinha um local pra botar o relógio. Aí, eu fui na Light e o cara da Light me falou: “Oh, o negócio aqui é o seguinte: já teve um moço hoje aqui, o nome dele é Pedro Justino Barbosa. Então, o senhor vai se unir com ele para criar a Comissão de Luz, porque nós não vamos entrar na favela. A Light não gasta dinheiro na favela, então o senhor vai lá, conversa com ele”. Isso foi na Light do Centro, onde a Light tem a sede dela. Isso foi uns seis anos mais ou menos depois que eu cheguei. Aí, conversei com ‘Seu’ Pedro Justino e partimos pra cima disso, né?! Partimos pra resolver esse problema. E criamos a Comissão de Luz. Tinha que cobrar tanto pra cada um: 30 reais de cada morador, mas dez era pra botar no banco, não podia gastar o dinheiro todo, tinha que ter uma conta no banco, caso precisasse um poste, e não precisaríamos ir mais atrás de morador e tínhamos o dinheiro lá, tudo direitinho. E foi funcionando, funcionando e eu, que tinha estudado, feito um curso de eletricitista, aí eu fiquei como eletricitista. Marcava toda a rua, era eu que marcava, fazia as contas. Eu era morador, eu queria água, queria luz e eu pagava a mensalidade da Associação, não deixava de pagar. Já tinha a Associação dos Moradores e eu trabalhava para as duas coisas: eu era da Associação e

da Comissão de Luz. O presidente da Associação na época era o Agamenon, mas antes, quando eu participava só da Comissão de Luz, o presidente da Associação era o Hélio Borges. Quando eu comecei a organizar a Comissão de Luz com o Justino, o Agamenon ainda não estava aqui. O Agamenon veio depois de 1965, eu lembro muito bem. E tinha a 'Dona' Mercedes, que era mulher do 'Seu' João, que morava naquela casa colada com a Associação, e ela era cobradora de tudo ali. Então, ela começou participando da Comissão de Luz e como ela começou a cobrar a taxa da Comissão de Luz, ela ia nas casas e recebia a da Associação também. Tinha muito morador que não pagava a Associação... Queriam água, queriam luz, queriam esgoto, queriam essas coisas todas, mas não queriam pagar.

Aí, passou a funcionar muito bem e a renda da Associação aumentou três vezes, suponho que por conta da cobrança da 'Dona' Mercedes. Mas nessa época ainda não tinha água. O problema todo aqui era essa água. Tinha uma luta pra ver essa água funcionar como ela é hoje. Essa água consumia muito tempo. Eu abria a água de madrugada, ela demorava, vinha devagar pra cair na rua ali, e aí enchia o que estava vazio. Aí, a mulher lavava roupa, todo mundo lavava sua roupinha. Quem pagava tinha água, mas não podia abrir pra todo mundo de uma vez só, então abria pra uma, abria pra outra, conforme a hora de abrir. Cada pessoa, cada rua, cada lado. Tinha um registro e eu abria a água num determinado tempo. O meu pedido a Deus, que conhece todas as coisas, que tudo vê, e que tudo ele faz parte, é que a água fosse como ela é hoje. Aí, depois de um bom tempo, a água passou a ser assim, direto. Aí, nós fizemos aquelas duas caixas d'água, mas isso já foi na época do Agamenon, quando ele era o presidente da Associação.

Sobre a ação dos sargentos [do Regimento de Carros de Combate do Exército] aqui no Timbau em 1955, eles não queriam que a gente construísse casas de tijolo. E me lembro que um dia, eles chegaram no dia que a gente estava prometendo botar água aqui no morro, ligar água. Com mais de 300 pessoas assistindo à nossa conversa em relação à água, um deles falou, subiu no banquinho e falou: "Gente, não acreditem nesse povo, não botem dinheiro na mão desse povo da Associação para ter água, porque ninguém vai ter água aqui, não. Eles vão ficar com o dinheiro de vocês, vão roubar o dinheiro de vocês". Falou isso na cara da gente, com mais de 300 pessoas assistindo! Ele não queria que ligássemos água aqui por causa que ele achava que o terreno era dele. E hoje o terreno é nosso e ninguém pagou nada. Hoje

o terreno é nosso. Mas ele achava que ia acontecer o que ele pensava. Mas esses terrenos são nossos, nós temos até escritura. Eu tenho a escritura do meu e ninguém pagou nada. Quando eu cheguei, já tinha alguma ação desses sargentos. Naquela época, eles não deixavam fazer casa de tijolo... Já tinham parado com o barraco. Não adiantava querer fazer, que eles não deixavam fazer. Depois, foi querer entrar um tal sargento e aí, ele abriu mão, não adiantava, porque ele não tinha mais como dizer que o lugar era do quartel, com a ocupação dos moradores. Aí, ele deixou funcionar como está até hoje e cada um faz sua casinha como quer; tem um terreno, vai fazendo. Me lembro do sargento Cruz, que, quando saiu, não entrou mais ninguém. Foram três do meu tempo: Pacheco era um, o outro eu esqueci o nome e o Cruz. Mas o Cruz, quando ele saiu, o Exército não se preocupou mais com nada... Acabou.

Eu trabalhei numa fábrica da Coca-Cola, onde é hoje a Rua Dom Hélder Câmara. E depois saí da Coca-Cola e vim pra Atlas e me aposentei na Atlas, uma empresa de transporte ao lado da Expresso Brasileiro. Trabalhei 17 anos. Mas no morro, eu já quebrava um galho pro pessoal como eletricista. Como profissional, porque eu tenho diploma de eletricista, eu tenho curso, estudei tudo aqui no Rio, mas nunca exerci a função de eletricista. E fui ajudando...

Mas é o seguinte: eu sempre achava que na Associação de Moradores só tinha ladrão. Era o povo de Hélio, era aquele pessoal todo, o Pedro Justino e um bocado de gente. Eu não aceitava aquele negócio. No dia em que eu recebi o convite para ir fazer parte... Sabe, eu sempre fui assim, quando eu desconfio de uma coisa e se me convidarem pra ir ali, eu vou para saber se de fato eu estava certo ou enganado. E eu pedi perdão a Deus do que eu fiz, né? O Pedro Justino me chamou. Quando eu entrei, o presidente era o Hélio Borges e depois foi o Agamenon. Depois veio o Josias, veio o Zé Maria. E eu fui presidente do conselho fiscal e depois exerci o mandato de presidente quatro vezes, né? E quando eu precisava, eu consultava o Agamenon, porque eu achava o Agamenon um cara legal e além disso era instruído dos assuntos, né? Ele é um cara muito bom pra você perguntar uma coisa e ele te dar uma resposta. E então continuou, continuamos a Associação. Então, eu, Zé Maria, depois foi o Zé Josias, o Rufino, somos da mesma turma e sempre juntos, alternando mandatos. Eu estava aqui pensando que tudo, tudo que tem aqui, tudo que tem feito aqui, até esses calçamentos dessa rua, tudo teve um pedido meu ou minha mão para ajudar a fazer: água, luz, todas essas coisas eu sempre ajudei, ou participando, ajudando ou sendo o respon-

“Quando veio o Projeto Rio, o morro estava como está. Já não tinha mais nada para fazer. Já estava asfaltado. Não tinha mais nada que o Projeto Rio pudesse fazer. Um dia, veio aqui o Mário Andreazza, ali na Praça dos Caetés e disse assim: ‘Agamenon, eu vim aqui pra ver a favela, pra ver o que tem de fazer pela favela’. Aí, o Agamenon disse: ‘A favela é isso aí que você está vendo!’”

sável pela coisa. Essa água, essa água mesmo, eu não acreditei e era a coisa que eu tinha mais vontade de ver era isso aí, era essa água caindo em abundância. Porque a coisa pior que tinha era eu me levantar de madrugada, de madrugada, e ir apanhar dois barris de 200 litros para a mulher lavar roupa lá embaixo no bicão. Foi uma das melhores coisas que aconteceu aqui, foi essa água. Pode ter muita coisa boa, mas que nem essa água...

Quando veio o Projeto Rio, o morro estava como está. Já não tinha mais nada para fazer. Já estava asfaltado. Não tinha mais nada que o Projeto Rio pudesse fazer. Um dia, veio aqui o Mário Andreazza, ali na Praça dos Caetés e disse assim: “Agamenon, eu vim aqui pra ver a favela, pra ver o que tem de fazer pela favela”. Aí, o Agamenon disse: “A favela é isso aí que você está vendo!” A Praça dos Caetés já era daquele jeito. Ele subiu aqui, já era calçado isso aqui, ele subiu, e de lá ele desceu no fundo, na altura do número 22. O Agamenon disse: “A favela daqui é essa que o senhor tá vendo. Não tem mais nada para fazer. Todo esse dinheiro foi dos moradores que se juntaram para fazer”. Te digo que essa rua aqui, nós compramos o asfalto da sobra do metrô, que era ali na Central do Brasil. Só sei que o concreto vendia ali e a gente pagava. O Estado não participou, mas todo morador participou... Até as mulheres, a minha mesmo e a mulher do Agamenon saíam para ajudar a espalhar o concreto na rua para não secar, porque o concreto era muito

bom. Era um concreto que bateu e se não espalhasse logo, estava seco. Até a mulher de Agamenon e a minha saíam pra ajudar, todo mundo saía na rua pra ajudar a apanhar o concreto, porque era aquela lameira, aquela bu-raqueira e queriam ver a rua asfaltada. Então, quando o caminhão vinha e buzina, só se via as portas abrindo e fechando para ajudar. Todo mundo corria pra ajudar a espalhar o concreto na rua. E está aí até hoje. Mas hoje asfaltaram, não é? O que está hoje, está outra coisa. O esgoto, por exemplo, quando prometeram, compramos a manilha pra fazer o esgoto e foram feitos para todos os lados: botou no canto, botou no outro, mas ali não tem uma rede de esgoto. Aí, os moradores, um cavou, o outro cavou e o outro cavou... Na época, teve gente que não quis ajudar, não quis cavar. Aí, eu conversei com o Pacheco, aí, a gente chamou o tal cara e ele disse: “Olha, todo mundo tá cooperando com o Sr. Euclides, é para o bem de vocês mesmo. Ou vocês cavam ou não vai poder ligar as manilhas! Quero ver como vocês vão se virar!” E o tal sargento chegou e disse: “Sabe de uma coisa? Vocês vão ter que cavar... Todo mundo vai cavar e vocês vão cavar também! É ordem do sargento para cavar!” Aí, eles cavaram. Era pra eles. Minhas filhas ajudavam a pegar as manilhas pra me dar e quando não tinha sobrando, eu ia lá buscar. Tinha um vizinho aqui em cima chamado Zé Gabriel e eu conversei com ele pra ele fazer essas caixas pra cair no esgoto, pra ir direto, pois pode entupir e se entupir, como vamos desentupir se a gente não sabe onde é que está o problema? Aí, você desentope que é mais fácil. De 12 em 12 metros, uma caixa, e a medida em que eu me baseava era na de uma vara de ferro, então, de uma caixa à outra tem 12 metros. É tanto que nem entupir entope e nem sei se já entupiu uma vez ou nunca entupiu. Pra mim, viver no morro hoje é bom de mais! Não tem lugarzinho melhor pra viver... Já vivi minha vida até aqui, eu vou morrer por aqui mesmo. Só se eu for embora pro Norte. Eu liguei pra minha irmã e disse: “Olha, eu queria ir ficar por aí, morando por aí”. Aí, ela respondeu: “Oxente! Não! Quem tem de tomar conta de você são suas filhas mesmo!”

Acabou? Agradeço pela visita de vocês e saber que a gente ainda tá vivo e pode contribuir com essa memória e com as coisas do Timbau, porque só isso aqui já é uma contribuição, não é mesmo? Porque o Timbau, não sei se seria o Timbau de hoje sem a gente. Tudo, tudo, tudo que tem aqui no Timbau tem um pouco da minha mão e da do Agamenon. Eu nunca me recusei, porque quando não tinha como pagar, tinha como fazer, eu mesmo fazia.

“ Vocês,
se moram na
favela, vão andar
em qualquer favela
do Rio de Janeiro
e, por mais famosa
que seja, não vão
encontrar uma igual
a essa aqui.”

// **Joaquim**
Agamenon
dos Santos

Eu nasci no Ceará, boa terrinha, e era de uma família humilde, mas classe média. Meu pai era funcionário público, era de política, trabalhava na Imprensa Oficial lá do estado do Ceará. Meu irmão também. Mas depois meu pai veio a falecer e a gente passou por um reverso da vida. Ficou difícil e aí, fomos morar em vários lugares. Até que o meu irmão mais velho, Jairo, veio para o Rio de Janeiro. Naquela época, eu era garoto, eu tinha dez pra 11 anos de idade, mas já se contavam lendas do Rio de Janeiro, que em cada esquina encontrava-se um monte de dinheiro. Na época, tinha uma facilidade dos navios que vinham para o Rio, que eram do Lloyd e da Costeira [Lloyd Brasileiro e Companhia Nacional de Navegação Costeira] e eu acho que eles acabaram com o Lloyd e a Costeira para o Norte todo não vir para o Rio de Janeiro. Já tinha uma família nossa mais antiga que morava aqui, minha tia Luiza e a Francisca, que viviam relativamente bem, na Piedade, no Riachuelo, no Engenho de Dentro. Aí, meu irmão veio e, tempos depois, mandou buscar o meu irmão mais velho, que hoje mora lá no Jardim América. E me trouxe também. Eu tinha, naquela época, 12 anos de idade e vim morar na casa da minha tia pra poder estudar aqui no Rio.

Aqui fui morar também depois no Riachuelo, morei em casa de vários parentes, depois meu irmão mandou buscar minha mãe e um cunhado, uma irmã mais velha e veio a família quase toda pra cá. Lá no Ceará, ficou só a parte da família chique, como diz o outro. Então, fomos morar lá em Irajá e estudei num colégio em Irajá e na Escola Celestino da Silva, onde eu desenvolvi a militância política. Mas não dentro da escola, fora, porque naquela época existia o restaurante dos estudantes chamado Calabouço. Foram aqueles tempos de revoluções aqui na América, inclusive quis até viajar pra Cuba pra ajudar Fidel, mas... decepção da vida, né?, queria derrubar uma ditadura e acabou ele fazendo outra ditadura. Essas coisas que vocês, quando chegarem na minha idade, vão fazer um balanço... E a gente, naquelas ondas de Brizola e João Goulart. E lá, eu participei dos comícios na Central do Brasil, da Marcha dos Cem Mil, na revolução. Eu estava lá porque era brasileiro...

E depois fui pra Escola Bahia, ela me preparou bem. E dali eu fui estudar na Fundação Getúlio Vargas, Contabilidade. E trabalhei em vários tipos de empresa: no Instituto Vital Brasil, que era da família do cientista Vital Brasil, e quando ele foi comprado pelo Estado, a seção daqui do Rio foi extinta. Trabalhei na Empresa Nacional de Petróleo e de lá eu fui trabalhar na fábrica de doce Ruth, que fazia a bala Ruth. O meu tio morava na Rua Sebastião de Carvalho na subida do Morro do Alemão, que não era no morro, não, e isso foi há mais de 40 anos passados, o morro não era habitado ainda. E eu morava lá e esse meu tio, 'Seu' Bordalo e tia Antônia, era chefe dos vendedores da fábrica. Aí, ele arranhou um emprego de ajudante e eu estudava Contabilidade na Escola Bahia e, de dia, trabalhava de vendedor de balas, que aliás até hoje eu tenho boas recordações... E aí, a fábrica fechou, o patrão resolveu voltar pra Portugal e eu fiquei com uma freguesia de doces. Eu fazia esse Rio de Janeiro todo: Rocinha, Barreira do Vasco. E lá na "Balas Ruth", eu conheci a 'Dona' Dilma, que é essa baixinha, pequenininha, mas é uma fera, a minha esposa. Eu conheci ela lá, trabalhando, empacotando doces. Eu a conheci em 1965. Eu morava, na época, no Jardim América e ela, aqui [no Morro do Timbau], com o pai.

No Rio, eu morei primeiro no Engenho de Dentro, depois no Riachuelo e em Irajá, onde eu morei mais de 20 anos. E aí, abriu a venda de terreno no Jardim América e meu irmão comprou um terreno e fizemos uma meia água¹. E nós fomos morar lá. Eu vinha aqui perto do Timbau, na Escola Bahia, mas não andava por aqui. Eu vim uma vez aqui, na Praia de Inhaúma, que tinha umas palafitas, tinha uns negócios... Mas eu nem sabia que existia o Morro do Timbau. O que eu observei aqui, a primeira vez que Dona Dilma me trouxe aqui, é que tinha festa de São João. E ela tinha um primo, o Rivaldo, que

1. Construção precária, de caráter provisório.

“ (...)os militares quiseram tomar conta do morro e quiseram botar umas estacas, inclusive fechar a entrada que hoje nós chamamos de Rua Capivari e Rua Alabama. Então, um grupo de moradores antigos foi ao marechal Lott, ele foi candidato à presidência da República e ele mandou suspender esse negócio.”

já faleceu, que era o delegado do Arraial do Bico Mudo, muito famoso aqui. Tinham uns três elementos que faziam isso aqui: o Rivaldo, que era o delegado; tinha o ‘Seu’ Nilo, que era muito famoso aqui também; e tinha o Maurício, que era funcionário da UFRJ e outros moradores. Eram pessoas excelentes. E isto foi em 1966. E o morro não era tão habitado como é agora, ainda tinha muito espaço. A pedreira ali era toda desabitada. O que aconteceu ali é que essa área era uma área militar, quer dizer, não era uma área militar, ela pertencia ao Exército. Mas quando o cara veio fazer a demarcação, ele, naquele jeitinho nosso brasileiro, em lugar de pegar lá embaixo [demarcar lá de baixo], ele trouxe aqui pra cima e pegou a parte da pedreira que não tinha nada a ver com a área militar. Resultado: tinha um sargento aqui, que era chamado de ‘prefeito’ e passava uma patrulha aqui todo dia às dez horas da noite.

Então, foi um sistema de mandos militares e que depois eu adotei, que fez muito bem ao Timbau, entendeu? Vocês, se moram na favela, vão andar em qualquer favela do Rio de Janeiro e, por mais famosa que seja, não vão encontrar uma igual a essa aqui. Vou dar um exemplo: dez horas da noite, todo mundo se recolhia. A tendinha mais antiga do Morro do Timbau é essa aqui e quando eu vim pra cá, isso aqui era uma barraquinha e nunca pensei que isso aqui, um dia, ia ser meu. Então, teve até uma vez que o Capitão Frágoso, famoso, que chegava e dizia: “Moleque! O que está fazendo na rua uma hora dessas? Pra dentro!” Mas isso aí era um bem. Antes da Revolução [31 de abril de 1964], há muitos anos, os militares quiseram tomar conta do morro e quiseram botar umas estacas, inclusive fechar a entrada que hoje nós chamamos de Rua Capivari e Rua Alabama. Então, um grupo de moradores antigos foi ao marechal Lott, ele foi candidato à presidência da República e ele mandou suspender esse negócio. Mas muito antes do RCC [Regimento de Carros de

Combate do Exército], quem comandou aqui era a Vila Militar, lá, depois de Deodoro. Então, depois veio pra cá o RCC e aí, eles começaram... O Hélio Borges, da Associação de Moradores, era uma cara muito sério, muito sério. E ele batia de frente. Eles queriam fazer certas coisas que o Hélio não permitia. Ele foi muito atacado. E muitos desses sargentos moravam aqui: tinha o 'prefeito' e outros, que moravam na Guilherme Maxwell. Lá embaixo, onde é hoje o Brizolão [CIEP Operário Vicente Mariano], morava o sargento Cruz, o tenente Rubens, o sargento Almeida, que foi até segurança do presidente Figueiredo.

Sobre o caso da 'Dona' Orosina, ela ficou famosa, porque ela fez a casa dela ali na esquina, né?! Aí, o sargento começou a perturbar ela e ela escreveu uma carta para o Getúlio Vargas. Naquele tempo, os governantes tiravam um dia por mês ou por semana, sei lá, pra atender as pessoas. Você ia lá no Palácio do Catete e era atendido. Hoje em dia, tu chegando na porta, tu leva borrachada! Mas aí, ela foi, ela me contando, que ele sentado lá na cadeira, ela chegou na porta e ele fez assim: "Venha". Aí, conversou com ela e ela contou a história deles [sargentos]. Ele disse: "Ah, pode ficar certa que aquele terreno é seu". E tem mais: ele mandou para o serviço, para o patrimônio da União, uma ordem pra dar o terreno pra ela. Mas tudo isso tem burocracia, né?! Ela tinha um papelzinho com o número do protocolo direitinho, só que ela não correu atrás, entendeu?! Ela era analfabeta, aquele negócio todo. Mas só que com aquele papelzinho, ela se sentia a coisa, né?! Aí, depois, se tornou muito amiga de alguns sargentos! E tinha aquela birosquinha e eles iam pra lá beber fiado e não pagavam a ela. E ela ficou muito famosa a 'Dona' Orosina. E eu ajudei ela muito.

Quando o Sarney fez aqueles "vales", me esqueci o nome agora, apesar de ela não ser sócia da Associação, eu dei para ela por causa da pobreza dela! Ela tinha uns quartos alugados, mas... E com os "vales", dava o direito de ir na loja e comprar telhas, tijolos, isso e aquilo outro. Acho que tem uns seis a sete anos que 'Dona' Orosina morreu. E quando ela morreu, o Exército já não estava mais aqui, não tinha mais essas coisas. E já tinha sido dado o título de propriedade, mas ela não recebeu, porque aquela parte dela não entrou. Porque quando o Exército veio demarcar os terrenos, que foi o que deu origem ao pessoal ir falar com o marechal Lott, dizem que o cara que veio demarcar, o militar, e em lugar de começar onde deveria, que era na Rua Guilherme Maxwell, ele subiu e avançou a Praça dos Caetés, que era terreno do Exército. Anos depois, quando eu vim morar aqui, aquilo lá era de-

socupado. A minha mulher conta que brincava naquela pedreira...! Mas aí, o oficial falou: “A nossa parte é essa, isso pertence à gente”. E aí, o sargento, que se dizia ‘prefeito’ daqui, junto com um Sr. Manoel, loteou aquilo tudo...

Em 1966, eu me casei e minha sogra pediu para eu vir morar aqui. Eu não queria morar aqui, porque quem sustentava a família dela era a minha mulher, que trabalhava. Ela morava com mais dois irmãos, um cunhado, que já faleceu, e uma cunhada que hoje mora na Áustria. Tenho até sobrinho austríaco, imaginou? Aí, vim morar aqui no Morro do Timbau. Foi o período em que eu terminei meu curso na Escola Bahia e fui estudar na Fundação Getúlio Vargas. Um dia, me chega o diretor da sede, o José Evaristo, um dos batalhadores aqui também... Mas eu vou dizer que eu fiquei muito famoso aqui e tudo o mais, mas foram esses homens, como o José Evaristo, que me colocaram no pedestal. Eles eram uns caras de primeira qualidade, com responsabilidade, inclusive porque eles sofriam a pressão desses sargentos que faziam bobagens sem o batalhão saber.

Eu tive um caso aqui com o cabo Vovô, que ele chegou ali na esquina e deu um tiro pro alto. Um dia, eu saí do trabalho e antes de ir pro colégio, passei no RCC, procurei o oficial do dia e ele me levou na presença do coronel: “O que é que houve?” E falei: “Isso, isso e isso”. “Chama aí o cabo Vovô.” Ele era o corneiteiro mais antigo. Aí, ele veio e o coronel disse: “Anda dando tiro aí a torto e a direito, é?” “Recolhe! Recolhe! Não quero saber de covardia.” E naquele tempo, o RCC tinha até preso político. Era assim. Mas, enfim, no período em que o cara descobriu que a pedreira não era do Exército e o tal do Sr. Manoel começou a lotear com apoio do sargento, o ‘Seu’ José Evaristo me chamou para ser o secretário [da Associação] e eu comecei a organizar as coisas, porque tinha me formado em Contabilidade, estudava Estatística, aquela coisa toda. E me entusiasmei com aquela veia política do tempo do Calabouço [restaurante onde os estudantes se reuniam para protestar contra a ditadura militar]. Então, fiquei como secretário e preparei tudo e fui eleito presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau. E aí, começaram as lutas.

Uma coisa boa que tinha no morro é que os moradores, não sei se por pressão do sargento, mas foram sempre unidos com a Associação, chegavam junto com a mensalidade, principalmente os moradores mais humildes. Mas eu tinha um grupo que eu vou citar: Hélio Borges, Pedro Rufino, que trabalhava na UFRJ, Pedro Justino, que era da Aeronáutica, e Astrogildo da Fonseca, que chamávamos de “Bangu” – o primeiro banguense que

“Então, resolvemos fazer a nossa cooperativa e o que fizemos?

Formamos o grupo e fomos de casa em casa para cadastrar as casas. Antes disso, o quartel numerou o morro assim: ‘PV5’, ‘PV90’, conforme a numeração da ficha que era feita no quartel. E o carteiro deixava as cartas na tendinha do Hélio Borges e às vezes, ele bebia e perdia as cartas pelo caminho.”

conheci no mundo. E hoje tem uma praça lá que eu mandei botar o nome em homenagem a ele e quando o morro foi urbanizado, a prefeitura adotou como nome da praça. Tinha o Euclides Nunes, esse pau-de-arara que não leva recado para casa e que às vezes ia resolver um problema e trazia dois!

Então, resolvemos fazer a nossa cooperativa e o que fizemos? Formamos o grupo e fomos de casa em casa para cadastrar as casas. Antes disso, o quartel numerou o morro assim: “PV5”, “PV90”, conforme a numeração da ficha que era feita no quartel. E o carteiro deixava as cartas na tendinha do Hélio Borges e às vezes, ele bebia e perdia as cartas pelo caminho. Então, a gente tinha essa luta! Tem um episódio interessante, que a gente tinha três moradores morando no número 91. Um estava internado no Getúlio Vargas e morreu. Aí, veio o “pega defunto” e perguntou onde era o número 91. E aí, falamos que era o “Sr. Fulano”. Aí, a família foi lá, apavorada, e o cara estava vivo. Era outro morador. Eles vieram em cima da Associação e aí, mostramos as fichas. Aí, eu falei: “Vamos numerar esse morro!” E formamos a comissão e cada um pegou suas filhas, eu não tinha filhos ainda, porque era casado há pouco. E fomos de rua em rua e começou pela Rua Alabama, de casa em casa. Então, chegava e dizia, por exemplo, pro Teófilo, que já morreu, que era uma padaria: “A partir de agora, o seu número é 02”. E veio, veio, veio, veio, veio... Entendeu? Quando chegava nos becos, era assim: número 39 casa 1, número 39 casa 2, igual a

prefeitura fazia, só não era oficial. Eu tenho um documento que mostra isso. Nesse documento, diz: Felício Ferreira, Rua Alabama, número 20. E mostra também o nome da nossa mocidade local que fez esse trabalho: Rosimar, Maria Luzia, Glória Rosa. Hoje, todos são até avós. E esse documento foi sendo feito assim e mostra o nome do morador e o endereço.

Se a Associação levava para o batalhão informações das reuniões? Acontecia que, dado o jeitinho brasileiro, a gente sempre estava dando cipoada no sargento. Aí, ele contava história diferente lá no quartel, entendeu? Aí, o oficial mandava a segunda sessão: a sessão de investigação. Então, teve uma época aqui que veio o capitão Barroso e a última vez que tive notícias desse capitão, ele tinha ido pra Punta del Este tomar conta do Brizola. Então, ele falava: “Eu vou verificar tudo direitinho e se vocês tiverem errados, eu vou punir. Mas se o sargento tiver errado, vou colocá-lo na cadeia”. Tinha um outro sargento, o Fonseca, e ele era funcionário público e eu saía com ele o dia todinho verificando tudo aqui... E muito antes disso, tinha a Fundação Leão XIII, que era atuante. Então, como eu tinha me formado em Contabilidade, eu montava um balanço para a Fundação Leão XIII, um para o quartel e outro para a Região Administrativa. Era a única Associação do Rio de Janeiro que tinha um balanço para a Faferj [Federação de Favelas do Rio de Janeiro] e o presidente na época era o Vicente Mariano.

Sobre a luz aqui no Timbau, a Light não entrava na favela. Aí, teve que fazer o seguinte: formou a Comissão de Luz, o governo se responsabilizou e então a Light vinha, mas fizemos a cooperativa e todo mundo pagou para fazer as fiações. A Light veio com alta tensão até aqueles setores que tinham os nossos transformadores e que dali passavam pra baixa tensão e fazia uma distribuição de luz. Tinha iluminação pública, tudo isso o morador do Timbau pagava. Eu nunca fui presidente da Comissão de Luz, porque eu não tinha luz da Comissão, a minha luz, na minha casa, sempre foi da Light. Aliás, minha casa não, da minha sogra. Eu sou igual ao Dicró: “Gosto um bocado da minha sogra...” Ela já morreu! Ela era bacana. Mas aí, lá pra cima não tinha e quem tinha um relógio dava a luz para os outros, entendeu? O Governo do Estado criou a Comissão Municipal de Energia, que é essa que troca luz aí da rua, e ela fez uma espécie de uma cooperativa com a Light e então começou a se fazer nossa favela. E formamos a nossa Comissão. O Pedrinho [Pedro Rufino] entendia de obra e trouxe o pessoal da Cidade Universitária pra fazer o projeto e a distribuição de luz. E fizemos a mesma coisa quando foram feitas depois as caixas d’água aqui do morro: foi com o pessoal pagando. Uma coisa do mo-

rador do Timbau que sempre foi bacana é que todo morador pagava sua mensalidade. E eu tinha confiança, eu comprava material aqui na Casa Rubens. E o Pedro trouxe o pessoal da Cidade Universitária, fizemos os postes e a distribuição de luz. Às vezes, uma coisa que eu brincava, mas brincava com certo orgulho, é que eu dizia que o Morro do Timbau era os EUA das favelas!

Teve uma vez um problema e o transformador queimou. Aí, não tinha transformador no Rio e tinha que vir de São Paulo! Perto do Natal. Aí, às pressas veio um caminhão, trouxe o transformador no dia 24 de dezembro. A turma do Secundino preparando lá, tirou o outro transformador pra botar o novo. E chamamos um carro da Light pra vir e o carro ficou lá de plantão. Teve um morador que passou e disse: “Eu tenho uma carretilha pra descer o transformador...” O morador sempre ajudava. E colocamos tudo, eram dez horas da noite, mas aí não veio a luz. Aí, os caras da Light disseram: “Está havendo algum negócio aí e nós vamos embora”. Aí, eu: “Tu não vai embora nada! Se não chegar a luz, vocês dois vão passar o Natal na minha casa! Que porcaria é essa?” Aí, foi se acudir com o pessoal dele, foi lá e depois me disse: “O senhor está me sequestrando...” “Não tô, não! Você não vai sair daqui! Rapaz, hoje é Natal e o povo vai ficar no escuro?” Aí, ajeitaram lá, era um pequeno defeitinho e aí, ligou. Luz no morro, aquela felicidade! A nossa Comissão de Luz nunca atrasou com a Light e foi a última a ser desativada no Rio de Janeiro. Isso deve ter sido em 1968 ou 1969. Sabe, o morador do Timbau costumava pagar, pagava tudo bonitinho. Aqui, quando começou o IPTU, não teve problemas, já em outras comunidades os caras jogaram fora e os próprios presidentes [das associações de moradores] achavam que o cara da favela não tinha que pagar nada. E foi essa luta pra colocar a luz e também para fazer as caixas d’água.

Quando eu cheguei aqui no Timbau, a água vinha até aqui na esquina às segundas e sextas-feiras de seis da noite às seis da manhã. Então, tinha gente ali botando latinha pra fazer a fila pra receber a água e os caras carregando o rola-rola²! Lá no começo da Capivari, tinha um bicão que tinha água todo dia. Essa água que vinha pra cá foi uma tubulação feita pelo Dr. Veiga Brito, que foi secretário de Obra, e vinha lá da Rua Barros Barreto, atravessava a Avenida Brasil e a tubulação vinha direto pra cá. E antigamente tinha o manobreiro que ia lá, abria a água, vinha pra cá e depois fechava. E eu notei que toda reunião se falava em água, em fazer água. Aí, eu conversando com o Pedro Rufino: “Pedro, não dá pra você fazer lá, com os cabeção da UFRJ, um projeto?” E ele disse: “Eu vou falar com meu chefe”. E aí, foi feito um projeto. E com o projeto na mão, nós fomos primeiro de casa em casa perguntando se

2. Tonel de madeira puxado por vigas de ferro.

as pessoas topavam pagar uma parte pra depois ter a sua água ligada. E tinha que ser em cima da pedreira. E precisava de uma espécie de britadeira para furar, porque ela tira o tubo redondinho de lá de dentro da pedra, mas é com água. Aí, o que eu fiz? Imediatamente eu mandei cavar uma cisterna na sede e mandei fazer uma tubulação da sede até lá em cima na caixa d'água com a bomba jogando. E teve morador que dizia: "Vamos urbanizar?" "Vamos." "Recua um palmo, rente." Recuar para abrir rua, não é?! Aí, ficamos pedindo para o cara e ele, nada! Até o sargento pediu. O sargento era um cara muito bom, o sargento Cruz. Deus deve ter ele em bom lugar, entendeu?! Aí, me aborreci, dei uns passos atrás, derrubei a cerca do cara com tudo. Isso foi em 1972, na construção da caixa de água. Isso tudo pra construir esse caixote. Aí, quando derrubei a cerca, eu me levantei, já me levantei com um pedaço de pau na mão, porque já sabia que ele vinha. Mas abri o caminho pra levar o material da caixa d'água. Me lembro que em 1972, quando éramos umas 600 famílias, casas, moradias e barracos, ainda não tinham condomínios na Barra da Tijuca, nós fomos considerados os maiores consumidores de água do Rio de Janeiro. Como condomínio, vinha uma conta só e a gente dividia a conta com os moradores, assim como a Comissão de Luz fazia.

Fizemos também o esgoto, o aterramento e botamos o asfalto de concreto. Nós concretamos o morro todinho naquela parte ali que fica o Brizolão. O Morro do Timbau não tinha mais valão, só que o manilhamento era um manilhamento de seis polegadas que aliás era, e até hoje é, de seis polegadas. Mas naquela época era diferente e entupia muito. E dia de domingo, nós limpando... E a gente ficava no esgoto, a gente mesmo fazia aquele negócio todo. A rede de esgoto pega da Praça dos Caetés, lá em cima, desce lá pela [Rua] Patriota até a beira da ponte. E a Cedae achou perfeito e nem mexeu nele.

Outra necessidade foi que a nossa sede estava caidinha e eu falei: "Olha, com o dinheiro da mensalidade, a gente pode fazer uma economia e levantar uma sedezinha aqui". E combinamos de fazer isso. Até que um dia, um diretor meu, o Sr. Severino, que era outro baluarte, tinha botado uma corda lá e *boom!*, a sede estava no chão. Aí, começamos a fazer. Aí, alguns falavam: "Pô, mas e o dinheiro para a caixa d'água?" E a gente dizia que era um dinheiro diferente. Eu controlava. Podem ler no nosso livro e verão como eu fazia o controle. Eu, Pedro Rufino, Pedro Justino, era um grupo, pode-se dizer, coeso. Muito bom.

E quando morria alguém aqui? Naquele tempo era tudo barraquinho, barraquinho, ninguém tinha nada dentro, ninguém tinha nada. Então, o que acontecia, quando falecia filho, a esposa ou o marido? Naquela época,

o INPS³ dava um auxílio. Tinha que fazer uma lista com as coisas. E uma vez ou outra, aparecia um sabido que fazia lista sem existir nada dentro dos barracos. Depois, nós fizemos um convênio com a Santa Casa e fizemos um auxílio funerário, dentro da mensalidade da Associação. E não aumentou mensalidade, não aumentou nada, não! Se você era sócio, a tua esposa morria ou um filho menor até 14 anos, você recebia a carta de um enterro da Santa Casa e mais um salário mínimo! Olha, tinha que ficar na história esse tal de Agamenon! Mais um salário mínimo...! Se morresse o pai, como ele trabalhava, o INPS dava uma ajuda, aí a família recebia meio salário mínimo. Esse era o auxílio funerário que a Associação dava. Esse auxílio acabou em 1986, quando o povo estava enjoado, estava sem força, não queria mais!

Quando o Projeto Rio chegou aqui na Maré, o Timbau estava pronto. Por quê? Porque o Timbau tinha água, tinha esgoto, luz! Aliás, quem deu o melhor empurrão pra que terminassem as obras do projeto e tudo mais foi o Jornal do Brasil. Me lembro que a manchete dizia assim: “Projeto Rio na Maré: um caso de democracia”.

Antes, você era sócio [da Associação de Moradores], bonitinho, você vinha e tinha o direito a seu voto, entendeu?! O direito à escolha. Naquela época, se tivesse atrasado três meses, também não votava. Eu, então, achei que tinha que voltar pra Associação. Eu não queria mais ser presidente, mas eu sentia que ainda era um líder! Porque você sente nas pessoas respeito, entendeu?! Em 1966, eu assumi o posto de presidente da Associação e em 1995, eu deixei a Associação. Em 1982, o Morro do Timbau foi considerado a favela padrão do mundo pela ONU. Está lá, na ONU. E lá o negócio é em inglês! E eu fui considerado o melhor administrador de favela do mundo! E então, eu saí da Associação, eu não queria ser mais presidente. Mas então resolvi voltar dois anos depois e chamei um rapaz, o Braz, que hoje é pastor da Universal daqui de Inhaúma: “Seu’ Braz, eu queria que você fosse se eleger presidente”. E ele: “Não, eu sou da direita”. “O pessoal não quer saber se você é de direita, de esquerda, tem alguns militantes aí, mas o resto não quer saber disso, não.” Eu percebia que o prestígio do Timbau começou a declinar e então, resolvi fazer uma chapa com o Braz. E eu não era nem diretor, eu era membro do Conselho Social, último membro. O Braz era muito sério e era o pastor da igreja ali na Rua Flávia Farnese. Mas ele não tinha muito tempo e pediu para renunciar. E quem assumiu foi o vice-presidente, mas era eu que manobrava tudo. Mas não tinha mais aquela ênfase, aquele amor.

3. Instituto Nacional de Previdência Social, criado em 1966 e substituído pelo atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Antes, eu chegava em casa, tomava um cafezinho e ia pra sede e se a mulher não chamasse, eu até dormia lá. Mas já não era mais aquilo...! Porque quando as pessoas precisam, é uma coisa, mas quando já adquirem, é diferente. Por exemplo, o pessoal já não frequentava mais as assembleias, preferia ficar vendo as novelas. Antes, todo mundo ia às assembleias, porque todo mundo queria comprar suas casas, seus terrenos e tal, queriam botar água em casa. Mas já não havia isso, então começou uma certa especulação. Antes, para você fazer um segundo andar, tinha que ter permissão do quartel.

Eu me lembro que eu fiz um negócio muito interessante: eu recebi do RCC, que era o administrador daqui do Timbau, uma correspondência dizendo que a partir de tal data o quartel não tinha mais nada a ver com o Morro do Timbau. Isso porque tinha sido entregue ao Serviço de Patrimônio da União e, se eu quisesse, poderia conservar o sargento aqui, mas só como diretor, não como autoridade do quartel. E esse sargento não poderia usar o nome do quartel. Aí, eu conversei com o sargento e combinamos que ele seria meu diretor de disciplina, mas eu não comuniquei ao pessoal que o quartel tinha se retirado. Mas com a nova venda de terreno, eu já não podia impedir de fazerem segundo andar nas casas. Aí, as pessoas começaram a fazer segundo andar para alugar, para vender e a gente não tinha força para manobrar isso aí. E aí, depois, coloquei [na Associação] o Zé Maria e o Euclides foi o último. E as favelas infelizmente...

Mas eu falo: eu fiquei na Associação por 32 anos e vou morrer no Timbau e tem gente que não fez nada e hoje mora na Barra. E me afastei de vez. E aí, me perguntam: “Você não vai nem lá?” E eu digo: “O cara que foi viciado não pode provar, porque se não, ele volta”.

Sobre o Projeto Rio, a sorte é que eu era o fortão mesmo e segurava a Maré e [dizia]: “Não, não... O ministro tem razão”. Eles procederam muito bacana, o pessoal do BNH, todos eles: o ministro, o Dr. Castorino, que era o presidente do BNH. Uns caras sérios. O BNH vendeu os terrenos pra gente. As casas eram nossas, o terreno é que foi feito dentro do condomínio a preços simbólicos e a referência hoje é de R\$ 12,00. Qualquer terreno vale R\$ 12,00. Aí, você pagava R\$ 1,00 por mês, dois, três, quer dizer, só pra não dizer que foi de graça e passou pra CEHAB assumir, fazer o resto da urbanização.

E o título de propriedade, como é que é? A escritura?! Porque uma coisa que o Projeto Rio fez foi uma coisa muito séria: ele deu a promessa de compra e venda, entendeu? Registrado no 6º Ofício de Notas. E venderam!

Entendeu? Claro que você aqui paga o laudêmio e você sabe que laudêmio é um imposto criado em 1808 por Dom João VI, que é o imposto de praia que paga. Por quê? Porque a praia vinha até ali, então, isso aqui é do governo. Você é dono do terreno, mas é só 84%, porque 16% são do governo. Então, a gente fez, vinha tudo direitinho, aí, depois, no tempo de Moreira Franco... O que eu mais ouço por aí é sobre a escritura, entendeu? Veio o IPTU. Depois é que veio a isenção e hoje, nós somos isentos. Veio a isenção porque passou a se chamar área de risco. É tanto que nem a polícia entra, não é mesmo?

Enfim, também é aquela historia: você tem que se adaptar, porque aquele momento já não era o momento do JAS [Joaquim Agamenon Santos]. Quando ele começou, ele era o todo poderoso, ele teve uma estrada, ninguém era proprietário de nada, estava carente de tudo. Então, precisavam de uma mão forte para dizer: “Vamos fazer assim!” Porque tudo que você se meter a fazer, se tiver dez pessoas, pelo menos três são contra! Isso é da própria natureza humana, não é? Então, eu que era o braço forte, entendeu? O que eles chamam no livro de carisma! Se não fosse o carisma e tudo mais... Porque eu batalhava mesmo e eu já não tinha mais essa força. Eu me lembro que chegou esse IPTU e eu entregava nas casas. E um morador chegou pra mim e disse: “Ah, isso aí é besteira, eu não quero essa porcaria, não”. E rasgou na minha frente. E eu me senti ofendido. Também não falei nada. Mas disse: “Sabe de uma coisa? Eu estou carregando demais esse pessoal nas costas”. E esse próprio morador, tempos depois, veio chorando aqui para saber como é que podia fazer, porque queria vender a casa e o IPTU estava atrasado, estava na dívida ativa. Mas aí, eu dei o caminho a ele para ele pescar com a vara direto pra lá!

Então, quer dizer, as pessoas receberam os títulos de propriedade. Mas, hoje, se uma pessoa me pergunta: “‘Seu’ JAS, sabe onde mora o fulano de tal?”, eu não sei, mas se falar o nome do pai ou da mãe, eu sei! Nós fizemos as caixas d’água, lideramos o morro, quer dizer, essa vida todinha... Mas eu tinha a minha tropa de choque, né? ‘Seu’ Pedro Rufino, Pedro Justino, Eulclides, ‘Seu’ Antenor, o Zé Evaristo. Antes, a Associação ficava aberta de domingo a domingo, porque recebia o pagamento da Comissão de Luz.

A própria Maré não quis formar um vereador da área, não tivemos apoio. E todo mundo pensava que eu queria ser o cara e eu não queria ser o cara, mas queria formar e transformar isso aqui, entendeu? Queria fazer aqui uma plantação igual à do Aterro do Flamengo: a gente queria fazer igual, com campo de futebol, árvores plantadas. Mas aí, fizeram casinhas... A gen-

te pensava em transformar isso aqui em um bairro modelo. A Maré é considerada bairro e ainda era barro e tal. Sabe, às vezes, eu me transformava num déspota mesmo, num militar... Era um ditadorzinho! Era chapa única... Eu era amado e odiado, entendeu? Como toda pessoa que trabalha sério, ela não é unanimidade, não é mesmo? Ninguém consegue unanimidade. A pessoa chegava pra mim e falava que queria fazer um barraco na rua e eu falava: “Não pode”. Aí, aquela pessoa jamais ia querer me apoiar, entendeu? Mas quando você chegava com dor de barriga, eu botava naquela Brasília velha azul e levava lá e você então ficava todo feliz.

Eu vou dizer a vocês com toda a sinceridade: os meus filhos, o que eles são hoje, agradeça à minha mulher. Minha filha é professora formada pela UFRJ, pela USP, duas faculdades, meu filho é sargento, ex-piloto. Entendeu? Mas por quê? Era a ‘Dona’ Dilma que corria, porque eu só pensava em Associação. Depois de dois anos, eu volto e fico por mais 12 anos na presidência. Quando eu voltei, fizemos a eleição e me lembro que quando eu cheguei na porta da Associação, tinha uma fila... Eram as pessoas esperando para votar. Tem coisa que faz você ficar com água nos olhos e até hoje eu me emociono. E quando eu cheguei na porta da Associação, o pessoal gritando: “Presidente! Presidente!”

FOTO // Rosilene Miliotti / Imagens do Povo



**03 // PARQUE
PROLETÁRIO
DA MARÉ**

O QUE FAZER COM O LITORAL DA ENSEADA DE INHAÚMA?

O adensamento populacional das localidades já ocupadas e a penetração no espelho d'água da Enseada de Inhaúma e em seu manguezal, no que diz respeito à construção de novas moradias, sofreram enorme impulso quando o poder público federal se decidiu, em 1940, pela construção da Variante Rio-Petrópolis, a atual Avenida Brasil. Isso porque, além de se constituir como um rápido meio de ligação da região com o Centro do Rio (principal polo de emprego da cidade), promoveu aterramentos e vias de acesso que foram pontos de partida para as novas ocupações surgidas. O seu caráter irradiador da atividade industrial também foi um fator importante, pois viabilizou a instalação de muitos empreendimentos em seu entorno e, com isso, garantiu a criação de diversos novos postos de trabalho, o que acabou por se constituir em mais um fator de atração da população para aquelas localidades.

Assim, não é de se estranhar que tão logo a Avenida Brasil entrasse em operação, em 1946, ocorresse a ocupação de seus arredores, sobretudo na área de manguezal – localidade ainda sem valor para a especulação imobiliária. E, segundo as fontes encontradas por nossos pesquisadores, de fato, já em 1947, a Prefeitura do Distrito Federal se mobilizava para lidar com ocupações irregulares no arrabalde da Avenida Brasil, na altura da região que hoje identificamos como o bairro da Maré:

Há dois anos, moradores iniciaram a construção de barracões nos terrenos da Marinha à margem da Avenida Brasil, em Bonsucesso. Os terrenos formavam um charco que, à medida que iam levantando as casas, iam aterrando. Se localizam ali hoje cerca de 800 barracos. Já havia na parte alta da Rua Jerusalém outro grupo de residências. A Prefeitura mandou destruir tudo¹.

Cerca de 2.000 pessoas ficarão desabrigadas [...]. A Prefeitura ameaça demolir 800 barracões. Há quase dois anos construídos por operários, em terrenos existentes no lugar denominado 'Favelinha do Mangue de Bonsucesso', no fim da Rua Nova Jerusalém – Comissão faz veemente apelo ao prefeito Ângelo Mendes de Moraes².

Essas notícias nos dão conta do processo de formação do núcleo de ocupação da Baixa do Sapateiro. Porém, destacamo-nas por serem comprovações importantes de que a área, até então inóspita, pouco atrativa à população e sem valor comercial para o capital especulativo, que se estabelecera no setor imobiliário, teve o seu valor modificado pelo advento da Avenida Brasil e passou a ser objeto de disputa, já que, como podemos observar, a Prefeitura do Distrito Federal e a imprensa passaram a mantê-la sob seus focos de atenção.

De fato, ao que parece, tanto o poder público quanto o mercado criaram perspectivas para a região nas quais, com certeza, não estavam previstas a instalação de “barracos miseráveis” e suas “populações perigosas”.

A reportagem veiculada pelo periódico *Correio da Manhã*, publicada em 11 de abril de 1941 e já vista aqui, chamou a atenção para o benefício que a construção da Avenida Brasil traria para o subúrbio por “viabilizar a construção da Avenida Beira-Mar da Leopoldina”.

Iniciativa de longo alcance e que muito beneficiará a toda uma vasta zona servida pela Leopoldina [...]. Grande percurso da estrada será feita à beira-mar, ou seja, da Praia de Ramos até a foz do Rio Meriti, já na divisa com o estado do Rio. Os mangues, que tanto prejudicam, desde Ramos à Penha, as praias ali existentes vão desaparecer, beneficiando consideravelmente as populações que se aglomeram por todo o subúrbio [...]. Já se diz em Ramos, na Penha, em Olaria que a Variante em construção será a Av. Beira-Mar da Leopoldina [...]³.

A comparação com a Avenida Beira-Mar obviamente não foi mero recurso de linguagem, pois a construção da Variante Rio-Petrópolis agregaria novos valores à área de manguezal da Enseada de Inhaúma, permitindo-lhe uma nova inserção naquele território. Portanto, ao fazer tal comparação, a reportagem acaba por sugerir que essa inserção deveria acompanhar o pro-

jeto modernizador que orientara a transformação do Rio de Janeiro desde o início do século, o que, como devemos lembrar, considerava a população pobre como objeto de periferização e precarização.

Como dissemos em outro ponto, podemos considerar a remoção da “Favelinha da Praia de Inhaúma” para a Zona Oeste, ocorrida mais tarde, entre 1973 e 1975, como um desdobramento dessa perspectiva, assim como o projeto preconizado pelo governo Chagas Freitas para toda a região.

Dez anos depois, nova reportagem, dessa vez do *Jornal do Brasil*, intitulada “Navegações para o subúrbio”⁴, destaca a importância do potencial da Enseada de Inhaúma para o transporte marítimo devido aos seus portos e praias. A reportagem aponta para o bem que a implantação dessa modalidade de transporte significaria para toda a população da Leopoldina, pois seria uma opção melhor do que as “empoeiradas viagens nos trens, bondes e lotações”.

Acham-se colocados na zona litorânea, circundada pelas ilhas que estão sendo ligadas para a construção da Cidade Universitária, os subúrbios da Leopoldina. Breve [...] a quinta parte da formosa Baía da Guanabara estará numa situação de verdadeiro progresso, ante os melhoramentos que vão ser introduzidos nas ilhas referidas.

Sabe-se que a condução nos subúrbios da Leopoldina, embora já dotada de muitas linhas de ônibus, lotações, trens e bondes, não é suficiente para dar vazão ao serviço de transportes de seus habitantes. Quando foi criada a Frota Carioca S.A., esta empresa, que obteve a concessão para explorar o serviço de transporte marítimo de passageiros, havia se proposto a estabelecer uma linha de lanchas rápidas para atender aqueles subúrbios. Entretanto, ela limitou-se apenas ao serviço de Niterói [...]. Mas como o prometido é devido, ainda aguardam aqueles que residem no subúrbio [...]. Em toda a faixa litorânea existem lugares ótimos de atracação de embarcações, como o Porto de Inhaúma, o Porto do Engenho da Pedra, a antiga ponte do Porto de Maria Angu, a Praia das Moreninhas, no Portinho, e outras pontes de atracação que a empresa poderá construir [...]. Posta em prática [...] contribui[rá] para aliviar o tráfego terrestre com vantagens reais para a população suburbana [...].

É interessante observar que, dadas as inúmeras reportagens veiculadas, já nessa época, era de conhecimento público a existência de populações habitando precariamente a orla da enseada. No entanto, o autor da reportagem simplesmente ignora o fato. Está claro que não vê a questão como obstáculo ao projeto que vislumbrava para a região, partilhando assim da opinião dos que, anos antes, preconizaram a ideia de remoção da “Favelinha do Mangue de Bonsucesso”, que fora levada a cabo com a ameaça de demolição por parte da Prefeitura do Distrito Federal.

Fica claro que o estabelecimento de casebres, mesmo na região dos manguezais da enseada, não foi tarefa das mais fáceis, pois seus moradores colidiram com os outros interesses que se projetavam naquela região.

Foi nesse contexto que surgiu o Parque Proletário da Maré, comunidade que se estabeleceu a partir de um núcleo de ocupação surgido à Rua Vinte e Nove de Julho, no final dos anos 1940, sob a inspiração da “Favelinha do Mangue de Bonsucesso”, que pôde resistir às tentativas de remoção.

FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE OCUPAÇÃO DO PARQUE PROLETÁRIO DA MARÉ

A nossa equipe de pesquisadores pôde entrevistar o ‘Seu’ Bento Alves de Paiva, um dos primeiros moradores do Parque Maré. Seu depoimento a respeito do início desse núcleo de ocupação é bastante relevante:

Aí, com 19 anos de idade eu inventei de vir pro Rio [e sair da Paraíba]. Vim com dinheiro emprestado dos outros... Cheguei no ‘Aeroporto de São Cristóvão’ [irônica alusão ao fato de que muitos paraibanos passavam por lá quando vinham para o Rio]. Aí, chegamos lá cinco horas da manhã, eu com uma maletinha de pau, uma coisa meio triste, né?

Eu tive que arranjar um lugar para ficar, aí, fui procurar, aí, tinha uma pessoa que era um outro conhecido meu, né? Aí, me indicou, aí, eu vim, fiz o barraco e vim morar aí em 1949! E não tinha barraco nenhum, o primeiro barraco eu que fiz. Fazia de noite, amanhecia o dia com a família dentro, que, se não, os guardas derrubavam! [...] Porque não queriam que fizesse barraco, entendeu?! Era uma guarda verde que tinha antigamente, né?! [...]

Era brabo, era mangue, era mangue, mangue, água e caranguejo, irmão! Não tinha nada, não! Existia favela, na Baixa do Sapateiro e lá no morro. [...]

À direita da Rua Vinte e Nove de Julho, também era só mangue, água e caranguejo. Não tinha nada, nenhum barraco, não tinha, não tinha nem água, não tinha luz, não tinha nada, nada. Na Rua Vinte e Nove de Julho, tinha uma cabine de luz que fornecia luz para um barraco ou dois que tinham lá. Uma cabine, sabe como é que é uma cabine, um relógio para três, quatro pessoas, né? E quando eu fui pro barraco, eu botei dessa luz e paguei uma taxa. [...]

As estacas [troncos de madeira que sustentavam as casas sobre a água] eram dessa altura, que a gente batia e, quando a maré enchia, lavava o assoalho do barraco. É triste. [...]

Tinha uma empresa de ferro, de negócio de ferro, na Rua Abelardo Monteiro, e ela comprou e ela veio para ali e se apossou daquele pedaço ali, onde eu fiz o meu primeiro barraco. Aí, me tiraram dali e me botaram lá pra trás, onde é o muro da Real [empresa de ônibus], sabe? [...]

Depois já era muito barraco e já estava completo de barraco, muita coisa mesmo, a favela estava crescida mesmo! Então, tiraram o pessoal todo daquele pedaço ali, onde eles queriam pra formar o depósito de botar ferro. Ferro, vergalhão, aquilo tudo de arame e ferro! E tirou tudo e botou lá pra trás e fizeram o barraco por conta deles, pra poder tirar a gente dali... E aí, eles se apossaram daquilo tudo e depois venderam aquilo ali pra essa empresa, Real. [...]

A avenida, a Brasil, naquele tempo, era a Variante e era uma mão dupla, vice-versa, entendeu? A água passava por aquela pista ali com uma altura de meio metro e os carros passavam por ela. Quando a maré enchia aqui, a maré enchia e ia pra lá. Aí, quando a maré baixava, a água parava lá [entre as atuais Rua João Torquato e Rua da Regeneração, onde se formava uma lagoa] também, sabe?

Podemos observar alguns elementos importantes no depoimento de ‘Seu’ Bento: em primeiro lugar, ele confirma que realmente já havia os núcleos de

ocupação do Morro do Timbau e da Baixa do Sapateiro no final dos anos 1940, como indicado nos periódicos pesquisados. Ele também confirma a dificuldade que era construir e permanecer na região, ao lembrar-se da ação da polícia (que não permitia a construção dos barracos) e da empresa que, aparentemente após negociações, os retirou da localidade inicial para nela se instalar (devido, provavelmente, à sua facilidade de acesso à Avenida Brasil), transferindo-os mais para o fundo. Uma terceira observação, dessa vez pitoresca, é que provavelmente o nome “Maré” deriva do fato de que, especificamente naquela localidade, a alternância no nível das águas é, como relata o ‘Seu’ Bento, bastante acentuada – a ponto de sustentar uma robusta lagoa do outro lado da Variante.

Outro destaque importante no depoimento de ‘Seu’ Bento é a velocidade com que se deu o processo de ocupação da região e a tensão no que diz respeito à disputa pelo território que isso representa. Ele nos relata que, quando a “empresa de ferro” se interessou por se estabelecer na região, já havia uma quantidade expressiva de casas construídas. Foi provavelmente devido ao impacto social que representaria o despejo de tanta gente, sobretudo no contexto em que o populismo mobilizava a força política das favelas⁵, que ela se dispôs a negociar e a construir novas moradias.

De fato, observando-se os limites atuais do Parque Maré, podemos constatar que foi um crescimento expressivo. Hoje, podemos situar esses limites no que diz respeito à sua parte frontal, a Rua Flávia Farnese. Lateralmente, podemos situar a favela entre as Ruas Dezessete de Fevereiro (margem esquerda do núcleo original iniciado na Rua Vinte e Nove de julho), ponto em que faz fronteira com a Baixa do Sapateiro, e a Rua Sargento Silva Nunes (margem direita do núcleo original), ponto em que faz fronteira com a Nova Holanda. Também é possível situar esses limites ao fundo da comunidade, no ponto em que ela faz divisa com a Rua Primeira (ao fim da Rua São Jorge) e a Rua Principal, onde faz fronteira com a mais importante via pública do Parque Maré, a Rua Teixeira Ribeiro. Tanto a Rua Principal quanto a Rua Primeira são vias públicas criadas quando da construção da Nova Holanda. A Rua Principal segue ainda margeando a comunidade da Maré até sua fronteira interior com a Baixa, situada à Rua Evanildo Alves.

É preciso considerar, entretanto, que tais limites foram fluidos devido ao dinamismo do crescimento do processo de ocupação por toda a região da enseada. Eles só se desenharam de fato quando do processo de construção da comunida-

de de Nova Holanda pelo governo de Carlos Lacerda no começo dos anos 1960 e pelo Projeto Rio, realizado pelo governo federal no fim dos anos 1970.

Ainda a respeito desse processo de conquista do território, com o intuito de demonstrar como a tenacidade dos moradores do Parque Maré foi fundamental para o seu advento, vale destacar o episódio relatado por diversos periódicos entre os meses de agosto e setembro do ano de 1955. A saber:

CORREIO DA MANHÃ, EDIÇÃO 19129 DE 05 DE AGOSTO (PÁGINA 3) E EDIÇÃO 19163 DE 14 DE SETEMBRO (PÁGINA 3):

A ordem do dia (da Câmara dos Vereadores) foi inteiramente ocupada com o caso do despejo judicial da favela da Maré, situada nas proximidades de Bonsucesso e que acaba de ser decretado pelo juiz da Nona Vara Civil. As galerias, como geralmente acontecem em casos dessa espécie, estavam tomadas literalmente com moradores daquela favela. Foi à tribuna nessa ocasião o Sr. Geraldo Moreira [...] disse que o caso era idêntico ao de outras favelas. Aludiu a um tal estrangeiro de nome David Francisco Pinhal, que em 1950 pagou ao patrimônio da União cerca de 12 mil cruzeiros pela ocupação dos terrenos [...]. Alguns dias depois, esse estrangeiro correu à Justiça e requereu ação de despejo [...].

Esteve ontem na Nona Vara Civil o cel. Menezes Côrtez, chefe de polícia, em entendimentos com respectivo juiz sobre a ordem de despejo contra os moradores da 'Favela da Maré', na Av. Brasil. Estes, como foi noticiado, insuflados pelo vereador Geraldo Moreira, insurgiram-se contra os oficiais de justiça que levavam a cabo o despejo. Com a anuência do proprietário do terreno em que está a favela da Maré, convencionou-se naquela Vara um prazo de cinco dias com que os moradores se acomodem em novas habitações, cogitando-se, inclusive, levar o caso ao prefeito [...]. Tendo o chefe de polícia posto à disposição daquela Vara forças policiais [...].

O despejo dos favelados da Maré (em Bonsucesso) voltou a agitar o plenário na sessão de ontem, quando o Sr. Geraldo Moreira requereu prorrogação do expediente para aprovação de lei que desapropria os terrenos daquela favela, para evitar que os moradores sejam despejados [...].

DIÁRIO CARIOCA, EDIÇÃO 08302 DE 05 DE AGOSTO (PÁGINA 11) E EDIÇÃO 08335 DE 14 DE SETEMBRO (PÁGINA 12):

Os vereadores, porém, se detiveram em analisar o despejo dos favelados da Maré, já decretado. Os favelados encheram as galerias. O Sr. Geraldo Moreira explicou que, em 1950, o estrangeiro David Francisco Pinhel pagou 12 mil cruzeiros ao Patrimônio da União para ocupar os terrenos. Em seguida, requereu reintegração de posse, obtida essa, o despejo dos favelados, agora concluído. Apresentou projeto de lei, mandando desapropriar os terrenos da favela da Maré.

A justiça adiou, por seis dias, o despejo dos seis mil moradores da favela da Maré, atendendo a solicitações do vereador Geraldo Moreira, com o objetivo de, nesse prazo, ser decretada a desapropriação dos terrenos e garantida a permanência dos favelados. A notícia foi dada pelo próprio vereador, da tribuna da Câmara Municipal, aos favelados que, em massa, ali estiveram durante toda a tarde, depois que visitaram também a Câmara dos Deputados, pedindo uma solução para a situação em que se encontravam.

IMPRESA POPULAR, EDIÇÃO 01602 DE 10 DE SETEMBRO (PÁGINA 2) E EDIÇÃO 01605 DE 14 DE SETEMBRO (PÁGINAS 1 E 2):

Está marcado para depois de amanhã, segunda-feira, pela manhã, um criminoso e desumano despejo contra mais de mil famílias residentes na favela da Maré [...].

A ordem de despejo foi confirmada pela justiça e o juiz da Nona Vara Civil, na presença do vereador Geraldo Moreira, requisitou força federal para assegurar a violenta execução da medida [...]. Desde ontem que os moradores tiveram conhecimento da ameaça e se prepararam para a defesa do sagrado direito do lar. Os trabalhadores residentes na favela da Maré estão congregados em torno de uma Associação filiada à União dos Trabalhadores Favelados.

O juiz Paulo Alonso da Nona Vara Civil concedeu um prazo de seis dias para que o prefeito, que se mostra indiferente à sorte dos favelados, tome providências no sentido de sustar o despejo na favela da Maré [...].

O caso da favela da Maré é mais um negócio da China. O grileiro David Francisco Pinhel pagou ao Patrimônio da União uma irrisória taxa de Cr\$12.640,00 pelos terrenos, movendo, a seguir, uma ação de despejo contra os favelados. Resta, pois, ao Sr. Alim Pedro desapropriar a área. Já existe um projeto em regime de urgência, nesse sentido, na Câmara dos Vereadores.

Na manhã de ontem, os oficiais de justiça voltaram à favela da Maré, ameaçando os seus moradores, que foram à Câmara dos Vereadores protestar [...].

O Sr. Margarino Torres Filho, presidente da União dos Trabalhadores Favelados [...], conclamara os moradores da favela da Maré a participarem da concentração na Câmara, a fim de protestar contra a ameaça de expulsão de seus lares.

DIÁRIO DA NOITE, EDIÇÃO 05885 DE 10 DE SETEMBRO (PÁGINA 6):

Cerca de mil famílias serão jogadas ao relento, segunda-feira próxima, em cumprimento do acórdão do Tribunal de Justiça, que confirmou a sentença do juiz da Nona Vara Civil, determinando o despejo na favela da Maré em Bonsucesso.

No Legislativo carioca, existe um projeto de lei autorizando o Executivo a promover a desapropriação daquela faixa de terra [...].

A bancada do PTB, na sessão de ontem da Câmara Municipal, solicitou, no que foi atendida, a designação de uma comissão de vereadores – integrada por representantes de todos os partidos – a fim de entender-se com o chefe de polícia e com o prefeito, no sentido de ser encontrada uma fórmula capaz de solucionar o drama [...].

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, EDIÇÃO 10082 DE 17 DE SETEMBRO (PÁGINA 9):

O prefeito Alim Pedro sancionou ontem o projeto de lei que desapropria a favela da Maré em Bonsucesso, cujos moradores estavam ameaçados de despejo. Essa favela, situada em terreno da Marinha, fica nos fundos das ruas Teixeira Ribeiro, Sargento Silva Nunes e Bitencourt Sampaio.

Todos os periódicos destacados apresentam a ação de despejo que foi movida por interesse particular de um senhor denominado David Francisco Pinhal na Justiça do Distrito Federal (9ª Vara Civil) contra os moradores do Parque Maré em 7 de agosto de 1955. O seu objetivo era a reintegração da posse de uma propriedade adquirida com o pagamento de irrisória quantia a título de foro ao Patrimônio da União.

Considerando que, no decurso dos anos 1950, o processo de parcelamento fundiário e formação de novos bairros, aumentou o interesse imobiliário por terrenos “favelizados”, a iniciativa do senhor David pode ser enquadrada nas tentativas de apropriação dos territórios e erradicação das favelas através de processos judiciais de despejo movidos por indivíduos que não necessariamente eram donos de fato ou sequer possuíam documentação comprobatória dos terrenos onde se localizavam essas favelas nas décadas de 1940 e 1950. Tratou-se de um verdadeiro “fenômeno de grilagem urbana”. Deve-se considerar também que, muitas vezes, os “grileiros” que moviam esses processos não estavam realmente interessados na reintegração da posse dessas áreas, mas em indenizações pagas pelo poder público, caracterizando um oportunismo conjuntural (GONÇALVES, 2010 apud GONÇALVES e AMOROSO, 2011, p. 5).

Essa grilagem tornou-se possível porque, como vimos, a alternância política entre a repressão e a tolerância permitiu certo protagonismo político das favelas em relação ao Estado ainda que não tenham obtido uma formulação de propostas claras de sua integração plena ao tecido urbano. Tratou-se da “política da bica d’água”, que condicionava pequenas melhorias em troca de apoio eleitoral, sem jamais traduzir tais intervenções em direitos adquiridos dos beneficiários, ou seja, o velho clientelismo a que já fizemos referência.

Seja como for, foi graças a esse contexto político e à tenacidade dos moradores do Parque Maré que, sem se deixarem intimidar pelos oficiais de justiça, buscaram mobilizar todos os recursos disponíveis, como o acionamento da Câmara dos Vereadores, da Câmara dos Deputados, da imprensa e até dos recursos da União dos Trabalhadores Favelados, para resistirem à ameaça de despejo. Com efeito, obtiveram do Distrito Federal a desapropriação da área de litígio em 16 de setembro de 1955 e, com isso, garantiram sua permanência na localidade.

Porém, essa não foi sua única luta. Além de lidar com outros interesses exógenos, como a ação de reintegração de posse, movida pelo instituto de

previdência dos bancários em 1962, e as efetivas remoções realizadas no processo de construção da Nova Holanda e da Galeria Pluvial da Rua Flávia Farnese entre 1962 e 1963, os moradores do Parque Maré também enfrentaram as dificuldades cotidianas inerentes à necessidade de moradia em condições precárias. Foi preciso driblar as forças policiais e as forças da natureza para se estabelecerem, resistirem às tentativas de remoções e inventarem soluções criativas que lhes garantissem água, iluminação, saneamento, acessibilidade, transporte e emprego.

Foi no bojo dessas lutas que os moradores do Parque Proletário da Maré construíram sua identidade. E é a partir delas que emergem suas memórias, como tesouros que os singularizam e os dignificam. Enquanto a cidade os segregava e os ameaçava, esses moradores, nessa própria cidade, construíam os seus lares e nela se integravam sem se desintegrarem. Pelas mesmas razões que apresentamos ao dispor os depoimentos dos moradores do Morro do Timbau, será essa história, narrada por aqueles que a protagonizaram, que apresentaremos a seguir.

NOTAS

1. Jornal A Noite, edição 12.719 de 24 de novembro de 1947.
2. Jornal O Globo de 26 de novembro de 1947.
3. Jornal Correio da Manhã de 11 de abril de 1941.
4. Jornal do Brasil de 20 de abril de 1951, página 5.
5. Um exemplo dessa relação entre o populismo e as favelas pode ser observado na reportagem intitulada "Meio milhão de favelados com Juscelino e Jango", publicada no periódico Imprensa Popular, edição 01615 de 25 de setembro de 1955, à página 2 [Disponível em: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>], que conclama os favelados a votarem em Juscelino e em João Goulart para presidente e vice-presidente, respectivamente. Um pouco antes, no dia 21 de setembro, o periódico Diário de Notícias, edição 10085, publicou a reportagem intitulada "Bases humanas na solução dos problemas das favelas", em que traz a público a exposição da vereadora Dulce Magalhães. Já nessa época, a vereadora denunciava o populismo com que era tratada a questão das favelas do Rio de Janeiro.
6. As palafitas eram casas de madeira que ficavam equilibradas sobre as águas, apoiadas por estacas fincadas no fundo da Baía de Guanabara e que chegavam a ter até três metros de altura.

FOTO // Rosilene Miliotti / Imagens do Povo





04 //
DEPOIMENTOS
DE MORADORES DO
PARQUE PROLETÁRIO
DA MARÉ: VIDA E
TRANSFORMAÇÃO

// **Célia** Vanda
Alves Marinho

“

Por isso é que
eu digo: nós hoje
moramos numa
cidade.”

Minha mãe veio em 1952 pra aqui. Minha infância lá na Bahia era brincar com as crianças, boneca, comidinha, cozido, coisas de crianças. Minha mãe era doida para conhecer o Rio. E aí, minha mãe veio e nós viemos no Comandante Capela, navio, e levamos quatro dias de viagem, da Bahia para cá.

Aí, minha mãe foi morar na casa da minha tia. Depois, minha mãe comprou um barraco a prestação, barraco de madeira, na Rua Bela. Minha mãe ficou pagando a prestação e eu, com o dinheiro que eu ganhava, ajudava minha mãe a pagar. E nisso, fui crescendo, crescendo, ficando mocinha, arru-me um emprego de ajudante de cozinha em restaurante.

Depois trabalhei em casa de família. Casei em 1962, eu tinha de 17 para 18 anos. Para o Rio, só veio eu, meu irmão e minha avó. Viemos direto para a Maré. A casa era da irmã da minha mãe. Ali, era da minha tia e foi ali que nós moramos. [...]

Isso aqui tudo era mangue, maré, ali era mangue... Nessa hora que enchia a maré, a gente lavava barraco com água da maré... A maré ia até quase na Avenida Brasil. [...]

A gente carregava água de rola-rola, balança, com lata d'água na cabeça, amanhecia o dia carregando água ali na bica do finado Estevão. O Estevão, ele passava a noite toda carregando água ali ou então pegava água de lá do outro lado da Avenida Brasil. E não tinha passarela e a gente atravessava as pistas com lata de água na cabeça. Ali tinha uma bica no muro e eram duas latas d'água pra cada uma pessoa. Eram duas latas d'água, porque a água era fininha, fininha, e nessa hora já estava de fila até na esquina da padaria... Para cada um ter direito a duas latas d'água, vê que horas que a gente ia dormir?

O que eu tenho a dizer é isso... Tudo isso aqui, aterrei, carreguei muito aterro, sabe? Acordava às três horas da manhã para esperar o caminhão de aterro passar na Avenida Brasil para carregar de carrinho de mão, e de lá, da Avenida Brasil, vir para aterrar aqui, a Maré.

Todo mundo era unido! Cada um aterrava suas portas, todo mundo era unido. E todo mundo ajudando. E aí, foi quando começou a entrar aterro na Teixeira Ribeiro, que antigamente não era Teixeira Ribeiro, chamava "Beco da Foice".

A gente já sofreu muito aqui, mas hoje em dia, quem chegou por último mora numa cidade. Todo mundo era unido, um com o outro, todo mundo igual, não tinha um melhor do que o outro, graças a Deus. Os vizinhos de antigamente eram uma família. Você adoecia e aí, levavam você no médico, passavam a noite no hospital com você, se sentisse uma dor, já ia na casa de um e faziam um chá.

A diversão... Quase ninguém ligava naquela época, quase ninguém ligava para esse negócio de festa. Era assim: se tivesse um aniversário, você ia na minha casa; se tivesse um na sua, eu ia na sua. Entendeu como é que é? Mas aqui era andar nas pontes de madeira em cima da maré. As crianças caíam da porta dentro da maré, saíam todos pretos de lama... Era lama, lama mesmo. E tinha caranguejo, peixe, mas ninguém podia comer o peixe, porque o banheiro era de madeira, então tudo que você fazia caía dentro da água, caía dentro da maré. Quando a maré enchia, levava, ou então ficava nadando, entendeu? A gente já sofreu muito aqui dentro, hoje a gente mora numa cidade. Hoje a gente mora na cidade.

// Bento Alves de Paiva

“

Quando a maré
enchia, lavava o
assoalho do barraco.
É triste...”

Sou Bento Alves de Paiva e cheguei aqui em 1949. Cheguei na Maré e vim da Paraíba. E não tinha barraco nenhum, o primeiro barraco eu que fiz. Fazia de noite e amanhecia o dia com a família dentro, porque se não, os guardas derrubavam! Você sabe o que é a agave? Você sabe o que é a pita? Aquela folha, aquele negócio de fazer cordas? O nome daquilo é agave e nós vivíamos puxando aquilo ali. As mãos todas cortadas, sangue saindo das mãos, a vida era meio, meio má, não é? Era assim na Paraíba.

Aí, com 19 anos de idade, eu inventei de vir pro Rio, vim com dinheiro emprestado dos outros, uma professora de lá que me emprestou o dinheiro e eu vim. Cheguei no “Aeroporto de São Cristóvão”. Antigamente parava todo mundo no “Aeroporto de São Cristóvão”, que era o ponto de parada dos carros que vinham de lá pra cá... Eu vim de micro-ônibus, esses F5 da Ford. Você sabe quantos dias eu gastei de lá aqui? Dezoito dias! Eu pensei que eu tava indo pro outro lado do mundo. Aí, chegamos lá cinco horas da manhã, eu com uma maletinha de pau, uma coisa meio triste, né? Aí, perguntei a um cara de táxi quanto que ele me cobrava pra me levar lá na Rua Bela no número tal. Era ali pertinho, mas eu não conhecia nada e ele disse: “Quinhentos réis!” E eu dis-

se: “Não tenho 500, só tenho 400 réis!” E então o cara queria os 500 réis e eu não tinha: “Tá beleza”. E eu fui saindo assim com aquela malinha nas costas e encontrei um rapaz e perguntei: “Por gentileza, esse endereço aqui...” Aí, eu cheguei no número certo, bati, e meu amigo trabalhava lá, era vigia da obra, da Mafra Engenharia Ltda. E meu primeiro emprego foi nessa obra.

Naquele dia em que eu cheguei, minha carteira foi registrada e no dia mesmo eu comecei a trabalhar. E arranjei outro emprego: trabalhava na obra de dia e na Copanorte à noite, lavando ônibus. Na obra, trabalhava de sete da manhã às quatro da tarde, dormia de quatro da tarde até as nove e meia, pegava na empresa de ônibus dez horas da noite até as cinco da manhã. E aí, fui com dois empregos e comecei levando a vida... E fui levando a vida até eu sair da Mafra e entrar numa empresa aqui em Bonsucesso: a Serraria Rio-Petrópolis, onde trabalhei uns oito anos. Já morava aqui na Rua Vinte e Nove de Julho. Um outro colega me indicou e eu vim pra cá e fiz o barraco. Aqui era só mangue, água e caranguejo... Não tinha nada, nenhum barraco, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, nada, nada. Na Rua Vinte e Nove de Julho, tinha uma cabine de luz, que fornecia luz para um barraco ou dois que tinha lá. Sabe como é que é uma cabine? É um relógio para três, quatro pessoas. E quando eu fui pro barraco, eu botei dessa luz, paguei uma taxa não sei de quanto, porque faz muito tempo, né? E ligaram a luz para mim também dessa cabinezinha que tinha lá.

Vocês querem saber como era isso aqui antes? Era água, mangue e caranguejo. E isso aqui sabe onde é que ia? Sabe a João Torquato? Ali atrás do SENAI, já na Rua da Regeneração? Pois sei que ali era uma lagoa, essa água daqui ia pra lá, levava aqueles peixinhos, carapicu, cocoroca. Aí, criava aquelas pastas brancas, com uma flor branca no meio... E eu falo isso e nêgo pensa que eu tô contando novela, mas eu tô contando a realidade, tá entendendo? A Avenida Brasil, naquele tempo, era a Variante e era uma mão dupla. E a água passava por aquela pista ali com uma altura de meio metro e os carros passavam por ela. Quando a maré enchia aqui, a maré enchia aqui e ia pra lá. Aí, quando a maré baixava, a água parava lá também. Sabe como é que é, né? Quando a maré sobe e desce, ela sobe e depois vai embora de novo, não é isso? Era a mesma coisa aqui.

E aqui fui levando minha vida, depois saí dessa serraria, fui lá para a Rua Senhor Manoel Gomes, número 338, trabalhar na Sorema e foi lá que eu aposentei. Eu aposentei por invalidez, porque eu tive um problema que não era

muito beleza. Aí, na madeireira eu dei entrada no INSS em 1964. Aí, eu vim trabalhar por minha conta, comprei ali onde é aquela papelaria, onde tem a papelaria ali na Teixeira. Aquela lojinha ali é minha, é alugada, eu comprei aquilo ali na época por 21 mil réis e me chamaram de maluco: “O senhor tá maluco, dar 21 mil réis nisso aí?” Eu sei que eu fui levando a minha vida, eu fui trabalhar por minha conta e comecei a melhorar e, graças a Deus, hoje eu tô beleza e continuo trabalhando.

Sobre a feira, eu me lembro que eu já trabalhava na Teixeira antes de ter a feira. E desde quando eu cheguei no Rio de Janeiro, eu trabalhava lá nos meus empregos... Eu tinha quatro dinheiros por mês: eu vendia eletrodomésticos por telefone, eu era corretor de terrenos, eu trabalhava de empregado e matava meu porco.

Eu tinha quatro dinheiros por mês, porque eu gostava de trabalhar e até hoje eu gosto de trabalhar, para um cara de 82 anos, eu gosto de trabalhar! Eu vejo garoto novo aí, com 20 e poucos anos, quase tudo morrendo, caindo pelas tabelas, não dá, né? Mas sabe o que é isso? Eu tenho o meu senhor Jesus do meu lado e hoje, quem não tiver o senhor Jesus tá perdido! E aí, meu irmão, eu fui levando a vida até quando Deus quis e até hoje eu tô presente aí. Minha mulher falou com a minha médica para eu parar de trabalhar e ela disse: “Não! Ele só vai parar de trabalhar quando ele quiser parar, porque se ele parar, ele morre mais depressa”. E trabalho para mim é divertimento... Eu trabalho com carnes ali na frente, chega um, eu converso um pouquinho, converso mais um pouquinho com outro e aquilo vai me distraíndo, o tempo vai passando e a gente vai levando, não é, négo?

Sabe que já peguei muito caranguejo aqui na Maré? Peguei muito caranguejo, naquele tempo, era caranguejo grande, hoje são uns pequenininhos, mas naquela época era grandão, uns grandões assim! Você pegava umas ratoeiras, pegava eles de ratoeira, aquelas latas de óleo, botava elas, arrumava e eles entravam ali... Mas no começo, lá na Vinte e Nove [Rua Vinte e Nove de Julho], eu vendia porco, mas eu não tinha ponto, não, eu tinha meu carrinho de mão, matava o porco, botava naquele carrinho e saía por aí vendendo. O porco eu comprava do pessoal que criava aí por dentro, eles criavam porco. Eu trazia porco da Praia da Moreninha, sabe onde é? Da Penha. Praia da Moreninha é depois daquele quartel da Marinha. Ali, tinha uma criação de porcos, que a gente ia comprar ali e trazia de barco, saltava aqui onde é o Rubens Vaz, onde é a coroa, porque ali era fundo! O barco chegava ali e a

“Sabe que já peguei muito caranguejo aqui na Maré? Peguei muito caranguejo, naquele tempo, era caranguejo grande, hoje são uns pequeninhos, mas naquela época era grandão, uns grandões assim! Você pegava umas ratoeiras, pegava eles de ratoeira, aquelas latas de óleo, botava elas, arrumava e eles entravam ali...”

água era uns cinco ou seis metros de fundura... Onde é o valão hoje. E a gente vinha de barco, da Praia da Moreninha para descarregar o porco e às vezes trazia três, quatro porcos naquele barco, amarrados. Barco a remo! Não era motorizado, não, barco a remo e nós ia puxando! Alugava o barco para trazer e aí, pagava a viagem do barco. Tinha o cara que vinha dirigindo e eu vinha junto com os porcos ali. Saltávamos e eu vinha tocando eles por aqui até chegar na [Rua] Vinte e Nove de Julho, onde tinha um curralzinho que eu prendia eles e eu ia matando de acordo com que eu ia vendendo.

Eu, no Norte, trabalhava com boi, com meu tio, e matava o boi para fazer carne de sol e matava boi para a carne fresca para o final de semana. E eu fui aprendendo e cheguei aqui no Rio e inventei essa ideia e fui matando porco. Aí, eu arrumei aquela loja ali [na Rua Teixeira Ribeiro], que era um botequim, mas o pior negócio do mundo é um botequim, aquilo é uma maldição mais nojenta do mundo. Ali só dá o que não presta: cachaceiro, maconheiro, troço que não presta, troço que pertence ao capeta é o que chega ali. Então, aquilo ali não serve. E eu aluguei e fui trabalhar na rua com a minha carninha de porco que era melhor do que trabalhar com aquilo dali.

Eu não mato mais porco, matei muito, agora quem mata são meus netos. Eu pago para matar e trazer ali e é só eu chegar e destrinchar, entendeu? Hoje o porco vem da Granja Ponte Nova, de Minas Gerais. E vem pra gente assim: três pra

mim e três pro meu filho, aquele que trabalha do meu lado. Silva, três porcos: 320 quilos. Bento, três porcos: 320 quilos; Bento é o meu nome. Hoje, eu vendo três porcos por semana. Antigamente, três eu botava num dia só. Antes, tinha menos movimento aqui de gente, mas tinha menos porcadeiro. Hoje, tem muito porcadeiro, tem muita barraca. Trabalhava sozinho, só eu, e matava três. Dia de sábado, dia de feira, eu matava três porcos e antes de 13 horas não tinha mais nada. Hoje eu mato um e sobra de um dia pro outro.

Quando eu cheguei aqui, na [Rua] Vinte e Nove de Julho, eu matava o porco lá e vendia pela rua, no carrinho de mão. A [Avenida] Brasil não era Brasil, era Variante. Não tinha nada de muro e a gente atravessava com carrinho correndo, mas era uma pista só, mão dupla. Eu passei uns 15 anos vendendo porco sem lugar fixo. A partir do momento em que as coisas foram melhorando, eu botei uma barraquinha lá na [Rua] Vinte e Nove de Julho também. Aí, parei de andar na rua com o carro, parei de vender porco na rua. E na feira eu trabalho até hoje.

Hoje, a [Rua] Flávia Farnese com [Rua] Teixeira [Ribeiro] está pequena pra feira. Essa feira começa de manhã e vai até a hora que a gente quer. Eles quiseram acabar com essa feira cedo, mas aí, o pessoal que comanda disse: “Olha, não vamos acabar a feira cedo, não, a feira vai acabar na hora que o feirante quiser acabar”. Sabe por quê? Porque na parte da tarde faz aqueles molhos de coisas mais baratas pra quem tem pouco dinheiro pra levar pra casa pros filhos comerem. Não sei quem colocou essa feira, mas ela é uma maravilha, e tem uma feira nas quartas-feiras lá do outro lado no PU [Parque União] e tem essa nossa no sábado.

Agora, a feira é organizada pela Associação. Agora é o Carlinhos, mas antigamente era o pai dele. Agora, o Carlinhos [presidente da Associação de Moradores] comanda tudo e é uma feirinha boa, essa daqui! Eu era sócio da Associação, eu tinha assim uma carteirinha de sócio, pagava a contribuição todo mês. Depois eles inventaram de acabar com aquilo ali e fazer... Quem trabalhava na feira todo dia de feira deveria pagar uma taxa pra Associação.

Olha, rapaz, você sabe qual foi o governo trabalhador que fez alguma coisa pelo povo pobre aqui dentro da Nova Holanda? Carlos Lacerda! Foi ele que fez essa galeria, essa galeria começa lá no quartel do Exército. Essa galeria vem pela [Rua] Flávia Farnese, vem de lá do Exército, passa em frente àquela igreja católica, faz aquela curva ali, entra na [Rua] Flávia Farnese, depois entra na [Rua] Teixeira Ribeiro, vai até a maré. Lacerda foi o único governador até o presente que foi trabalhador, porque os outros nem bola

rodam. Você sabe há quantos anos essa galeria não é limpa? 18 anos. E se não é essa galeria, a gente morria afogado aqui. Por aí, quando chove, não afoga tudo? Fica todo mundo dentro d'água, boiando. E agora está enchendo as casas aqui, porque a galeria está entupida de terra, areia, lixo, qualquer coisa. Isso aí é bom vocês gravarem, meter o pau mesmo, meter na rádio, meter na TV, que é pra eles tomarem vergonha, porque eles só vêm aqui pra pedir voto e não procuram fazer nada pela pobreza.

Com o tempo, foram fazendo e foram fazendo e foram fazendo barracos, e foi crescendo e aqui também e quando o Carlos Lacerda fez a galeria, tirou a favela do Esqueleto... Começou a construir a favela Nova Holanda e a Macedo Sobrinho, aí, vieram duas favelas pra aí, ficaram aí o pessoal tudo morando em casas feitas pelo governo, governo Carlos Lacerda, entendeu?! Lacerda fez essa galeria, fez a Nova Holanda toda... Aí, foi quando ele aterrou aqui a Teixeira [a Rua Teixeira Ribeiro]. A Nova Holanda foi toda aterrada pelo Carlos Lacerda, o único governo que trabalhou no Rio de Janeiro, que eu posso lhe provar, que foi esse aí, porque os outros é só “embola a roda”!

Minha casa é uma casinha humilde, mas, graças a Deus, tem tudo que a minha mulher quer... Eu sou rico da graça do meu senhor Jesus, eu sou rico! Se você me perguntar: “Bento, como você tá?”, eu nunca vou dizer a você que tá ruim, nunca! “Tá beleza, graças a Deus! Estamos agradecendo a Deus por mais um dia de vida...” Eu nunca gostei de festa, esse tempo todinho aqui no Rio, só fui no Maracanã uma vez. Eu sempre torci pelo Flamengo, desde que cheguei no Rio, e um colega me chamou pra ir ao Maracanã assistir ao Fla X Flu. Aí, terminou o jogo e o Flamengo ganhou de três a um e ele virou pra mim e disse: “Rapaz, qual o time que tu vai ficar com ele aí? O que ganhou ou o que perdeu?” Eu disse: “O que ganhou, que é o melhor, é o Flamengo!” Isso em 1949, no tempo do Garcia, era goleiro do Flamengo, porta de aço, Tobias, Zequinha, Jordan, esse era o time que o Flamengo tinha, que era fora de série.

Eu jogava no campo da Cruz, que era ali onde é a Nestlé, jogava no IV Centenário [escola municipal], que era um campo que tinha lá também. Era o campo da Mangueira. Aqui na Maré, naquela época, não tinha time organizado, mas naquele canal ali tinha uma empresa que fazia aqueles navios pequenos de carga e lá tinha um monte de funcionários e a gente tinha funcionários da serralheria e aí, a gente jogava um contra o outro e assim a gente se distraía naquela época, jogando bola. Quando eu era novo, eu jogava bola, eu era ponta direita.

Meus nove filhos nasceram aqui: cinco homens e quatro mulheres, dois homens morreram, mas foi de doença, não foi de troço errado, não. Nunca consenti soltar pipa, jogar bola de gude, nem pião, troço que nunca me agradou, nunca jogou sinuca, nada disso e eu não bati neles, não. E meus filhos, graças a Deus, nenhum passou fome, todos moram no que é seu, ninguém mora de aluguel. Tinha dois filhos meus que não tinham casa, eu tinha uma casa na Almirante Tamandaré e eu dei pra um. Em cima daquela loja, tem uma casa, dei pro outro. É melhor, tudo é deles mesmo! O que você fizer é tudo dos filhos. Todos os filhos moram aqui na Maré, só tem um que mora em Belford Roxo.

Hoje já dei essa entrevista, vocês devem ter se agradado da coisa, porque agora, eu contando essa coisa pra vocês, parece até uma novela, não é não? Mas é realidade, isso tudo que eu conto aqui pra vocês é realidade, hoje em dia isso aqui é uma cidade! E assim, um quer ser governador, outro quer ser prefeito... Mas não fizeram nada aqui, o único que fez alguma coisa aqui foi o que eu falei pra vocês: foi Carlos Lacerda!

“Mas,
graças a Deus,
eu consegui fazer
do meu barraco
uma casinha.”

// **Gonçalo**
Baratio

Eu me lembro de ter chegado em 1949. Eu vim, porque em Minas eu não tinha pai e nem mãe, era eu e meu padrinho. Então, o meu padrinho faleceu e minha madrinha arrumou um trabalho aqui no Rio pra ela. Daí, ela veio e me trouxe pra cá. Então, eu vim e fui trabalhar na Avenida Vieira Souto e ela ficou trabalhando na Tijuca.

Aos 12 anos, eu trabalhava na Vieira Souto, numa pensão e eu fazia serviços na rua. Depois, eu fui crescendo e arrumei outro trabalho. Fui trabalhar com a Sandra Cavalcanti, a deputada. Ela morava na Rua Peri, número 68, e eu trabalhava na casa deles: lavava o carro, fazia pintura, tudo que tinha na casa pra fazer. Em Minas, eu trabalhava na prefeitura. Capinando rua. Comecei com oito anos, mas eu falei uma mentira que era pra ganhar mais: eu falei que tinha dez anos, porque com dez anos eu ganhava mais, então eu menti.

Minha mãe, Maria Raimunda Baratio, nasceu em Diamantina e o meu pai, Antônio Baratio, é de Minas também, mas eu sempre morei com meus padrinhos. A minha esposa também era de Minas. Ela veio pra cá primeiro do que eu. Eu fui a Minas e a mãe dela me deu uma carta, que eu entreguei pra ela, que já morava no Rio. E eu fui lá entregar a carta a ela. Aí, ela era

noiva [...], mas ela ficou gostando, desmanchou com o outro rapaz e ficou comigo. Foi através dela que eu conheci aqui [a Maré], porque ela tinha uma colega que tinha um barraco aqui.

Então, tudo era água, tinham aquelas pontezinhas, não é? Aquelas madeirinhas pra gente chegar lá, pra ir lá conversar com os outros... Pra você botar um sapato, tinha que botar o sapato lá fora, porque tudo era aquela lama preta... Então, ela ia pro trabalho dela, eu ia pro meu trabalho e a gente só se encontrava domingo. Só aos domingos, porque ela trabalhava e eu trabalhava também. A Maria Raimunda trabalhava na casa de um oficial da polícia especial e não podia sair todo dia. A patroa dela era severa e então só encontrava aos domingos. E eu trabalhava na casa da Sandra Cavalcanti.

Aí, daquele tempo pra cá, isso aqui foi mudando. Onde é essa sapataria, era água, água pura... Tinha um barraquinho em que morava uma senhora chamada 'Dona' França, aí, foi construindo, construindo e tal. Tinha o Manoel Virgílio, que morava lá dentro, mas quando ele mudou pra cá, ele fez uma série de bases ali, ele aterrou... Mas naquilo que ele aterrou, ele aterrou até chegar nas tábuas, né? Porque o pessoal, quando vinha, entrava na tábua e da tábua é que eles iam pra casa deles. Nesse meio tempo, foi mudando tudo e nós ficamos num buraco.

Casei, fiz um barraquinho aqui mesmo, coberto de lona, aquelas lonas protetoras. Comprei umas lonas e fiz um barraquinho de um cômodo, mas embaixo era água. Tinha que fazer aquele assoalho pra você, dali, fazer o seu barraco. Aí, eu fui, consegui pular daqui, dali, arrumei madeira e fiz um barraco melhor. Eu comecei a trabalhar em caminhão, trabalhei em caminhão um bocado de tempo e depois, Deus me ajudou, que eu consegui um outro trabalho.

Depois, trabalhei 25 anos numa firma de eletrônica, de TV, era eletrônica crua. Dentro da favela, também fui subindo... Foi dessa casa que eu comecei a construir minha vida, fui endireitando isso aqui. Nós ficamos aqui no buraco, mas nós comprávamos aquele carro de terra misturado com pedra mármore – tinha ali uma fábrica de cerâmica – e o motorista despejava aqui e nós começamos a fazer essa casa aqui... Aí, foi que os barracos foram saindo e a favela foi subindo: um barraco aqui, uma casinha ali. Lá na [Rua] Teixeira Ribeiro, tinha um armazém e uma vez deu uma enchente e a água carregou tudinho. No outro dia, tinha um saco de arroz aqui fora, mas eu tive uma pena... Porque tudo era construído com dificuldade, não é mesmo?

Naquele tempo, madeira era de graça, você chegava numa obra, você ganhava o carro de madeira... Hoje, você não encontra mais uma tábua. Então,

“Então, tudo era água, tinham aquelas pontezinhas, não é? Aquelas madeirinhas pra gente chegar lá, pra ir lá conversar com os outros... Pra você botar um sapato, tinha que botar o sapato lá fora, porque tudo era aquela lama preta...”

eu fui construindo a minha casinha, calmo, daqui, dali, mas doido pra construir uma casa de tijolo. Nesse meio tempo, eu completei 17 anos de firma e também a rua já foi endireitando. Aí, eu falei: “Bom, agora eu vou ver se eu concluo o meu barraco”. O meu barraco quebrou a viga em cima e apelidaram meu barraco de “camelo”. Aí, falavam: “Seu’ Gonçalo mora naquele camelo ali, óh...”, que era o meu barraco. Aí, eu digo: “É, meu camelo tá ruim...” Aí, cheguei pro meu chefe, que era um general, general Riograndino Kruel, que foi chefe de polícia e tal. Aí, falei com ele sobre as minhas condições, a da minha casa e tal... Ele mandou um engenheiro vir aqui ver e disse que tinha que aterrar. Eu comprei 12 carros de pedra de mão, sabe aquela pedra de mão, grande? Deus e eu só trabalhando... E à noite, eu trabalhava sozinho pra fazer o meu barraco. Porque você sabe que tudo com sacrifício é bom, não é? Aí, fiz aquela telha, pedi um acordo a ele e ele me disse: “Eu não vou fazer acordo com você. Pode mandar chamar o pedreiro que eu vou mandar ajeitar sua casa. Você é de confiança”. Comecei a comprar meu material, aterrei aquilo tudo, graças a Deus. Largava do serviço lá quatro horas e ia lá pro SESI, depois do quartel, comprava ferro e trazia aquilo tudo nas costas pra poder fazer aqui. Mas, graças a Deus, eu consegui fazer do meu barraco uma casinha. Fiz a minha laje de duas vezes, porque não podia fazer tudo de uma vez. E eles me deram aqueles 17 anos, mas falaram comigo: “Você não vai embora, não, vai ficar trabalhando com a gente”. Então, trabalhei 25 anos com eles e hoje eu estou nesse museuzinho aqui.

Os primeiros moradores daqui, inclusive há um ano atrás, eu perdi um amigo, o João Padilha, que fazia carne de porco. Era meu compadre

e faleceu. Ele morava aqui, a casa deles era um barraco, ele trabalhava na CVL e de lá eles conseguiram um apartamento ali do outro lado. Minha vida aqui foi uma vida sacrificada: você deitado e quando a água vinha, vinha que dava aquela enchente e você via os caranguejos subirem pela calha... Foi uma vidazinha triste, vou te contar, foi uma vidazinha triste mesmo, mas, graças a Deus, construí a minha família.

Aqui era tudo barraquinho nessas condições: o banheiro do barraquinho tinha que fazer um outro cubículozinho coberto e ali dentro botava o vaso de madeira. E a maré vinha até aqui... Tudo era maré, tudinho era maré. Quando a maré enchia muito, você não podia sair de casa, porque cobria as tábuas. Então, você tinha que ficar ali até baixar a água. Esse meu garoto mais velho, ele caiu muito de cima da ponte lá embaixo, dentro da lama, o Jucinélio Jorge. Ele mora aqui em cima.

Mas todos os meus filhos foram criados aqui. Mas trabalhei muito, graças a Deus, gosto daqui, mas isso aqui foi um lamaçal. Caranguejo, muito bicho vinha de lá de baixo... Eu ficava aqui mais a minha mulher e de vez em quando, tinha uma discussãozinha, mas, sabe como é que é, a gente não ficava de mal... Porque a educação que os pais da gente deram pra gente a gente seguiu. Foi assim que eu criei o mais velho, o outro que Deus levou também, morreu com 27 anos, e tem a minha filha mais velha, que tem um salão de cabeleireiro. Ela é a dona desse salão, a Sandra. Mas a gente não tinha aborrecimento, não, não tinha nada. E a mãe dela morava pertinho da gente, toda vida ficou perto da gente, Deus levou ela também, a minha sogra.

Eu vi a Associação se formar, era um barraco grande e o José Bernardino era o presidente. Isso já foi já em 1955, quase 1960. A primeira laje daquela Associação foi ajudada por mim, aquela laje ali. Era o Zé Bernardino. Depois, ele saiu e entrou um outro presidente. Aí, foi decorrendo, a sede foi aumentando e hoje, graças a Deus, eu tenho muitas boas amizades aqui, porque os antigos me conhecem e muitos que chegam hoje fazem amizade comigo e eu faço amizade com eles também.

Um senhor, que era motorista, trabalhando com eles, e eu, a gente botava três, quatro carros de pedra ali pra construir essa sede aí... E, graças a Deus, já trabalhei muito. E aqui foi indo, indo e foi terminando a maré, a maré não vinha mais até aqui. Foi aí que começaram os aterramentos. Depois, pra ficar melhor, eles começaram a fazer paralelepípedos, a fazer a rua direitinho... A Nova Holanda botou muito aterro ali, aquilo tudo era favela também... Tudo cheio.

E eu trabalhava no caminhão, mas na época que eu trabalhava no caminhão, sabe a que horas eu ia dormir? Duas, três horas da manhã, porque não tinha água em casa, tinha aquele rola-rola, então tinha que encher tudo, deixar a patroa com bastante água dentro de casa. Então, dormia um pouquinho, quando era sete horas, pegava o caminhão do outro lado e ia embora. Mais pra lá, tinha um largo e ali tinha um bicão d'água. Aí, pegava aquela fila de gente pra carregar água... Que sacrifício! Hoje, eu vejo assim gente falando: "Não vou fazer, não vou fazer..." E eu falo: "Gente, faz, porque o mundo não é assim, não, a pessoa, pra conseguir as coisas, olha, ela tem que lutar... Tem que lutar, porque se não lutar, não consegue nada". E eu lutei muito pra conseguir a minha casa, lutei demais. Pra ajudar a minha família eu lutei muito.

Mas foi um sacrifício e desse sacrifício eu, graças a Deus, hoje eu estou aposentado. Deus me ajudou, consegui tudo... Meu trabalho, não é? Paguei 39 anos de INSS e me aposentei. Eu aterrei isso aqui sozinho. E os vizinhos, cada um fazia a sua parte. Eu fiz a primeira laje e laje batida é 15 dias pra endurecer... Mas Deus é pai e não tô jogado, nem minha família tá jogada.

// **Lourival** da Cruz Alves Campista

“

Tudo

que eu tenho foi
Deus que me deu
e a memória
também é uma
dádiva.”

Bom, meus avós eram dois portugueses, chegaram de Portugal e se alojaram em Miracema e Pádua. Naquele tempo, sempre se juntava um dinheirinho e meu avô paterno veio comprar terra aqui no estado do Rio e o outro meu avô, o materno, que não tava afim de plantar café, comprou uma casa lá no interior de Mimoso do Sul, num lugar denominado Vinagre, no Espírito Santo. E a gente estava sempre lá com eles. E isso foi na era da Aliança Liberal, a tomada do Getúlio Vargas em 1930. Eu fiz uma pesquisa por minha conta e descobri até a cidade deles: um era de Coimbra e o outro era de Lisboa e cheguei também a conversar com meus tios.

Como se sabe, Portugal tinha excesso de trabalhadores e no Brasil faltava tudo, então eles vieram trabalhar. O que o Brasil tinha demais era emprego. E com toda essa gente que veio, italianos, franceses – o patrão do meu avô materno era francês e sabe como é estrangeiro, quando vem, vem com dinheiro e fazia um casarão e plantava café, a cultura na época era do café –, tinha trabalho aqui. Nesse tempo, todo mundo lutava e eu sei que meu sogro trabalhou no avançamento da estrada de ferro, meu sogro era encarregado de turma da Leopoldina, desse avançamento de terra de Barão de Mauá a Vitória.

Teve uma época que, lá na fazenda do meu sogro, a gente chegou a produzir 11 mil sacas de café, era dinheiro que só água. Naquele tempo, queira ou não, nós éramos escravos da América do Norte e a gente só vendia alguma coisa de café para outro país com autorização deles. E eles chegavam até a pagar menos pelo café. E foi quando veio aquela época em que o governo do Brasil queimou o café. Toda mercadoria que se diminui a quantidade sobe de preço. Mas aí, se quebrou a cara, porque as madames americanas fizeram uma greve branca de não tomar café, mas só tomar chá. Então, queimamos o café pra valorizar e aí, foi pior: desvalorizou, porque nós só podíamos vender a eles, aos americanos. Coitado do Arthur Bernardes, vendedor de café, que pensava em se benzer e quebrou o nariz. Isso foi nas proximidades de 1930, porque em 1930, foi a posse do Getúlio Vargas. Me lembro que eu tinha uns seis anos, sou de 1924, e eu estava na casa do meu avô. E perto tinha uma reunião dos que aderiram à posse de Getúlio Vargas e eu desci e fui lá apreciar. Eles tinham um lenço preso no pescoço como uma aliança e intitularam o nome de “Aliança Liberal”. Isso foi lá em Mimoso do Sul. Foi quando meu pai foi pra roça, porque ele queria plantar café como todos queriam.

Eu sempre tive mania de dizer que se você não quer que eu aprenda uma coisa, não faça perto de mim. Por exemplo, serviços manuais, acho que todos eles que existem eu sei fazer: crochê, esteira... Porque naquele tempo, quase todo serviço era manual, não é? Até a roupa de bacana era feita por aquelas tecelãs: elas teciam o linho para fazer a roupa do fazendeiro. Então, seguindo o que eu digo sobre trabalhos manuais, te digo que o primeiro sapatinho da minha primeira filha que nasceu, o sapatinho de lã dela, quem fez fui eu. Ficou como lembrança essa história também. Eu costumo dizer que eu trabalho desde os meus seis anos, porque eu já prendia os cabritinhos embaixo dos balaios para não mamarem o leite da cabra, porque eu tinha que beber o leite da cabra no outro dia, né?

Aí, vem um caso da minha memória, que, pela graça de Deus, eu ganhei muito boa. Primeira coisa: eu aprendi o abecedário numa hora... Eu digo: chama os cientistas todos que tem aí e se tiver um que fez esse heroísmo, eu pago pra ver. Mas isso naquele tempo, porque hoje em dia o ensino primário é muito diferente, não tem mais livro escolar, não é mesmo? E eu acho que vai acabar, porque com essa banda larga que vem por aí, não vai ter nem professor, ele vai aprender com o computador, ele não vai nem conhecer o professor dele. Então, é onde eu digo: eu aprendi e aprendi com meu pai, o

meu professor foi meu pai. Ele comprou três cartilhas da infância, pra mim e para os meus dois outros irmãos e ele disse: “Olha, eu vou espumar o caldo, quando você souber, me chama que eu venho tomar a lição”. Eu disse: “Tá legal”. Aí, ele foi pra lá, daí uns dez minutos, eu fui lá e disse: “Papai, já sei”. “Ah, já sabe? Aguarda lá que eu já vou.” Quando tomou a lição, eu meti o pau: “A, B, C, D, E...”, porque já tinha decorado. E ele ainda disse: “É, decorastes bem... Agora, lê ao contrário”. Eu li ao contrário. Quer dizer, aprendi dentro de 20 minutos o abecedário e depois também veio a tabuada e tinham os números que podem ser: ímpar, inteiro, quebrado, fração ou misto. Tudo que eu aprendi naquele tempo eu ainda canto até hoje: descoberta do Brasil, a primeira missa... Tudo ficou guardado aqui na caixaleta. Fora o que eu aprendi muito mais depois, porque conheci pessoalmente as coisas. Porque antes, eu aprendi pelos livros e, depois, o que eu tenho aprendido eu tenho aprendido porque estou vendo. E digo que tudo que eu tenho foi Deus que me deu e uma dessas coisas foi essa memória extraordinária. Tudo que eu tenho foi Deus que me deu e a memória também é uma dádiva.

Eu casei aqui no 13º Distrito de Campos, meu casamento foi em casa e acho que só de frango assado tinha 300! O meu comércio era Murundu, porque nós éramos colonos do meu sogro. Meu pai era colono do meu sogro. Meu sogro tinha 80 alqueires de terra. Casei com 23 anos. Antes de casar, eu sempre morei com o meu pai. Para o meu sogro, a gente pagava a meia do café que colhesse: dez sacas, dávamos cinco; se colhesse mil sacas, dava-se 500. Tratava de meeiro. Naquela área, tinha no mínimo umas 40 ou 50 pilações de café. Se comprava o café no côco, como se dizia, e vendia pilado, já saía despachado do lugar com tudo pronto, era só encostar no cais do porto e raspar. A diferença de quem vende e de quem compra, isso é uma coisa que eu aprendi e funciona: se você vende, você fica sem a mercadoria, mas fica com dinheiro; quando a mercadoria acabar, o outro que comprou está sem dinheiro, mas ele precisa da mercadoria e aí você dobra o preço e vende. Resumo: o comprador sempre ganha. Lá em Campos, tinha a firma Marcelino & Cia. e ela emprestava mais dinheiro que o Banco do Brasil, ela emprestava dinheiro para todos os produtores de café. Todo produtor de café ali era freguês dela, quer dizer, ela emprestava dinheiro a juros pra você poder colher o café e depois, na hora de vender o café, ela pagava mais barato e você tinha que vender para ela, porque você já devia, né?

Mas a minha profissão de barbeiro eu aprendi aos sete anos de idade. Papai sempre foi cuidadoso, quando nós guardávamos os grãos de planta

na época da plantação, porque se uma coleta de milho valia cinco mil réis, naquele tempo a gente já vendia por dez, porque era plantação de semente. Aí, chegou um senhor lá dizendo: “Seu’ Campista, ‘Seu’ Amentino, estou com a terra preparada para plantar meu milho, só que eu não tenho a planta e eu tô sabendo que o senhor tem. Só que eu não tenho dinheiro pra comprar, mas eu tenho aqui esse par de máquinas”. Não sei como ele conseguiu, se o pai dele era barbeiro, enfim, mas ele disse: “Posso deixar esse par de máquinas garantindo a dívida. Se eu voltar, pago e levo as máquinas; se eu não voltar, o senhor fica com elas pelas plantas que peguei”. Aí, quando o homem virou as costas... Três moleques pra cortar o cabelo... Sentamos lá e papai pegou a máquina. E eu sentado, esperando minha vez. Eu era o mais novo e aprendi a cortar o cabelo naquela hora que eu vi o que acontecia com meu pai! Aí, eu fazia cortar o cabelo daqueles moleques todos por ali e fui treinando e dali passei a ser barbeiro, barbeiro gratuito, porque eu não tinha local de trabalho. E já casado, eu cortava o cabelo dos filhos dos colonos, tudo de graça, e eu fui fazendo o cabelo e a barba deles.

Cheguei no Rio no Carnaval de 1957. Eu tinha duas cunhadas que moravam em Ipanema e todas as duas eram funcionárias do Ministério da Educação. Aí, como nós viemos sem eira nem beira, fomos morar com elas em Ipanema na Praça General Osório. Nós viemos para o Rio, porque é tal coisa... Meu pai pensou que se benzeu e quebramos o nariz, porque foi a maior safra de café e meu pai estava trabalhando de colono do meu sogro. Eu também e trabalhava o dia todo e não tirava um salário mínimo. E tinha gente trabalhando no cafezal do meu pai, tirando até três, quatro salários mínimos. E de fato foi a maior safra de café, parece que foi por despedida. E com a queda do café, eu também caí, cheguei ao ponto de trabalhar um dia com o tio da minha mulher pra ganhar um pão, porque não tinha mais dinheiro. E aí, assisti a muita gente vir para o Rio de Janeiro e disse: “Agora, quem vai sou eu!” E aí, eu falei uma coisa que se falava na roça: “Vou pro Rio nem que seja para despejar o urinol da madame”. E nem me lembrei na hora que a madame já tinha banheiro...

Eu tinha 23 anos. Mas sabe, você pode morar muito bem na casa de um irmão seu, mas você não tem o direito de falar, você tem o direito de ouvir, porque a casa não é sua, não é? Então, a gente tinha que se mudar. Mas não servia qualquer coisa, porque eu morava bem, então, como eu ia levar minha mulher pra morar mal? Então, ela ficou em Ipanema e eu acabei ficando na casa do meu irmão, que morava no Jacarezinho. E aí, todo sábado, depois

que eu acabava de trabalhar... Porque até pra trabalhar eu lia o jornal: “Precisa-se”. E eu já tinha ido a tanto lugar, mas aí, cheguei ali na Santo Eugênio, ali no Pedregulho, e quando entrei, logo o camarada foi com a minha cara e me deu a nota de como era o trabalho. E aí, eu falei: “Não me fala o que tem pra fazer não, o que tiver pra fazer aí eu faço”. E pegou a carteira, olhou e disse: “Você é barbeiro?” “Sou!” E ele: “Então, já está desempregado! Porque se você trabalhar um dia aqui, você nunca mais vai botar a mão no rosto de ninguém pra cortar cabelo”. E aí, ele mostrou como era com uma marreta, quebrando ferro, chamava britador. Ele disse: “Em um dia só, você vai criar calo d’água na mão e nunca mais você vai ser barbeiro”.

Mas depois eu vi uma placa: “Precisa-se de barbeiro na Rua Lino Teixeira, número tal”. Era pertinho ali da fábrica de garrafa no Jacarezinho. Cheguei lá e um pernambucano com cara de mau assim, falou: “Você é barbeiro? Tem ferramenta?” E eu tinha até mais ferramenta do que ele, que era o proprietário. E ele falou: “Então, faz logo uma estreia nesse português aqui”. E perguntou ao cliente: “Quer dar essa oportunidade pra ele aqui, óh, português?” E ele disse: “Só se for agora!” Sentou na minha cadeira e quando eu acabei de fazer a barba do homem, o dono veio de lá de dentro e perguntou: “Que tal?” “Ótimo! Ficou muito boa, passou no teste”. E aí, esse patrão comprou uma loja aqui na Teixeira Ribeiro [principal rua do Parque Maré] e ficou fazendo obras... Então, eu trabalhei em outro lugar, onde o time do Bonsucesso era todo meu freguês, até o treinador era meu freguês. Mas voltei a trabalhar com o outro patrão, aí na Teixeira Ribeiro.

Cheguei e comecei trabalhando. Era o dia 7 de setembro de 1957. E foi um bom passo. E como aqui era uma zona de trabalhadores, tinha nessa rua aqui, na Flávia Farnese, uma fundição e tal. Então, os rapazes que trabalhavam ali, na hora do almoço, iam pra barbearia. Chegavam lá, os patrões estavam almoçando e eram muitos, aí, sentavam pra eu cortar o cabelo. Em poucos dias, peguei a freguesia. Peguei a freguesia daqui todinha. Peguei até o dono da fábrica de macarrão, Paty [antiga fábrica de massas, hoje desativada, localizada na Maré], que era de um italiano. E fiquei lá uns anos.

E eu também tinha muitos fregueses que eram moradores do Parque Maré. Eu, trabalhando na Teixeira, foi um freguês de lá que me arrumou essa casa aqui pra mim. Nessa época, eu morava na Rua Viúva Cláudia, ali é Jacarezinho também. Depois, até botaram um nome meio safado: era o “Buraco do Lacerda”. Mas aqui, a história é assim: aqui tinha um barbeiro, mas ele tomava uma cachaça

meio registrada e ele trabalhava um domingo sim, outro não. Então, ele não su-
pria a grande massa de freguês que tinha aqui, que eram moradores da Maré e
que eram meus fregueses na outra barbearia onde eu trabalhava e que era per-
to do trabalho deles. Era um galpão abandonado lá e o homem resolveu acabar
com o galpão, acabar com tudo. A outra parte era dele também, a fábrica de cre-
olina e acho que ele quis desocupar tudo pra botar um negócio lá. Ficava do lado
do campo do Nacional e o Nacional era o time de pelada melhor do Rio de Janeiro
naquela época. Era um timaço mesmo...

E então, eu comprei esse barraquinho aqui de frente com minha irmã e meu
cunhado. Essa barbearia me deu tanto jeito na minha vida... Depois que eu pe-
guei a trabalhar aí, nunca faltou dinheiro no meu bolso, nunca faltaram amigos.
Caí no lugar certo, pela graça de Deus, que estou aqui há 50 anos e espero ainda
viver muitos anos, porque eu não tenho data pra morrer, né?! Eu não nasci pra
morrer, eu nasci pra viver. Mas isso já é uma parte espiritual!

Aí, ficou morando aqui a minha irmã, com o marido. Eu já trabalhava na
Teixeira, mas só depois que eu vim morar aqui. Mas até aí, não tinha Nova
Holanda, não tinha nada. O Lacerda veio e botou ali um segundo andar –
aprendeu comigo, porque eu fiz um segundo andar na palafita e ele também
fez lá. E aí, eu, com minha mulher, entramos aqui na favela, e a água, a maré
vinha bater quase aqui na nossa rua, aqui, na Flávia Farnese. Eu sei que saía
lá da Nova Holanda, todo bem vestidinho, e quando chegava ali, tinha que
entrar dentro d'água. Aí, um cara, que tinha fretezinho, cobrava uma grana
lá e você entrava no carrinho. Aí, ele levava as pessoas para o lado de cá. Pois
é, ele estava defendendo um dinheiro ali. Dando um jeito.

E tinha muita gente na Associação de Moradores, o [Zé] Careca... E de uma
hora pra outra, chega – não sei se era Exército ou prefeitura – que entrou já com
a rapaziada pra trabalhar. Chegava assim na sua casa: “Olha, você vai mudar pra
tal lugar”. Só falava isso. E a rapaziada metia a mão e uns carregando mudança,
outros carregando as coisas do... Aí, eu tive que andar né?! E ele disse: “Seu
Campista, vamos demolir a Teixeira Ribeiro, já saiu uns três ou quatro moradores e
vai sair mais. E vai sair com tudo, com casa, com mudança, com tudo”. Aí, ficou
ruim. Fui na 10ª Região, tomei a iniciativa e disseram: “Eu não sei de nada, não
posso te ajudar”. Aí, fui no quartel, falei com o coronel, que disse: “Seu
Campista, não vou poder te ajudar em nada, o máximo que eu posso fazer para você é proi-
bir a continuidade até a segunda ordem”. E assim ele fez. Ele escreveu, não sei
bem... Só sei que acabei trabalhando de bandido sem revólver, andando pra cá,

andando pra cá, pra lá e pra cá. Mas aquilo foi suspenso e não veio uma contra-ordem pra continuar, entendeu? Não continuou, então, naturalmente, o Careca, que era muito bobo, deveria ter se apresentado como o presidente da Associação de Moradores, mas daí o negócio ficou... Aqui, na Associação, havia uma luta por essa posição de presidente. Tinha uma porção de presidentes aí, uns lutando força a força pra ver quem ganhava a parada. Não havia eleição, não havia eleição.

De qualquer forma, eu tirei 50 anos mais ou menos com esse trabalho de barbeiro. E ainda voltando lá na Teixeira Ribeiro, eu não sei onde estava o interesse, de quem foi o interesse, porque você sabe que a Teixeira Ribeiro, se tirar todas aquelas casas até aquele riozinho, que corre pra lá da Rubens Vaz, é um extensão enorme, e havia um grande interesse naquela demolição. E se os generais tivessem vindo antes, nem a imprensa saberia... Mas então foi tudo feito na calada da noite. Mas daí, eu, que já tinha meu cantinho aqui, fiquei pra cá. Quer dizer, eu parei, mas não morri. Eu nasci pra viver e estou aqui vivendo, graças a Deus.

“Eu comprei
o chão e fiz meu
barraquinho...”

// **Maria Luiza**
de Souza da Silva

Eu vim com minha família na queima do café em 1930, Getúlio Vargas deu ordem pra queimar o cafezal, porque bateu a fome, né? Bateu a miséria, a crise, então, foram queimados os cafezais todinhos. Aí, o pessoal começou a passar muita fome, foi na época que o meu avô decidiu sair de lá e veio para a usina de Pureza, município de São Fidelis. E minha mãe morreu na usina mesmo.

Daí que meu tio me deu para essa família em Campos, foi onde eu virei uma escrava! Escrava deles. E era prato, colher, caneca minha, tudo era separado, como se eu fosse uma tuberculosa, entendeu? Com oito aninhos... Aí, eu fiquei até os 13 anos. Com os 13 anos, a patroa prometeu que iam me botar na escola e me criar como filha... Via as crianças passando com aquelas bolsinhas pra ir pra escola e eu ficava ansiosa: “Meu Deus, quando é que eu vou?”

Não deu... E aí, eu joguei a escada pra trás, pulei o muro da casa e aí, a vizinha me levou pra um lugar lá em Campos e lá, um casal de italianos, gente muito boa, me tratou muito bem. Ela era costureira, aqueles retalhos, ela fez roupinha pra mim, calcinhas, sutiã, que já tava ficando mocinha nessa altura, né? E aí, eles fizeram um ordenado pra mim. Aí, eu pedi pra ela guardar

pra mim, porque eu tinha vontade de ver minha família, entendeu a minha mentalidade? A minha família que ficou pra trás. Era três mil réis por mês, então, ela foi juntando para mim.

Até que eu decidi: eu fui lá no meu tio e ele tinha um livro de escrivão e lá tinha o nome de todo mundo e eu pedi a ele: “Tio, eu vim aqui saber o ano que eu nasci, a minha idade, quantos anos eu tenho”. E aí, eu fui lá no morro [Morro do Timbau, na Maré] e ele falou: “Vai lá pra casa e me espera lá, que eu vou te dar tudo o que você quer”. Aí, quando ele chegou em casa, ele foi lá e apanhou o livro e falou: “Olha, você nasceu no dia 28 de setembro de 1934, no mês que vem, você vai fazer 14 anos”. Aí, eu vim embora da casa do meu tio de novo.

Quando chegou cá [Campos, interior do estado do Rio de Janeiro], apareceu essa moça, que era vizinha da minha tia, procurando uma pessoa para vir pro Rio de Janeiro. Aí, eu vim para o Rio de Janeiro. Tinham muitas pensões naquela época, pensão, pensão com estudantes de medicina, que vinham de Minas e de São Paulo. Era no Catete, na Rua Santo Amaro, e ali foi o meu primeiro emprego no Rio. Era 1947. Ela gostou do meu serviço, porque eu levantava cedo, botava a mesa de café, aquela mesa enorme, igual a mesa de fazenda, arrumava tudo direitinho. E assim a gente foi vivendo. Trabalhava o dia inteiro, duro, a semana toda, e no domingo, ia ao cinema. Frequentei muito aquele cinema ali no Largo do Machado, o São Luiz. Matiné! Era faroeste!

Engravidiei e depois, voltei pra minha região e alguns anos mais tarde, voltei para o Rio. Vim casada com o maquinista da usina de lá. Eu com quatro crianças. Aí, nós viemos para o Rio de Janeiro. Pra Manguinhos. E vim contando que tinha mesmo uma casa pra mim morar. Quando a gente chegou, ele me jogou na casa do irmão de leite dele. Eu perguntei a ele: “Cadê a casa que você disse que comprou?!” Ele disse: “Não, eu deixei em vista, mas não cheguei a comprar, não”. ‘Dona’ Telma olhou pra cara dele... A casa da mulher era só um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro, aquele banheiro que faz “*butufff*” dentro de valão. A mulher, coitada, cedeu a sala dela pra servir de quarto pra gente e com cinco filhos. Os filhos dela dormiam tudo no corredor, naquele barraco de madeira. E como era a favela de Manguinhos naquele tempo? Era tudo barraco! Só não eram palafitas e não era alagado.

Aí, nós viemos pra cá, pra Ramos. Isso foi em 1960. Aí, viemos pra cá, ficamos três meses. Aí, fomos catar lixo aqui na entrada da Ilha do Governador, ali na entrada da Ilha, onde tem aqueles prédios ali. Ali era uma lixeira. Na Técnico [fábrica]. Aí, nós começamos a catar coisas para comer, catar ma-

deira, sem saber mesmo pra onde ir. Eu pedia a Deus para dar um destino na minha vida, como é que eu ia viver uma vida dessas? Os caras vinham com aquele caixotão grande assim e a gente juntou muita tábuia, tudo limpinha pra fazer barraco, sem saber pra onde ir.

Lá, conversando com a Mariquinha, ela falou assim: “Menina, vai lá, fala com o Mané da Foice, que ele arruma um lugar para você lá na Maré, para fazer um barraquinho pra você ir morar”. Era o Manuel Virgílio. Foi quem fundou isso aqui. Foi o primeiro. Tudo era com ele. Era Manuel Virgílio, mas chamávamos ele de Manuel da Foice. Aí, viemos. Eu parei de catar lixo, falei que não ia mais catar lixo e eu sabia lavar, passar, cozinhar, cozinheira de fogão. E eu não ia mais catar lixo. E tem meu filho também que não ia. Ele ia ficar em casa pra estudar, pra tomar conta das crianças. Até que ele ficou um período sem estudar e eu já tinha arrumado ali, na que é hoje a Napion [Escola Municipal Tenente General Napion], era a Pioneira, uma escola baixinha, pra ele estudar.

Aí, quando eu cheguei aqui na Maré, fui lá falar na escola e disse: “Olha, meu filho está afastado esses dias todos, porque nós estamos passando por uma fase muito difícil e ele não está vindo por isso e por isso”. Ela disse: “Não, a gente guarda a vaga dele, eu tô vendo a sua situação”. Vestidinho rasgado no ombro... Aí, eu arrumei um emprego. O Luís Antônio ficou em casa tomando conta dos três menores. E a moça que eu trabalhava, ela me deu um bocado de roupa dela, que não servia mais, e eu tava nos trinquês, né?! Ah, a patroa começou a me dar roupa, eu comecei a andar bonitinha, bem penteada, me deu o *rouge* pra passar no rosto... Era em Ramos, na Rua André Pinto, e foi nessa ocasião que nós viemos pra aqui, viemos pra aqui.

Foi assim: eu cheguei, sentei lá na escadaria, tinha uma escadaria pra subir lá pra cima aqui na Teixeira Ribeiro. Ali, naquela rua, o Buraco dos Cornos [boteco], não tem aquela sapataria, ali? Pois é, era onde tinha a casa do Manoel Virgílio. Era barraco, barraco mesmo, com dois andares. Aí, sentei, fiquei sentadinha, quietinha, com a mão no queixo, pensando na minha vida e nas crianças. Aí, vinha descendo a Maria José, a mulher dele: “Boa noite!” “Boa noite, senhora.” “O que vocês querem?” Aí, eu contei pra ela minha situação e ela disse: “Ele vai chegar já já, mas vocês não falam nada, não, que eu vou preparar ele, porque eu tô vendo a situação de vocês. Você vai ganhar seu lugarzinho pra você fazer seu barraco lá na Maré”. Aí, ele desceu e disse: “A senhora que quer falar comigo?” Eu digo: “É eu, sim, senhor. Eu vim

pedir ao senhor, por caridade, se o senhor pode me dar um lugarzinho...” Aí, já comecei a chorar... E disse: “Um lugarzinho pra eu fazer um barraquinho pra mim morar, eu vim da roça, tô morando de favor na casa dos outros, estou sendo humilhada e queria que o senhor me desse um lugarzinho na Maré, em qualquer lugar da Maré, um cantinho pra morar, pra enfiar a cabeça debaixo.” Aí, ele falou assim: “Sabe onde é Rua São Jorge?” Eu disse: “Não, senhor”. Aí, meu marido gritou: “Eu sei!” “Então, se o senhor sabe, o senhor tem o material pra fazer?” Aí, eu falei: “Tem, sim, senhor”. “Tem as madeiras, tudo?” “Tem!” “Então, desce a São Jorge direto, lá na cabeceira da palafita, lá a senhora pode fazer seu barraco!”

No dia seguinte, eu fui lá na ‘Dona’ Vilma, ela me deu o dia de folga, me deu dinheiro pra comprar prego e uma outra senhora me mandou pegar madeira na serraria que era dela, lá na Barreiros [rua do bairro de Olaria]. Aí, ele me deu o dinheiro pra pagar o caminhão, o homem me cobrou 12 mil réis pra trazer as madeiras, pra trazer tudo, trazer os cacarecos todos, as panelinhas velhas, trazer tudo! Aí, botou aqui no campo e aí, fomos carregando e botamos na cabeceira e o pessoal tudo olhando, tudo olhando. Aí, a gente entrava no beco e fazia assim: “*tcheco, tcheco, tcheco*”. Porque era tudo aterrado com serragem e pó de carvão. O menino forrou um pano no chão, sentei as crianças e fui ajudar ele a carregar as madeiras pra botar lá na cabeceira da ponte. Aí, o vizinho do lado, ‘Seu’ Valdemar, falou assim: “O senhor vai fazer barraco aqui?” Aí, eu falei assim: “É, o Manoel Virgílio deixou a gente fazer um barraquinho aqui”. Aí, ele falou: “A senhora não me leva a mal, não, de eu pedir à senhora um favor?” Eu falei: “Sim, senhor”. “Só não faz muito encostado no meu, faz um pouquinho afastado, pra ficar uma diferença, mais ou menos assim, de um metro distante um do outro?” Aí, eu falei: “Sim, senhor”. E aí, ‘Seu’ Valdemar ajudou a fazer as sapatas no chão, mas dentro d’água, né?! Pegar as tábuas, assim, no pé da perna de três e fincar na água, fincar na água. E Deus ajudou, porque a maré estava baixa. E eu sei que deu pra cobrir o barraquinho... Aí, eu fui trabalhar e foram os vizinhos que acudiram meus filhos: deram café, deram pão, porque eu tinha que ir. “Pode ir sossegada que a gente cuida dos seus filhos!”

Aí, eu fui com o coração apertado, mais fui trabalhar. Aí, quando chegou de tarde, ‘Dona’ Vilma me deu comida pra trazer já pronta, né?! Porque não tinha fogão, não tinha nada pra fazer nada. E ela me deu uns pratos, me deu uns talheres e aí eu trouxe. Aí, chegou, já tinha um cômodo pronto, a

gente entrou e tinha umas esteiras... A gente tinha esteira, né?! A gente dormia na esteira, no chão. Botou a esteira lá no chão, peguei aquela comida morninha, dei às crianças pra comer e ela me deu um leite, era de litro na época. Aí, pedi à vizinha pra ferver pra mim, pra fazer o mingau da menina. Essa filha morreu com dois anos. E foi essa mesma vizinha que me deu água pra fazer café no outro dia.

Aí, o Lacerda [governador], quando fez um mês que eu estava morando, veio a ordem dele pra não fazer mais nada! Daqui do barraco pra lá... Eles que vieram eram tudo engravatado, de pasta na mão e eu tava saindo pro trabalho. Aí, fiquei esperando ele aproximar. Ele falou assim pra mim: “A altura da água no barraco da senhora vem até onde?” Eu falei: “Fica faltando dois palmos pra entrar água...” Era Doutor Rosa, representando o governo. Aí, ele fincou aquele negócio que mede a água e falou assim: “Daqui pra cá, não pode ninguém fazer mais nada!” Na variação da escola, em frente à escola da Nova Holanda... Mais ou menos onde é a quadra do Gato hoje. Ali era o limite e do meu barraco pra lá não tinha mais nada... Só mangue! Provavelmente já estava num projeto de fazer Nova Holanda.

Aí, começou a entrar o aterro, dia e noite, pela Teixeira Ribeiro... Então, foram metendo aterro dali pra dentro e você só via o mangue deitando e deitando. Foi em 1960, porque no final do ano já tinha barraco pronto pra caramba... Barracos bonitinhos, bem feitinhos, feitos pelo governo. Sabe, dali pra dentro não tinha nada, nada, nada. Era água e manguezal. Um manguezal lindo... Então, eu fiz um barraquinho no Parque Maré e eu depois ganhei um barraco aqui na Nova Holanda. Aqui na São Jorge mesmo, na Rua Um. A minha casa era a casa sete. Antes, era Rua Um, Rua Dois, Rua Três, Rua Quatro e agora que botou nome. Ganhei um barraco bom, água, luz, esgoto, tinha um lugar pra fazer uma varanda na frente, quintal nos fundos... Aí, continuei a trabalhar, fui trabalhar na pedreira [em Bonsucesso], naqueles prédios que tem ali em frente à Light. E eu trabalhei 44 anos nessa casa. Mas aí, começaram a vender uns barracos aqui dentro.

Eles vendiam os barracos do Lacerda, que o Lacerda estava fazendo para o povo, entendeu?! Aí, passei por muita coisa e depois que saí lá do barraquinho na Nova Holanda, na Rua Um, eu fiquei morando de favor até conseguir comprar meu terreno. Comprei o chão e fiz meu barraquinho no número 97. O vizinho do lado tinha um monte de tábuas de ‘30 e eu comprei tudo... Eu comprei o chão e fiz meu barraquinho.

// Maria José Barreto

“

Só voto

em um candidato
que der força pra
gente.”

A minha vida no Nordeste era boa, eu tinha meus pais, né?! E quando eu fiz 13 anos, eu arrumei um namoro e por motivos de família, ele me pediu em casamento e meu casamento foi feito em 45 dias, porque ele tinha que voltar para o Rio. Quando cheguei aqui, eu já estava morando na Rua Gregório de Matos, em Vigário Geral. Mas sempre fui desse jeito! Nunca passei de 46, 47 quilos. E minha mãe era magrinha assim também, bem branca, cabelo alourado...

Lá em Pernambuco, de onde eu vim, era usina de cana, pra fazer açúcar. Meu pai vendia farinha, feijão. Nas feiras, meu pai vendia carne, da própria criação de casa. São Vicente Ferrer, Pernambuco, éramos dali. Eu fiz datilografia perto e era o que hoje é o primeiro ano. Eu fui obrigada a casar por causa de família... Aqui, não tem mais isso. Eu tô falando que no Nordeste, quando uma menina se perde com um homem, tem que casar ou morre o miserável, vai tomar facada.

Passamos oito dias de viagem. Na época, de ônibus, passavam oito dias pra vir pro Rio de Janeiro. A estrada era horrível, de pedra e barreiras. Hoje não, hoje tá muito lindo! Hoje são três dias de viagem. Fui morar em Vigário Geral e passei para Bonsucesso, onde era a Rua Vinte e Quatro de Fevereiro. Naquela área, tinha

uma fábrica de vassouras e tinha até viveiro de passarinho. Cercavam as árvores todinhas e aí, tinha passarinho, tinha galinha por baixo, tinha tudo, era muito bonitinho ali. Era a Vinte e Quatro de Fevereiro ali, do outro lado da Avenida Brasil. Do lado de lá. Mas depois, tanta mudança... E eu vim pra Maré.

Como era a Maré quando eu cheguei? Ah, era muito triste isso aqui. Porque eu morei em Pernambuco e aqui no Rio de Janeiro, isso aqui foi de matar... Porque, primeiro, o barraco era de madeira, trepado. A gente andava em cima daquelas tábuas de '30, duas tábuas grandonas: era de '30 e era de '40, que eu não sei como era aquilo. E não tinha água encanada... Eu tinha um barril grande, como eu tenho aí em cima, que é pra gente hoje botar cerveja, refrigerante, mas na época eu tinha um daqueles, mas eram tonéis de aço, sei lá do que era feito! Me lembro do meu cabelo grande no tonel... Meu cabelo era grandão, era grande mesmo, e eu amarrava em três, dobrava ele e amarrava assim e não cortava, parecia um rabo de cavalo. Mas tinha sido promessa que eu fiz, quando eu me libertasse daquela vida pra outro lugar e eu não queria saber onde. Aliás, a gente nunca deve falar assim, porque cai tudo na cabeça da gente, mas eu falava: "Ave Maria, será que eu moraria nesse lugar?"

As casas deles eram trepadas naqueles paus... E eu vim morar numa casa aqui. Isso é castigo da língua, uma casa que a varanda era baixa, o barraco era o mais baixo de todos e a água invadia ele. Quando amanhecia o dia, os bichinhos todos molhados... Lúcia, Luiz, a falecida Neri, Zito pequeninho, chegava a cadeira boiava com ele. E eu digo: "Pronto, pega ele pra não morrer dentro da água". Era assim aqui. E eu vim pra cá com 18 pra 19 anos de idade. E ele comprou o barraco pra mim por seis cruzeiros. Eram nove cruzeiros, mas aí, eu disse pro moço: "tô praticamente na rua, tenho que comprar". E ele disse que só tinha dois cômodos. "Como é que o senhor quer vender por nove cruzeiros? Eu preciso desse lugar!" Ele disse: "A senhora vai, que vou arrumar outro lugar". Eu disse: "Eu vou pra onde, criatura? Eu já tô com meu menino menor no braço, onde eu vim eu tenho que ficar". Ele disse: "Tenho umas camas velhas, umas coisas aí pra tirar". Eu disse: "Tu tem necessidade dessas coisas?" Ele disse: "Não, não morreu ninguém na cama, não. Se a senhora quiser ficar, aí pronto".

Quando meus troços vieram de lá, ele pensava que eu não tinha nada, mas tava a casa pronta. Talheres... Só fogão que eu precisei. Abajur eu tinha, mas não tinha luz, porque eram aqueles postinhos agarrados, pra maré não levar o poste. E eram forquilhas e o poste ficava no meio, aquela lâmpada fraquinha de 20, só

alumiava a ponte pra gente passar. Mas também não tinha bandido, se tinha era reservado, a polícia não andava aqui pra nada, só tinha o guarda noturno. Guarda noturno andava em cima das pontes olhando pra ninguém roubar os barracos dos outros. Os guardas se reuniam nessa padaria que era feita, não tinha segredo, era padaria feita de madeira igual hoje é feita, igual à minha casa.

Ali, vinha o Agenor do leite e parava na Teixeira Ribeiro, que foi o primeiro lugar que foi aterrado. E se alguém disser que não foi, é mentira, era água igual aqui, só que foi aterrado, muita terra, muita terra, que veio de fora, caminhões e mais caminhões. Só que lá, eles pagaram e a minha casa quem pagou foi o falecido Agenor, que Deus o tenha, ele lá muito tempo sem nós, mas ele fez essa benção pra mim. Porque quando acabou de entregar o caminhão com meus troços, ele disse: “É teu?” E eu tive que ajeitar as minhas coisas, porque eu tinha as coisas, tinha que ajeitar onde eu ia botar ou passar pra outras pessoas, porque tinha muita gente pobre aqui. Eu vim pra esse meio de gente humilde mesmo! Eu antes só vivia lá no meio de capeta comendo capeta, quem tinha mais é quem manda lá! Mas do lado de cá da Maré não, na Maré era um ajudando o outro.

Muitas vezes, o falecido Agenor mandou três, quatro sacos de leite amarrados, porque tudo que eu trouxe da outra casa já tava acabando, veio armário cheio de compras. Ninguém botasse a mão nos meus filhos... Teve época que eu não podia comprar uma fechadura pra botar na porta, que a porta da gente era de madeira cortada ao meio e as criancinhas botavam a cadeira pra ficar olhando pra rua, olhando a maré. Mas eu sempre tive uma varandinha defendendo onde meus filhos estavam, eu era um cachorro brabo, porque aqui era a lei do mais forte, se deixasse, nêgo levava bujão, levava as coisas.

Sabe, eu gostava de um forró e a Associação organizava. Quem organizava esse forró lá na Associação era o falecido Creodom e o pai de Cacau, que era da luz, era da cabine de luz aqui da Teixeira Ribeiro. O primeiro presidente da Associação que eu conheci foi o falecido Severino, o pai da Ieda, o pai do Luizinho. Quando a Maré já tava toda plantada, tudo aterrado, já tinha a Light, já tinha de tudo, eu dizia: “Só voto em um candidato que der força pra gente”. E eu tinha medo de votar em um e depois ele vir e tomar o que era da gente, tomar nossa área, o que a gente já tinha invadido.

A maré, quando tava alta, invadia tudo. O primeiro partido que eu fui filiada foi o PDT. Leonel Brizola, que Deus o tenha, fez a ação social. Era um governo que era liberado para nós entrar. Podíamos entrar no Palácio e você

ficar, conversar com o secretariado e fazer tudo. A gente ia na Região Administrativa lá na Penha. Foi a 1º R.A.. Colocaram a Leão XIII, eu fiz parte disso. Colocaram a Comlurb na Penha, porque não podia vir pra cá, porque a Maré na época não tinha casas o suficiente para colocar. Aí, a Comlurb e a Cedae vieram pra cá. Não tinha nada. A gente conseguiu, mas não só era eu, não, viu!?

Eu nunca fui presidente da Associação, mas eu já fiz parte da chapa de todos os presidentes que teve a Maré. Aqui também tinha a LBA, que era do governo e fazia registro de nascimento das crianças, dava leite, dava farinha láctea. Muita gente daquele cantinho teve ajuda da LBA. Tudo novinho. Vinha depois aquele negócio lá em cima, no Timbau, o CETOT. Eu fiz curso no CETOT, eu sou cozinheira do CETOT. Eu tenho curso. E eu fui agente de saúde da Maré. Tudo eu fui. Tinha curso no Hospital Geral de Bonsucesso e eu era voluntária de lá pra eu fazer o curso lá dentro com o Doutor Ribeiro. Doutor Ribeiro foi o nosso agente de saúde aqui da comunidade e do Parque União e de todo o canto. Vila do João, Conjunto Esperança. O Doutor Ribeiro foi o patrono, foi o primeiro a dar curso de agente de saúde dentro das comunidades.

E quem falou em título de propriedade aqui? Não, senhor! Nunca teve título. O Zé Gomes, na época, ele falou: “Dona’ Maria, o que a senhora acha que a gente fala sobre o IPTU pra nós termos direito a alguma coisa?” Porque tinha muita gente da Teixeira Ribeiro que não era dono de nada e nem hoje é. Pra você ver: eu tenho de seis a oito viagens para Brasília. De seis a oito. Eu não estou bem lembrada, mas quando eu comecei a ir, isso aqui não era nem aterrado ainda. E a segunda e a terceira viagem que eu fui já foi no mandato do presidente Collor. Mas o Brizola... O Brizola foi expulso do país... Ah!, quando ele voltou, voltou com a bola toda.

Demorou um pouquinho, mas eu era amarrada nele, rapaz! Aliás, os favelados todos! E os que nasceram depois eram amarrados nele. Também houve aqui na Maré a Associação de Mulheres. Eu era a presidente aqui da Associação, mas tinha a Associação de Mulheres no Pinheiro, de mães e mulheres, e a Marilene, presidente. Era a Marilene do Pinheiro. A minha Associação me dava força para ajudar as mães, mães que eram abandonadas. Era assistência o que eu fazia, eu e a Marilene do Pinheiro. A Associação fazia o ofício para mim e eu conseguia trazer lençóis, doações, leite em pó da LBA. E eu trazia ação social. E aí, trazia legumes às quintas-feiras, que era para as sopas. Tinha as ações das Palomitas, os passeios com as crianças... Era tanta coisa que eu conseguia!

// Severino Edmundo de Aquino

“

Eu não dizia:
‘Eu moro em
Bonsucesso’. Eu
dizia: ‘Eu moro na
Maré, Maré. Eu
moro na Maré!’...”

Olha só, eu nasci em um lugar que, procurando no Google, não tem no mapa. Parece que ele não foi catalogado no mapa. Tem várias cidades próximas, mas onde eu nasci não existe. Eu nasci num lugar chamado Gravatá de Ibiábas, que fica entre as cidades de Sertãozinho, Guarabira e Araçagi, fica naquele caminho ali. Paraíba. Mas com certeza existe, porque eu fui lá em 1992, foi quando eu voltei, depois que vim pra cá. Fui lá visitar e, por incrível que pareça, a casa ainda é igual como eu me lembrava da minha infância.

A saída desse local não sei se é parecida com muitas histórias, mas diferente um pouco em um bocado de coisas, porque meu pai era oriundo daquele local, minha mãe era de Pernambuco e minha mãe veio de uma família de 44 irmãos. É sério! Isso me deixou muito curioso para ir na história procurar saber, mas não consegui nada. Morreu quase todo mundo. São as informações que eram da minha tia. Ali, onde a gente nasceu, parece que eu saí com três anos de idade para um outro lugar chamado Sertãozinho e lá tinham umas coisas que minha mãe me contava e algumas coisas que eu lembro, como se ali houvesse uma fotografia. Mas minha mãe dizia que, da família dela toda,

os filhos dela não iam trabalhar na roça. Tinha um ditado, um provérbio, que o pessoal usa na Paraíba: “Arrastar a cobra com os pés”. Significa trabalhar na lavoura, fazer aquelas coisas que a família costumava fazer.

Eu me lembro, mas eu me lembro exatamente dela, da mão de obra dela, ela fazia panelas de barro, aquela panela que você assava depois e meu pai saía para uma cidade vizinha para vender. E às vezes, quando voltava com dois, três dias, voltava duro, porque ele jogava. Meu pai era jogador, jogador mesmo, jogador de baralho e gastava tudo. Então, o sofrimento que elas, minha mãe e minha tia tinham... Achavam que aquilo era um absurdo e ela não queria aquilo, queria que os filhos estudassem. Ela tinha uma visão de vida totalmente diferente do que o pessoal tinha naquele local. Depois, partimos para Guarabira.

Quando eu cheguei lá, já fui estudar no Grupo Escolar Antenor Navarro. Bonito, né? E quando fui estudar, era o maior orgulho: aquelas escadas enormes, era um colégio enorme. E começou a saga de morar na cidade. Eu tinha de seis para sete anos e ela, a minha mãe, já tinha a barraca dela na feira, fazia comida, e eu, naquela idade, já ajudava ela. E meu pai continuava jogando. Ele ajudava, mas jogava. Mas com a gente foi assim: não foi aquela luta, desde a roça, nunca houve aquela necessidade... Nunca lembro de ter passado fome em nenhum momento lá.

Nesse mesmo período, eu fui trabalhar no cinema. E trabalhar no cinema era vender balas e ali eu aprendi a fazer operação de filme: ia lá pra cima, para aquela cabine para aprender a operar filme, a colar filme, isso moleque, pequeno, de sete para oito anos. E lá arrumava meu dinheiro, trabalhando. Eu sempre gostei de trabalhar para ganhar meu dinheiro e me davam bronca de pedir dinheiro pra minha mãe. A minha irmã mais velha, nesse período, por influência de políticos e tal, ela era menor, mas ela já dava aulas no Grupo, trabalhava na prefeitura. Meu pai já era funcionário público, trabalhava na prefeitura, colocando paralelepípedo na rua, e nós tínhamos uma vida mais ou menos. E tinha a casa própria.

Logo em seguida, ela vendeu essa casa e comprou outra casa, que já tinha luz, tinha geladeira e tinha televisão, se você quer saber. Isso era 1963, por aí, eu devia ter oito anos, e todo mundo ia lá para casa ver televisão. Só a gente na rua tinha uma televisão, pegava tudo, era bonito, mas a chiadeira... Mais ou menos em 1966 – a Copa do Mundo foi em 1966, né? –, eu mudei de colégio, fui estudar em um colégio particular e até hoje existe esse Colégio Santo Antônio. Eu fui com meu irmão e com bolsa da prefeitura! E eu fiz Ad-

ministração no ginásio. Nesse período, acabou a Copa do Mundo, que eu me lembro muito bem e tinham as folias, tinham as músicas.

E meu pai cismou de vir pro Rio. Se meteu com um primo meu, que era sobrinho da família da minha mãe, e eles armaram um esquema lá e vieram pro Rio. E meu pai veio para o Rio sem a família. E minha mãe mandava carta e ele dizia que estava tudo bem, que estava juntando dinheiro para buscar. E a gente lá, ralhando. E minha mãe ficava dizendo: “Eu vou embora, vou embora... O que que eu faço, o que que eu faço?” Aí, veio embora. Pegou os meninos todinhos, pegou os seis “buchudinhos”, largou tudo e veio. Arrumou passagem na Expresso São Geraldo e até hoje eu lembro daquela viagem. E não tem pau de arara, não... Viemos de ônibus! Já éramos seis e foi em janeiro de 1967.

Chegando aqui no Rio, aquela coisa maravilhosa, mas meu pai não sabia que a gente tinha chegado. Minha mãe pega a gente, coloca a gente em um táxi e foi encontrar meu pai. Aí, encontraram meu pai na Rua São Francisco Xavier, num canteiro de obras, e ele quase morreu do coração quando viu minha mãe lá: “Você tá doida, mulher? Que que é isso? Que negócio é esse?” E ainda me lembro que ela falou assim: “Quem tem seis filhos, quem pariu, bateu, que crie. Então você vai levar, que eu vim trazer seus filhos pra cá...” Aí, começou a discussão ali mesmo e aí, foram acalmando, acalmando e fomos para a casa de um primo bem depois de São Gonçalo, depois de Alcântara, no tal de Barracão.

Houve umas comédias no caminho, briga, briga até chegar na Praça XV e atravessar na barca, porque não tinha a Ponte Rio-Niterói ainda. E eu, como sou o mais velho, só naquela preocupação de tentar organizar as coisas. E quando eu lembro o que foi, dá vontade de chorar... A gente atravessando as barcas e minha mãe brigando com meu pai, mas brigando alto: “Tá pensando que eu vou entrar nesse barco? Aqui eu não entro, não. Eu andei tantas léguas, tantos dias, para viajar de barco, para atravessar mar? Isso não, eu não entro em barco, não!” Minha mãe sempre brigou pelas coisas dela, aquele negócio da cria e tal, e nos filhos dela ninguém botava a mão. E entre eles, a briga era muito feroz, mas meu pai era um cara calado. Sabe, era muito errado nas coisas que ele fazia, mas era uma paizão e nunca vi bater em mim. Mas a mãe batia em todo mundo, ela mandava buscar um pau pra bater...

Aí, cheguei lá no lugar, fiquei feliz da vida, casarão, casa cercada, uma chácara assim do cacete, piscina, só que o cara era o caseiro, bicho! Esse sobrinho do meu pai era o caseiro dessa casa! Aí, pronto, minha mãe entrou em desespero: “Eu não vou ficar aqui, eu não vou ficar aqui, isso é lugar de

diabo, se fosse pra ficar na roça eu ficava por lá”. Mas aí, veio uma sobrinha dela, dessa família de 44 irmãos, que morava na Ilha do Governador, lá no Morro do Boogie Woogie... E aí, foi bom e mudou todo mundo pra cá e fomos morar no Morro do Boogie Woogie.

A minha tia – nós chamávamos ela de tia, mas era sobrinha da minha mãe – era dona de açougue, tinha umas quatro casas lá no morro. O nome do morro é Nossa Senhora das Graças, mas Boogie Woogie é o nome popular. Os meus primos, primos de terceiro grau, estavam estruturados e trabalhavam na Cidade Universitária, outros trabalhavam em feira. E eu já fui de cara trabalhar. Aí, as instalações da casa: não tinha espaço, era um quarto de três por três, sério mesmo, um quarto de três por três, mas pelo menos estava desocupado e era só nosso. Eu tinha, parece que na época, dez anos, 11 anos e minha mãe começou de novo: “Não é pra isso que eu vim pra cá, não vou morar aqui, não quero morar na casa dos outros”. Aí, veio outro sobrinho da minha mãe, aquele que apoiou a vinda do meu pai para cá e falou: “Tia, olha só! A situação é essa: eu moro num lugar que é assim, assado, não sei como é que a senhora vai ver o lugar, mas é um lugar feio, mas eu moro lá”.

Aí, foi uma façanha enorme, acho que foi praticamente no finalzinho de 1967, no mesmo ano que nós tínhamos chegado aqui no Rio. E o Solón, esse sobrinho da minha mãe, ele fez vários barracos aqui, ele construiu muito, porque ele era carpinteiro. Aí, ele virou mestre de obra, chegou pra minha mãe e disse: “Se a senhora quiser, é o que eu posso fazer para senhora com urgência”. Aí, ela chegou pro meu primo e falou assim – e eu escutei ela falar: “Mas é no mar?” E ele falou: “É no mangue, tia! Em cima do mangue”. Pô! Eu vi praia quando ia em excursão de escola, quando devia ter sete, oito anos, mas era praia, João Pessoa. Aí, a minha mãe: “Pode ser debaixo da ponte que eu vou! Meus filhos é que não podem ficar desse jeito, largados por aí. Eu vou”.

Aí, nesse período, eu estava vendo as construções da Portuguesa, estavam fazendo as primeiras casas da Portuguesa ali, e era o BNH que fazia, aquilo tudo era mato, tudo era mato, não tinha nada, só tinha a praia da... Aí, a minha tia, a da Ilha do Governador, falou: “Olha, Ana! Dá para conseguir aquelas casas ali, eu tenho como comprar lá e vocês ficam pagando, 50 anos pra pagar”. Aí, meu pai: “Você tá maluca? Eu vou ficar 50 anos pagando uma casa, não posso pagar e eu não quero”. Aí, minha mãe chamou o Solón e falou: “Oh! Pode preparar o barraco que eu venho”. “A senhora vem, que eu saio de lá e vou fazer outro barraquinho e a senhora fica no meu que

está pronto.” Aí, viemos para a Maré, meu irmão! Fui parar na Maré quase ali onde é a REDES hoje, na Lona Cultural, no lado de cá da Rua Principal.

O nosso barraco seria, hoje, não me lembro bem, não, mas talvez o terceiro ou quarto barraco da rua... E já tinham os barracos pra dentro do mangue e o nosso era mais ou menos naquela direção, mangue, mangue, mangue... Tanto é que a gente vinha e o barco parava embaixo da Rua Guanabara, sério! Ali era o barraco do “Zé do Supa”. Ali era um troço maneiro: para fazer barracos ali, ele pegava quatro caras – sabe o papo da laje? Era o papo do barraco. Juntava cinco, seis, arrumavam madeiras e em um dia, o cara fazia um barraco: botava telha, se virava, subia zinco, o que tivesse, e fazia um buraco e era o banheiro! O banheiro era um buraco! Aí, montava um barraco direitinho: tinha a separação, duas paredes que se separavam, então, teria três cômodos, mas era pouco, como se tivesse, sei lá, sete ou oito metros.

E no finalzinho do ano de 1967, minha mãe conseguiu um barraquinho melhor na Rua Tatajuba. Passando pela Rua Guanabara pra lá, onde tinha um valão em cima, parece que era o quarto barraco, mas esse era uma beleza, com varanda bonita! Era um barraco grande pra caramba! E ela comprou o barraco, isso tinha pouco tempo que a gente estava aqui... Foi quando chegamos nesse barraco que eu conheci o Diniz, Antônio, o Supa, e foi com quem eu comecei a trabalhar. Eles pescavam mariscos e me chamavam para ir lá pegar mariscos e siris para vender para os restaurantes. Aí, eu ia e pegava os siris... Não tem ali na entrada da UFRJ, por onde é hoje o viaduto novo? Ali tinha um barco velho, afundado, acho que era uma carcaça, e ali dava muito siri, dava muito peixe e o pessoal pescava muito ali. Era a Praia do Coqueirinho e tal. Mais ali na frente, na altura do Corpo de Bombeiros, ali tinha uma ilha que parece que ela juntou, não é? Era uma das ilhas da Cidade Universitária que ainda restavam. E o barco saía dali debaixo do barraco e passava por debaixo da ponte do barraco, passava o aterro que era o aterro da Rua Principal, pegava o Faria Timbó e ia pra lá pescar... E ali a gente enchia três, quatro latas de siri e mariscos. Chegava ali cinco horas da manhã e quando eram dez horas, a gente voltava com duas latas de siri cheias. Aí, a maré começava a puxar, né? Começava a encher e a gente chegava meio-dia, porque tinha que vender aquilo, porque era o “ganha-pão” deles.

E eu ganhava um dinheirinho com eles, ganhava siri, e tinha pescadores ali que davam carapicu, peixes e trazia aquele peixe pra casa. Mas precisava arranjar um dinheiro e meu primo da Ilha já era estagiário da CBPO, Ode-

brecht, no caso, na construção do Aeroporto Internacional. Aí, ele fez um favor enorme para mim e me chamou para trabalhar lá. Isso já em 1968. E fui trabalhar lá na construção do Aeroporto Internacional, naquele canteiro de obras! Muito triste, um lamaçal. Aí, fui trabalhar no almoxarifado! Trabalhei, acho que nem um mês, e larguei. Tinha tanta coisa para ganhar dinheiro...

Ainda não tinha água, aí, você tinha que ir lá na bica buscar água, na bica onde a gente fala era na Real [empresa de ônibus]. Aí, se eu ia buscar água pra mim, enchia meu latãozinho, ia lá e enchia o do vizinho também. E também fui engraxar sapatos ali em Bonsucesso. Teve aqui na Nova Holanda o lance do projeto da Polícia Mirim, que fazia as mesmas coisas que os escoteiros faziam. Mas a gente se vestia como Polícia Militar e a sede nossa era aqui [no prédio atual da REDES] e que depois foi o prédio do antigo posto policial. E eu fiquei um ou dois anos na Polícia Mirim. Os caras ensinavam regras de trânsito, era uma parte de cidadania... Pra se ter uma ideia, a gente treinava e muitas vezes a gente ia para o quartel da Polícia Militar lá da Evaristo da Veiga.

E aí, nessa de arrecadar fundos para a Polícia Mirim, a gente levava cartas para empresas, elas faziam muitas doações de livros e esses livros a gente vendia na cidade. E também tinha uma outra coisa que surgiu em Copacabana, que foi a TV Rio. Tinha *shows* na TV Rio e a gente ia pra lá como missão e ficava lá todo fardado. Tinha o programa do Zé Messias e a gente ia pra lá pra ajudar o pessoal do programa. E teve um dia que foi a entrega do carro do Agnaldo Timóteo e teve uma briga danada e nós ficamos lá pra ver o Agnaldo Timóteo. Era legal pra caramba, era lá no Posto Seis mesmo, lá no Canal 13, e isso era trabalho nosso, da Polícia Mirim. Aqui, na Maré, a função da Polícia Mirim no dia inauguração dessa feira da Teixeira... Porque essa feira teve um dia oficial para a inauguração, quando virou feira oficial e o pessoal começou a ter licença. Não sei se foi em 1968 ou em 1969, mas eu ainda era Polícia Mirim e íamos para feira para dar a segurança na feira. Eu queria ganhar um dinheiro e pra mim era um trabalho. A Polícia Mirim, eu acho que ela deu para essa garotada da época, apesar de não ter isso como foco, muito moleque aí dentro, muito moleque novo, eu acredito que não era ladrão por causa da Polícia Mirim. Era um tratamento de escoteiro mesmo, tudo que você tinha de disciplina, era de disciplina militar. Esse camarada, o chefe Lopes, para mim, ele foi um grande professor na época. Eu até voltei a estudar e fui fazer o ginásio!

De diversão, nessa época, tinha a galera dos “Carrapatos”. Carrapatos era uma banda e era o pessoal que fazia a parte jovem da Igreja dos Navegantes

[igreja católica Nossa Senhora dos Navegantes]. Tinha uma camarada, que cantava em inglês, que cantava The Beatles, mas aquele som de amplificador... Porque dentro da favela, a gente não tinha muita diversão, não tinha nada! Tinha o “risca-faca”, que era um baile brabo aqui na Rua Principal, num barraco velho, onde o bicho pegava, e a gente nem chegava... Bom, eu chegava perto, porque eu já conhecia uma porrada de gente, porque eu tinha sido Polícia Mirim, mas quase nem entrava. Eu era moleque com um cabelão desse tamanho, mas as mulheres não queriam nem saber! Tinha que sair do Parque da Maré pra vir por dentro da Nova Holanda e passar pra lá e já havia uma guerrinha do povo da Nova Holanda com o pessoal do Parque Maré. Sabe, a Nova Holanda era muito a parte negra da Maré, porque dos que vieram pra cá, 90% eram de negros. Eles trouxeram pra cá o pessoal do Esqueleto [favela do Esqueleto], lá da Mangueira... O pessoal do Parque União era metidinho a ser a “Zona Sul da Maré”. O Parque Maré, a Baixa do Sapateiro, a maioria toda era de nordestinos e o Parque União também, só que são mais antigos. Então, a gente ia fazer nossos bailes lá dentro da comunidade, dentro das casas das pessoas. Eu comprei uma vitrola portátil, é sério mesmo, e fazia uma festa com aquilo ali, rapaz! Aí, marcava com a galera e fazia nosso bailezinho. Foi um período muito legal, que eu curti muito aqui, a gente curtiu muito aqui. A gente se organizou na favela naquela Copa de 1970. O pessoal não se organizava como hoje, que gastam e pintam muito e na verdade não sabem se organizar para torcer. Era diferente naquela época.

Mas vou contar a história do casamento da minha irmã. A minha irmã casou e isso já foi em 1969, 1970. Sabe que a varanda da palafita caiu no meio da festa? A gente montou o casamento legal, preparamos tudo bonito, casamento normal. Eu conheci o padre Amaro, que foi o primeiro padre que eu conheci ali na Igreja Navegantes! O padre Amaro era um moreno, bonito... E era o dono do colégio, né? O colégio era a instituição que prestava serviços para a igreja. Aí, padre Amaro era beleza, tinha um opala, acho que era, sei lá... O padre Amaro era uma figura. E o padre Amaro era o padre desses caras, dos Carrapatos. E o padre Amaro fez o casamento da minha irmã. Aí, fez o casamento direitinho, flores, velas, e eu lembro que o barraco era um barraco maior, com uma varanda beleza, bonitinho, pintadinho, a madeirinha pintada, mas tinha buracos!

E todo mundo lá curtindo, cabelo impecável... Cabelo sabe como é que é, não é? Mas aí, a madeira começou a ceder, a descer, descer, descer... O engra-

çado é que eu estava na ponte, porque eu estava num papo com uma menina lá na ponte do lado de fora... Porque era o barraco, depois a ponte principal e aí a ponte pro barraco. E eu tô vendo o pessoal, aquele negócio descendo e ninguém estava vendo descer! Sabe aquela coisa de tu olhar assim e saber que tem alguma coisa errada? E tinha uma varandinha mesmo e o pessoal escorado lá e aí começaram: “Ei, ei, ei, tá descendo...!” Aí, parece que foi todo mundo pro mesmo lado e aí desceu todo mundo. Aí, foi muito maneiro, maneiro mesmo... Eu não caí, mas depois eu caí também, me puxaram, madeira puxa madeira e puxa, puxa, puxa e eu acabei caindo também. A maior zona! Aí, nêgo depois pulou de sacanagem, mas caiu todo mundo e eu acho que na varanda devia ter mais ou menos umas 20 pessoas, fora o pessoal que estava no barraco do outro. Porque era na comunidade, né? Um na porta do outro e tal e todo mundo arrumadinho, cara... E com certeza a vitrolinha devia estar tocando o Jerry Adriane ou o Wanderlei Cardoso. Tinham uns que gostavam de Wanderlei Cardoso, outros gostavam de Jerry Adriane, outros gostavam de Ronie Von. E com certeza devia ter Agnaldo Timóteo, porque minha mãe adorava e eram os discos que tinham lá em casa.

Outra diversão era a Casa Bambu, que era tipo um bar e era tudo feito de bambu. Aí, você encontrava lá, por exemplo, o cara que gostava de zoeira, da noite, tu encontrava bicheiro, tu encontrava caras que viviam jogando ronda por aqui, tu encontrava ladrão, tu encontrava prostituta, mas gente de família também vivia lá dentro do Bambu. Era um bar que tinha tudo, até servia comida, servia churrasco, batata frita, muita bebida. Era uma casa que tinha lá em Ramos e, para mim, ela tinha que estar lá até hoje sendo cultivada como uma das coisas de cultura da Maré. Então, esses *points* eram o que a gente tinha por aqui – e uns puteiros também. E tinha o forró do “risca-faca”, que era *point* e onde todo mundo se juntava. Quer dizer, isso tudo tinha na Maré e quem gostava participava.

Sobre jogos aqui na favela, o jogo era muito proibido e eu fui preso jogando sinuca, jogando moeda no meio da rua. Moeda era uma brincadeirinha que a gente fazia e eu fui preso por causa disso, fui preso mesmo e vim até o posto preso. Havia dois tipos de jogo aqui naquela época: na Nova Holanda, tinha muito “ronda”, que era um jogo de carioca e o pessoal nordestino não era muito chegado. Já o pessoal do Nordeste gostava muito de “relancinho” e meu pai jogava isso. Aí, quem tinha, só pra ver se eu lembro, era o Zé Gordo, que tinha duas casas que eram casas de jogo, mas ele morava no barra-

co, mas lá tinha o espaço pra jogar. O Zé Gordo, ele morreu, parece. Ele foi transferido para o Pinheiro [o pessoal que morava nas palafitas foi removido para o Conjunto Pinheiros, dentro da própria Maré], ele montou uma loja de materiais de construção lá, mas na Nova Holanda ele vivia de jogo. Zé Branco, Dadá, o da Rua Teixeira Ribeiro, jogavam muito com meu pai, um tal de Zeti, esse Solón, que era meu primo e vinha aqui pra jogar.

Mas o lance do jogar deles era assim: jogavam os jogos deles, perdiam dinheiro e a briga comia em casa e tal. Mas a polícia, quando chegava, sabia todos os pontos, e eles vinham, prendiam e levavam o dinheiro dos caras. E os policiais daqui começaram a fazer a mesma coisa: vinham aqui e pegavam. Então, tinha uma coisa interessante: a gente usava embaixo das palafitas pontes pra passar os barcos e amarrar os barcos. E onde tinham essas casas com jogo, vários barracos tinham uma terceira perna. E os caras faziam tipo um suporte para que, quando a polícia chegasse, eles corresse pra baixo e ficavam debaixo dos barracos e ali, dependendo do lugar, eles saíam de um barraco pra outro até a polícia ir embora. “Polícia pintou!”, e eles corriam, se jogavam por baixo e sempre só pegavam o Zé Gordo ou um ou dois, naquele meio da bagunça, que era para dar o dinheiro para eles.

E nisso daí, eu fui buscar meu pai lá na “Invernada” duas vezes. Na Invernada, aqui em Olaria. Porque era assim: a polícia militar pegava e levava para ali e, dependendo da situação, resolvia ali mesmo. E meu pai sempre foi nojento: “Tô jogando, eu não tô jogando? Então, quer levar meu dinheiro? Já que eu tô com o flagrante, então me leva preso!” Meu pai fazia isso, só que o bicho era desse tamanho assim [baixinho], mas o bicho tinha o braço maior do que a minha perna e encarava, ficava cara a cara e nunca sofreu uma decepção. Eu falava sempre: “Pai, o cara vai lhe dar um tapa!” Sabe, a Invernada era pior do que o Bope. A Invernada, quando ela chegava, não queria saber, não. Dependendo da situação, fosse assunto de jogo, essas coisas, saíam jogando na parede...

Mas, enfim, eu era muita zoeira, a gente zoava muito aqui, até quando eu fiz 22 anos e casei, achando que já tinha vivido... E comecei a trabalhar na cidade. E foi quando eu fui dar uma mudada na vida. Aí, nisso a gente já tinha água em casa, já tinha luz. E isso eu posso garantir que foi no finalzinho de 1969, porque a Copa foi em 1970 e a gente assistiu na TV e também assistimos à novela “Irmãos Coragem”. Eu comprei uma televisão desse tamanho, preto e branco, e foi eu, minha irmã e o meu cunhado para comprar a televisão para

“Naquela época, não tinha fogão e naquela época queimava barracos por causa de velas e o fogão de jacaré. O fogão de jacaré era um fogão que tinha ou uma boca ou duas bocas, era um bagulho desse tamanho aqui assim, quadrado, eu acho que era querosene que botava dentro dele.”

dar pra minha mãe. Rapaz!, já pensou se aquela varanda caísse de novo na inauguração daquela televisão? É sério! Todo mundo ia lá pra casa para ver essa novela, eu matava aula para ir ver a novela, era uma festa. O forte era a TV Tupi. Me lembro da TV Rio também. Nesse período, a Globo pegou fogo e me lembro que o sinal da Globo era uma merda, o melhor era da TV Tupi.

Os programas de antigamente eram, deixa eu ver, “J. Silvestre”, “Raul Longras”... “Raul Longras”, ele fazia casamento na TV e pra alegria da garotada daqui, teve um camarada da Rua Guanabara que teve um casamento feito assim. Era o ‘Seu’ Patrício, que tocava sanfona. O casamento foi feito lá pros lados lá da televisão. Mas o programa era conhecido e o pessoal sabia que eles iam estar lá. Enfim, tinha pouca gente que tinha televisão aqui e tanto que à transmissão da Apollo 11 – foi em 1969 que o homem foi pra lua, não é? – eu assisti, mas não tinha televisão ainda. Eu vi numa televisão ali na Rua Guanabara, que tinha uma tendinha, e o cara tinha uma televisão e nos dias que tinham as coisas assim, ele botava a televisão para o lado de fora! Era até uma televisão pequena, mas a gente via que era uma beleza.

Então, aí, nós já tínhamos a televisão e o aparelho de som, mas nem geladeira tínhamos lá, por causa da luz que era precária. E fogão? Naquela época, não tinha fogão e naquela época queimava barracos por causa de velas e o fogão de jacaré. O fogão de jacaré era um fogão que tinha ou uma boca ou duas bocas, era um bagulho desse tamanho aqui assim, quadrado, eu acho que era querosene que botava dentro dele. O jacaré era com pavios, só que aquilo ali provocou alguns incêndios, tanto na Nova Holanda, como no Par-

que Maré. Tinha cara que botava vela no chão, na madeira, e é claro que vai queimar, pegar fogo! E já tinha uma tática de apagar fogo aqui na Maré. A tática de apagar fogo era: quando a maré não tava cheia e não tinha água para jogar – porque quando a maré tava cheia, era mole –, mas quando estava baixa, você não tinha como apagar o fogo, então, você tinha que derrubar o barraco, se não, pegava fogo no barraco do lado e derrubava mesmo. Nêgo chegava com foice e derrubava mesmo o barraco pra dentro da maré, porque aí só pegava fogo em um barraco só. Era um corre-corre, derrubava o barraco, mas depois junta todo mundo e começa a fazer um barraco novo.

Voltando aos Carrapatos, da [Igreja] dos Navegantes, eles começaram a formar o grupo aqui, não tinha o Barracão ainda, tinha a casa das irmãs e dos padres lá, e eu via aqueles jovens se reunindo dia de sábado. Quando eu ia pra praia com o pessoal. Aí, eu passava por eles e eles me diziam: “Pô, Edmundo, vai lá!” Aí, um dia um cara veio e me chama pra ir lá pra igreja: “Vai lá, Edmundo, a gente fala de você pra caramba, tu é um cara maneiro, vamos lá!” Aí, eu respondi: “Só vou se aquela freira tiver lá...” A freira era bonita! Sabe que ela se casou com o padre? Ela tinha umas pernas... Mas perdi pro padre! Quando foi um dia, eu fui em um sábado pra lá e aí, papo vai, papo vem e passou uns três meses mais ou menos e eu entrei no núcleo e gostei mesmo da parada. E aí, conheci essa galera que era dos Carrapatos, essa banda que tocava pela Rua Flávia Farnese, tocava aqui na Teixeira Ribeiro. Essa banda era com o Altamiro, que era o cara que tocava o violão, o Zé Maria, que cantava muito, o Gilson, o Valmir, que tocava também. Como eu não sabia cantar, não sabia nada, eu falava e organizava o discurso, mas a gente estava sempre junto. Esse Altamiro, que eu tô falando, é o pai do Dinho. O Dinho, cantor. Para ter ideia de como o cara cantava, ele cantava Eduardo Araújo. Zé Maria cantava pra cacete! Aí, foi onde eu conheci essa galera e vivamos e somos irmãos até hoje. Aí, eu comecei a participar do grupo jovem, aí independente das pernas da irmã!

Aí, eu voltei pra escola pra terminar o ginásio. Aí, eu já era um cara bem social, já trabalhava, bonitinho, carteira assinada já há algum tempo. Aí, teve esse lance da minha irmã ir morar lá e juntou todo mundo e compramos aquele barraco, onde eu moro hoje. Juntou todo mundo ali... Aí, foi quando eu fui morar na Rua Bela, mais ou menos em 1972. E continuei participando da igreja e tal e ajudei a aterrar o Barracão e organizou-se uma quadrilha para as festas juninas para a inauguração do Barracão, mas eu não sabia

o que era quadrilha. Aí, eu fui estudar o folclore, como é que se fazem os nossos adereços e assim, fizemos a primeira festa junina na inauguração do Barracão. As missas também passaram a ser no Barracão. E da festa junina, já começamos a fazer outras coisas com essa turma e ficamos unidos e até hoje nós somos unidos. E eu comecei a fazer a festa na igreja. A matriz seria na Nossa Senhora dos Navegantes, então, a gente fazia eventos aqui e fazia lá e ajudava o pessoal de lá, porque a juventude veio toda pra cá e a velharia ficou lá.

Na época, também teve aqui na Maré o lance dos “Meninos de Deus”, que tinham uma pegada muito forte. Naquela época, se começou a dançar solto e a nossa filosofia era: “Aperte, mas não sacuda!” A gente gostava de ir pra bailes pra dançar “melacueca” mesmo... E a juventude veio pra dentro da igreja e então, a igreja cresceu muito e nós estamos seguindo o Barracão, ajeitando e fazendo festas no Barracão. E a gente fazia teatro, a gente participava, os meninos eram chamados para fazer bailes em outros lugares, inclusive. Nesse período, nós [o grupo Carrapatos] fomos nos apresentar em um programa na TV Tupi. E tinha um jurado, o José Messias. E a gente foi lá com a banda, pra se apresentar no programa. Nós cantamos, demos entrevistas sobre o nosso trabalho, que era dentro de comunidade, que a gente fazia isso, isso, isso. Eu lembro que ele falou com a gentileza dele, o Zé Messias mesmo falou pra gente: “Realmente o trabalho de vocês é pequeno, tudo bem, mas todo mundo começa pequeno e tal, mas esperem para uma próxima vez...” Quer dizer, até isso a banda fez aqui dentro da igreja.

E não tinha aquela missa de manhã na TV Globo? Eu fui nela quase três anos direto: eu pegava um grupo aqui e ia pra missa lá e tal. Era legal. Naquela época, a gente captava os jovens nas ruas e a gente dizia: “Vamos nos passeios com a banda!” E a gente ia pra Piratininga, a gente fazia excursão com o grupo da igreja, ia pro Cristo Redentor a pé! Juntava a galera e ia para o Cristo a pé daqui, da Maré. Na boa, tranquilos, *show* de bola, é muito melhor do que tu ir de carro ou qualquer coisa!

E eu acabei o meu ginásio e parei de estudar de novo. E foi nesse período que eu comecei a namorar. Minha mulher morava na Baixa. Aí, a gente começou a namorar, namorar e fomos namorando e depois ficamos noivos em 1975 e começamos a nos preparar pra casar. E quando eu casei e fui morar fora da favela, eu morei um ano em Belford Roxo. Casei em 1976 e voltei em 1977.

Esqueci de falar uma coisa legal, que eu considero uma das coisas muito

“[...] quando a maré enchia, o cara pegava um caminhão de terra e jogava na porta dele. Mas eles botavam cimento na porta dele pra água não entrar, mas depois entrava por trás, poxa! O cara, em vez de aterrar o barraco, ele aterrava a frente pra água não entrar.”

interessantes aqui na Maré: é relacionado às obras de saneamento do esgoto. Foi a primeira vez que eu vi a favela – a não ser para apagar incêndio – fazer um trabalho comunitário, um trabalho comunitário do cacete! Foi na Rua Bela. A Rua Bela juntou todo mundo, eu já morava lá, e acho que, se eu não me engano, foi a segunda casa de tijolo que foi feita na rua. A primeira da rua foi a casa que minha irmã mora. Acho que foi em 1971, 1972. Nesses dois anos, a gente fez na rua o saneamento do esgoto. Podia chover canivete que não entupia e a gente se juntou na rua... Depois que eu fui saber que um tal de ‘Seu’ Zezinho, que morava ali, arrumava betoneiras da Ponte Rio-Niterói. Estavam fazendo a obra lá. É um tipo de cimento que, jogando na água, ele seca e tem um período certo pra ser usado. Aquela tecnologia lá é alemã e no Brasil não usavam daquilo. Mas aí, o que acontecia? Perdiam muito cimento, muito concreto e se não fosse jogado para aqueles equipamentos, eles perdiam a validade, era uma questão de minutos. Como no Brasil tem jeito pra tudo, a gente foi negociar aquele troço. E o ‘Seu’ Zezinho tinha um contato, foi lá, conversou com todo mundo. Só sei que o pessoal juntava um dinheiro e trazia a parada de madrugada e se alguém chegasse na rua, era todo mundo, era criança, todos ajudando. Só não podia estar descalço, tinha que se preparar com tênis, o que fosse. Tênis não, era “Conga”! Ou então tênis “Kichute”, não tinha isso de Nike... Que Nike, o quê? Tinha que botar um calçado direitinho, porque aquilo queimava mesmo. Assim, nós aterramos a rua até o final... Foi fazendo isso, fazendo, e eu acho que em um ano e no iní-

cio do outro ano, a gente conseguiu aterrar a rua até o final, e o troço ficou joia. Isso foi em 1971 pra 1972, não era casado ainda, não. Sabe porque me lembro que foi nesse ano? Porque a ponte foi inaugurada em 1973. Mas foi um grande movimento comunitário e a rua ficou beleza, até melhor do que tá agora. Era concreto mesmo, um cimento lisinho, mas era favela e, depois, era cada um é por si, não é mesmo?

Quando a maré enchia – tinham muitos barracos ali por dentro e que não eram aterrados –, e quando a maré enchia, o cara pegava um caminhão de terra e jogava na porta dele. Mas eles botavam cimento na porta dele pra água não entrar, mas depois entrava por trás, poxa! O cara, em vez de aterrar o barraco, ele aterrava a frente pra água não entrar. A gente comprava as coisas, pagávamos, cobrávamos do pessoal. E eu queria fazer. E uma coisa que eu nunca tive na minha vida foi dizer, apesar de viver muito fora da comunidade: “Tu mora aonde?” Eu não dizia: “Eu moro em Bonsucesso”. Eu dizia: “Eu moro na Maré, Maré. Eu moro na Maré”. “Maré é aonde?” E eu dizia: “A Maré mesmo. Sabe onde é o Bob’s da Avenida Brasil, você conhece?” “Conheço.” “O Bob’s da Avenida Brasil, eu moro ali.” “Mas ali é Nova Holanda, o aterro da Nova Holanda.” “Ali tem um lugar chamado Maré, eu moro ali.” E quando eu morava na palafita, se me diziam: “Ah, então vamos lá na tua casa?”, “Tá maluco, rapaz, quer morrer afogado lá?” Eu sempre falei e sempre defendi uma coisa que é Maré: Maré é Maré, Baixa do Sapateiro é Baixa do Sapateiro, Nova Holanda é Nova Holanda, Parque Proletário da Maré é Parque Proletário da Maré, sempre! Pode perguntar pra minha filha, que, quando ela era pequeninha, ela já sabia dizer o endereço dela todo e era na Maré.

Então, sobre o lance da Associação de Moradores, quando eu cheguei aqui, já tinha a Associação de Moradores. Em 1988, me chamaram pra ser candidato a presidente da Associação Parque Maré e eu fui lá e disse que eu seria o candidato, se acontecesse dessa e dessa maneira... Porque eu já sabia: “Vamos colocar a comunidade para votar? O cara mora aqui? Tem conta de luz? Então, ele vota e não vota, se ele não quiser”. Mas o pessoal antigo... Teve um dia que eu fechei a Teixeira Ribeiro e disseram que tinham mais de mil pessoas na Rua Teixeira Ribeiro, numa quarta-feira de noite e fizemos um “showmício” lá. Obviamente para falar que eu queria ser presidente e eu disse: “Me chamaram por causa disso, disso e disso, porque Zé Careca tá lá há 30 anos lá e nunca fez nada e eu tenho isso e isso pra fazer e tal e tal”. Aí, me mandaram descer do palco e tudo! Aí, eu falei: “Não vou descer! Não querem

escutar a verdade, não é?!” Veio o próprio Carlinhos, que é meu amigo, o Zé Careca também é meu amigo, mas eles tinham que escutar por que eu estava lá. Tinha um propósito de eu estar ali. Aí, eu sei que acabou péssimo e não ganhamos as eleições. Foi a primeira vez que a Associação teve uma eleição, que botamos uma eleição na rua e chamamos a comunidade pra votar.

Aí, vim para a Nova Holanda na Chapa Rosa, da Eliana, e aí, tinha Maurílio, o Ernani, essa turma toda que a gente andava muito, Josivan, que tinha um movimento da Sintuferj (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ) da UFRJ, que eu ajudava... Aí, começamos com papo de políticas pra lá e pra cá e começamos um relacionamento disso aí e aí, passou a não ter mais nada a ver com a Associação. E começou um movimento muito forte que a gente já fazia lá pra trás, em 1982, na época do Brizola, e a gente tinha mais ou menos um contato político com o pessoal do PT e tal.

Aí, foi quando começou uma situação na Maré que só aconteceu na Nova Holanda: a ascendência da Eliana dentro da política e depois dentro da Associação. E foi quem botou a Nova Holanda em evidência e, por sua vez, a Maré em evidência. Foi quando a Maré começou a ter evidência com projetos dentro de comunidade, porque antes da Associação, existia a Fundação Leão XIII, que tinha trabalhos dentro de comunidades. E ela começou a trazer projetos pra dentro da comunidade.

Aí, em 1993, vieram com o mesmo papo comigo. Aí, me botaram, quase à força, para ser candidato e eu fui ser candidato de novo no Parque Maré. Porque, mesmo em 1993, eu entrei na Ação da Cidadania, aquele lance do Betinho, que começou em 1992, com um movimento e eu achei uma parada legal: você tá dentro da comunidade, servindo à comunidade, você tá ali. E não é lá no Nordeste, onde tem gente passando fome, porque aqui do lado tem gente passando fome também. Aquilo me interessou muito, porque não rolava dinheiro. Aí, comecei a participar do movimento da Ação da Cidadania e eu cheguei a distribuir 1.300 cestas básicas. Aí, me chamaram para ser candidato da Associação de novo e eu: “Ih, não vai dar certo!” Os problemas que havia, o poder, já mandavam em tudo aqui na Maré também. Eu dizia que eu tinha quase 50 anos de Maré e me diz uma coisa que a Associação do Parque Maré fez? A Nova Holanda ainda fez alguma coisa, projetos de crianças, de estudos, foi a Nova Holanda que fez. Não tem um projeto da Maré que foi feito pra comunidade. O posto de saúde não foi, foi a prefeitura que botou. Eu fiz um bocado de coisa aqui na comunidade e a comunidade

em si, os órgãos que poderiam ajudar a comunidade, não fizeram até hoje.

Enfim, aqui era uma festa... E a Rua Bela, pode ter certeza, é a rua campeã de festas. Vocês precisavam ver o casamento da minha outra irmã! A festa foi na rua, festa com chope. Como a casa só tinha o primeiro andar, ainda estava em construção, ainda não tinha laje, não tinha nada, e a minha irmã cismou em casar naquele período, a gente fez o casamento assim mesmo. Mas não tinha espaço para fazer festa, então, fizemos na rua. E quem tomou conta do chope? O Memé, que não tinha sido convidado, mas: “Quer vir? Então, toma conta do chope...” E a festa foi até de manhã... Foi uma festa do cacete e foi em 1978 ou 1979. Mas a rua tinha festa toda semana e mais parecia um salão de festas!



CONSIDERAÇÕES FINAIS

FOTO // Jornal Correio da Manhã (17/08/1969) – Arquivo Nacional



MEMÓRIAS E IDENTIDADE

Revisitar o passado, reconstruí-lo e narrar as experiências advindas desse exercício é fundamental para a formação das identidades. Assim, sempre que evocamos nossas lembranças, estamos executando uma ação única e singular que nos afirma como seres também únicos e singulares.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que nenhuma pessoa recorda ou evoca os fatos passados da mesma maneira. Cada um cria suas recordações de modo diferente e as emoções e sentimentos construídos a partir daí também são exclusivos. No entanto, é possível compartilhar memórias e sentimentos com outros. Pois o que chamamos de “nossas memórias”, ou recordações, são na verdade forjadas na presença de outros e com ajuda deles, mesmo que isso seja feito em tempo e espaços distintos (HALBWACHS, 2006). Nossas memórias são moldadas a partir da intervenção/interação com nossos vizinhos, parentes, amigos e, mesmo, inimigos.

Todavia, o ato de rememorar não se exerce sem algum esforço deliberado e calculado. Como afirmava Ecléa Bosi (2005), a memória “não é sonho, mas trabalho”. Foi exatamente esse trabalho que pretendemos levar a cabo com a pesquisa sobre a história do Morro do Timbau e do Parque Maré. Além de registrar a memória dos moradores da Maré, pudemos perceber, a partir de seus depoimentos, a estruturação de identidades individuais e a formação de identidades coletivas.

Assim, concordando com Le Goff (1994), acreditamos ser a memória um dos componentes mais importantes do que chamamos de identidade. Aquela é o material privilegiado desta. Memória e identidade caminham juntas e se fazem e refazem mutuamente. Elas nos formam e nos afirmam como sujeitos históricos e como indivíduos pertencentes à determinada conformação social e cultural no tempo e no espaço.

A memória organiza o passado e este, recriado – pois já não existe em sua materialidade e nunca mais será revivido tal qual se deu no tempo –, dá sentido ao que cada um afirma ser no presente. Assim, mais do que apenas recordações dispersas e longínquas, a memória tem uma função fundamental: ela define em grande medida o que somos no presente, é refeita a partir das vicissitudes e necessidades desse presente. Suas falhas, omissões, esquecimentos, bem como as lembranças que carrega são formadoras de identidades.

Nesse sentido, quando pensamos em identidade, nos aproximamos, em primeiro lugar, do que Zygmunt Bauman (2005) afirma: elas são construídas. Por isso, acreditamos que as identidades são processos de construção de significados em que cada pessoa ou grupo de pessoas cria para si ou assume, de uma maneira ou de outra, os significados que lhes são impostos. Podem assim assumir os significados que outras pessoas ou grupos criam para identificá-las com determinadas representações. Certamente, tais escolhas não são simples e muito menos deliberadamente racionais, ou ainda, isentas de contradições e conflitos.

Por outro lado, como bem aponta Stuart Hall (2004), identidades também servem para definir e demarcar diferenças entre os indivíduos e grupos. São elas que criam e/ou são criadas pelas comunidades – maiores ou menores –, que reforçam as identificações com determinados símbolos e marcas sociais – o que, por seu turno, permite a sobrevivência e a alimentação recíproca das formas de identificação entre os iguais e a delimitação de fronteiras com os desiguais.

Obviamente, as negociações e disputas em torno da construção das identidades têm a ver com as lutas por recursos materiais, simbólicos e pelo próprio poder entre os grupos e classes sociais. Podemos perceber tais movimentos quando analisamos um pouco mais detidamente os relatos sobre as memórias dos moradores do Morro do Timbau e do Parque Maré.

Ao resgatarmos, por exemplo, o que jornais da época estamparam em suas matérias sobre as favelas que formam a Maré, ficam evidentes determinadas visões sobre as pessoas que construíram esses espaços. Fica claro que, ao olharem para as favelas, muitos jornalistas exprimiam seus preconceitos e estereótipos – isso ainda hoje é verdade –, como ocorre com a reportagem do jornal *Diário da Noite* de 1936, apresentada no capítulo dois. Nela, há uma notícia que descreve o assalto ao cargueiro Karsawiai. A investigação posterior da polícia descobre que os ladrões se escondiam “em uma caverna de Ali Babá” no Morro do Timbau. Fica clara a associação com o exótico, o perigoso e a ideia de que aquele lugar “distante” é um esconderijo e abrigo de marginais.

“Outra marca importante

é o fato de todos serem migrantes. Carregam consigo experiências de outras terras, outras microculturas. A maioria é atraída à cidade do Rio de Janeiro pela promessa de uma vida melhor e mais digna e quando aqui chegam, se deparam com realidades bem diferentes e com a dureza de ter que começar a vida praticamente do zero.”

Esse mesmo lugar, que serve de “esconderijo” para a “quadrilha de Ali Babá”, é visto de outra maneira pelas pessoas que lá habitam e o constroem. É o caso, por exemplo, de ‘Dona’ Orosina, quando afirma ver ali um “paraíso”. Assim, esse contraponto é feito a partir das histórias narradas aqui e se dá a partir de uma perspectiva inteiramente diferente da apresentada pelos cronistas e jornalistas.

Assim, todos os moradores, sem exceção, ao apresentarem suas trajetórias de vida, começam por histórias de infâncias muito difíceis, atravessadas pelas desigualdades sociais e pela falta de oportunidades. Percebe-se que essa é uma marca identitária que os acompanha para sempre e que molda muito das personalidades e define os caminhos percorridos ao longo de suas vidas.

Como caso emblemático, temos a história de ‘Dona’ Maria Luiza, que, após o falecimento de sua mãe, com oito anos, foi entregue a uma família que a obrigava a fazer trabalhos domésticos pesados, tratando-a, como ela mesma diz, “como uma escrava”. Sua história nos apresenta a permanência de relações sociais anacrônicas e perversas engendradas dentro de um contexto de exploração e submissão. Contudo, a história de ‘Dona’ Maria Luiza também apresenta a tenacidade, a disposição para recriar seus caminhos e buscar novas oportunidades. Isso vai contra o que muito se tem afirmado, pelo senso comum, de que os pobres e moradores de favelas são “acomodados” com o destino que lhes foi imposto.

Outra marca importante é o fato de todos serem migrantes. Carregam consigo experiências de outras terras, outras microculturas. A maioria é atraída à cidade do Rio de Janeiro pela promessa de uma vida melhor e mais digna e quando aqui chegam, se deparam com realidades bem diferentes e com a dureza de ter que começar a vida praticamente do zero. A “terra das oportunidades” precisa ser conquistada com disciplina e com muita força de vontade.

Casos como o do ‘Seu’ Bento Alves ilustram bem essa ideia. Ele chegou à cidade depois de 18 dias de viagem e foi parar no “Aeroporto de São Cristóvão” – como ele chamou o primeiro lugar onde chegou na cidade –, destino de parte dos nordestinos que, como ele, vinha em busca de emprego e de uma vida melhor. O ‘Seu’ Alves nos relata que, quando chegou ao Rio de Janeiro, trabalhou durante 17 horas por dia em dois empregos para sobreviver. Mais tarde, ainda arrumou outros empregos em que podia trabalhar por conta própria. Com essas iniciativas, pôde montar um pequeno negócio numa das ruas mais movimentadas da Maré.

É interessante como ele narra sua história sem mágoas ou sem traços de arrependimento pelo tempo em que cumpriu uma jornada estafante de trabalho e privações de toda ordem. Pelo contrário, é com orgulho que contou aos nossos pesquisadores o que teve de enfrentar e de que maneira fez para superar as adversidades e criar soluções para seus problemas. Sua história, no entanto, como a dos outros entrevistados, é um exemplo contundente de como os brasileiros pobres acabam tendo que se submeter a relações de exploração e desigualdade.

Por outro lado, é possível também perceber, a partir dos depoimentos, que podemos verificar que a Maré aparece às pessoas que a criaram como um lugar em que foi possível construir a vida e criar os filhos, apesar de todas as dificuldades. Fica claro ainda o espírito de colaboração e partilha entre os primeiros moradores. Traços que ainda hoje permanecem presentes nas comunidades da Maré e constituem uma das características da identidade local.

É preciso resgatar ainda a tenacidade com que os primeiros moradores se defenderam e usaram as mais variadas estratégias para permanecerem em suas casas. Mais uma vez, pudemos ver, através dos depoimentos e dos jornais da época, como eles se organizaram para enfrentar o poder do Exército e a própria especulação imobiliária que tentava controlá-los ou expulsá-los.

Uma última observação se faz necessária: nossos entrevistados não se referem ao lugar em que vivem como “Maré”. Muito raramente o nome – e o conceito –, que hoje define o que chamamos de Maré, aparece nas memórias. Isso

aparece de forma marcante, por exemplo, no depoimento do ‘Seu’ Edmundo. Tal fato pode ser explicado ao observarmos que a Maré, como bairro, só é criada legalmente – por decreto da prefeitura, é bom que se diga – mais de 60 anos depois das primeiras pessoas terem chegado para construir os primeiros barracos.

Assim, ainda hoje, muitos moradores se referem à sua favela especificamente – “comunidade” para muitos – e não se remetem à ideia de Maré, como um todo. Só mais recentemente, com a criação de novos movimentos políticos internos, com a aproximação entre as associações de moradores, o surgimento de novas lideranças e com a atuação de algumas instituições locais é que o conceito de “conjunto” de favelas da Maré ganhou força e pôde ser usado para unificar as lutas por melhores condições de vida.

Por fim, é preciso prestar uma homenagem às pessoas que deixaram aqui seus depoimentos. São justamente essas pessoas que se encontraram para, juntas e com grandes dificuldades, realizarem a obra de construir suas casas sozinhas, sem ajuda do Estado ou da sociedade. São elas que, unidas, enfrentaram e enfrentam a pobreza, a falta de apoio e as diversas formas de violência para permanecerem em seus “chãos”. São suas histórias que dignificam e tornam únicos espaços como a Maré e, ao mesmo tempo, os tornam fundamentais para a cidade.



BIOGRAFIA DOS PESQUISADORES

PAULA RIBEIRO

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense com Mestrado e Doutorado em História Social pela PUC/SP. Professora e pesquisadora vinculada à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. Coordenou o projeto de pesquisa “Esse morro tem história: a memória do Morro dos Prazeres”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação/RJ em parceria com o Museu da Pessoa. Coordenadora do Setor de História Oral do Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM).

MARCELO CASTRO E SILVA BELFORT

Graduado e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Pós graduado com especialização em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO; docente em História pelas redes públicas estadual e municipal do Rio de Janeiro; ex-morador da antiga favela carioca da Praia do Pinto, removida pelo governo de Carlos Lacerda; ex-morador e ainda com fortes vínculos familiares e afetivos com a favela de Nova Holanda na Maré. Possui um histórico de militância na Maré, que inclui grupos culturais, Associação de Moradores de Nova Holanda, direção de colégio, e, atualmente, o Núcleo de Memória da Maré (NUMIM), na REDES.

EDSON DINIZ

Graduado e licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutorando do curso de Sociologia da Educação também pela PUC-Rio. Foi professor de História das redes de ensino privada e estadual no Rio de Janeiro e professor da rede municipal de Nilópolis. Ajudou a implementar o Laboratório Didático de Química da UFRJ, onde desenvolve trabalho com professores e estudantes da rede pública de educação do Rio de Janeiro. Fundador da REDES da Maré e coordenador geral do Núcleo de Memória da Maré (NUMIM).

ALINE ALMEIDA DE LIMA // 22 ANOS

SERVIÇO SOCIAL- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sou moradora do Parque Maré. Imagino que a origem da formação das favelas do Rio de Janeiro esteja intimamente ligada à chegada de retirantes nordestinos que, fugindo da seca e da falta de oportunidades, vieram para as grandes metrópoles tentar uma vida melhor. Com minha família não foi diferente. Meus pais são oriundos do estado do Rio Grande do Norte. Minha mãe era dona de casa, meu pai era vigilante e, nas horas vagas, pescador da Ilha do Fundão. Com o tempo, minha mãe decidiu trabalhar para ajudar nas despesas domésticas, até porque a família estava crescendo.

Éramos um total de sete pessoas na casa: eu, meus pais e quatro irmãos. A minha infância foi como a da maioria das crianças criadas em comunidades, mas, apesar do pouco que tinham, meus pais não nos deixaram passar por dificuldade. Minha mãe conta que os que sofreram mais foram meus irmãos mais velhos, pois quando eram crianças, moravam em um barraco que enchia quando chovia.

Estudei toda minha vida em escolas públicas perto de casa e depois entrei para o curso pré-vestibular da REDES, o que foi decisivo em minha vida. Essa preparação me ajudou a realizar um sonho, que era entrar para uma faculdade pública. Iniciarei neste ano de 2013 o curso de Serviço Social na UERJ – o que, pra minha família, é uma felicidade, já que sou a primeira dos cinco filhos que cursa uma faculdade. Participando do curso pré-vestibular

e também através de outros pesquisadores, fiquei sabendo do projeto do Núcleo de Memórias e Identidade da Maré e me interessei no ato. Com isso, pude conhecer a riqueza e os detalhes da história da comunidade onde vivo. A luta e a experiência dos moradores mais antigos são fascinantes e emocionantes e pretendo continuar no projeto de memória da Maré para ouvir e poder transmitir mais e mais histórias de luta e superação dessas pessoas guerreiras.

GILSON JORGE // 30 ANOS

CIÊNCIAS SOCIAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Eu me chamo Gilson da Silveira Jorge, tenho 30 anos completos no dia 11 de julho de 2012. Tenho esse mesmo tempo de Maré e estou me formando em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Fui convidado para participar do Núcleo de Memória por amigos que já faziam parte da equipe. Trabalhar no Núcleo foi uma experiência rica e emocionante, sobretudo ao me reconhecer como sujeito dessa história também, uma história que contarei resumidamente nas próximas linhas.

Minha história começa com a chegada da família da minha mãe em Nova Holanda na década de 1970, vinda do Morro Macedo Sobrinho, na Zona Sul da cidade. A parte do meu pai chegou um pouco antes, na mesma década, vinda da favela do Esqueleto (que deu lugar à UERJ, onde estudo atualmente). Meus pais se conheceram durante os passeios que davam pelas ruas da Nova Holanda, minha mãe caiu de amores por aquele cabeludo que vivia envolvido com política e carnaval. Meu pai era mais conhecido que uma nota de dois reais, todos conheciam Francisco José Jorge ou Chiquinho, como era chamado. Ele fez parte da Chapa Rosa ao lado da Eliana Souza e Silva, foi presidente do ainda bloco “Mataram meu gato”, administrava uma gráfica dentro da favela e, nas horas de folga, era figura fácil em qualquer bar da comunidade. Minha mãe só podia tentar acompanhar esse ritmo intenso, mas ela sempre trabalhou fora, uma exigência de mulher moderna que era. No ano de 1991, meu pai faleceu, minha mãe demorou alguns anos para voltar a sorrir e houve muita tristeza na comunidade nesse dia – o que dá a dimensão do quanto ele era querido. Mesmo com a ausência do meu pai, nunca faltou nada para mim e minha irmã, minha mãe sempre trabalhou para que pudéssemos nos dedicar integralmente aos estudos. Aos 18 anos, ingressei na Força Aérea Brasileira, onde permaneci até meus 25 anos.

Hoje, faço parte do Núcleo de Memória, com o qual espero contribuir com os conhecimentos adquiridos na universidade e aprender sempre, ouvir e contar histórias sobre o lugar onde cresci e levarei aonde quer que eu vá.

HIGOR ANTÔNIO DA SILVA // 29 ANOS

HISTÓRIA – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mais uma vez, tenho a honra de participar da construção de um trabalho com o NUMIM, do qual me orgulho muito de fazer parte. Somado à experiência adquirida na pesquisa do livro “Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda”, junto com a equipe de pesquisadores, posso com prazer poder cada vez mais entender um pouco do processo de construção da Maré. Em especial, da parte de onde sou, onde nasci, cresci e até o presente momento moro, chamada de Parque Maré.

Assim, foi gratificante fazer uma pesquisa que me permitiu saber um pouco do processo de formação e entender, entre outras coisas, as razões pelas quais minha família veio, razões essas ligadas às pressões da conjuntura social que nossa história apresentava. No entanto, a história não é só da minha família, mas de todas as famílias que, com muito trabalho, foram as principais responsáveis pela existência do que temos hoje.

Além de entender um pouco mais do Parque Maré, do quase nada que imaginava, pude conhecer uma história fascinante de outro espaço muito especial da Maré, o mais antigo, o Morro do Timbau. Isso sem contar o imenso prazer de ter participado das entrevistas com ilustres personagens que, de forma marcante, movimentaram o que podemos chamar de “um processo de organização do espaço”. Devo a eles agradecimentos e o reconhecimento da extrema importância dentro da história da Maré, pois, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas e as negligências do Estado, não desanimaram e com muita luta resistiram.

Como estudante de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mais do que feliz de ter participado de um trabalho de tamanha importância, sinto-me privilegiado por poder participar de um trabalho que se propõe a escrever a minha história. Fazer parte disso foi também ter a oportunidade de trabalhar com pessoas com as quais aprendi muito, tanto como ser humano quanto como um aspirante a profissional da área. Tal troca de experiências é uma aprendizagem que levarei pro resto da minha vida e tenho imenso orgu-

lho de estar com pessoas, como os autores desta obra, a quem agradeço muito pela oportunidade, pela paciência e pelos ensinamentos.

À toda equipe de pesquisadores da qual faço parte: que ainda possamos produzir muito e que esta pesquisa seja ainda apenas um começo.

MARCELO LIMA DOS SANTOS // 27 ANOS

CIÊNCIAS SOCIAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No primeiro livro desta coleção, “Memória e identidade dos moradores da Nova Holanda”, pude com imensa satisfação retratar em poucas linhas a história de Gildete Lima dos Santos e Luiz Rodrigues dos Santos, meus pais. Conto em pequenos parágrafos um pouco de suas trajetórias. Ambos tiveram que deixar suas cidades na Paraíba em busca de uma vida melhor e tais condições fizeram essas duas pessoas desembarcarem no Rio de Janeiro na década de 1950. Eu cresci no conjunto de favelas do Complexo da Maré, mais especificamente no Parque Rubens Vaz.

Em 2011, a REDES de Desenvolvimento da Maré publicou um anúncio de um projeto chamado “Memória e Identidade”, o que muito me interessou, já que se tratava da história do lugar onde cresci. Já cursando Ciências Sociais na Uerj, dirigi-me até a REDES para saber mais sobre o projeto. Uma reunião de seleção foi marcada e nela fui aprovado. O projeto tinha por objetivo formar uma equipe para atuar no campo da pesquisa e resgatar a história de algumas comunidades do Complexo da Maré e iniciamos com o resgate da história e da memória dos antigos moradores da Nova Holanda.

Este segundo livro relata a história do Morro do Timbau e do Parque Maré e nós, pesquisadores, usamos os mesmos métodos de pesquisa que foram usados no primeiro livro, ou seja, recolhemos depoimentos orais com um roteiro pautado na história de vida dos antigos moradores dessas comunidades. Contadas de forma singular, é possível voltar no tempo e acompanhar o depoente numa incrível jornada de luta e resistência. Meu trabalho no Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM) tem por objetivo entrevistar alguns moradores e assim recuperar informações que retratem não só aspectos de suas histórias de vida como também a memória e história do Timbau e do Parque Maré. Além das entrevistas orais, nosso trabalho compreendeu também pesquisas nos periódicos da Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Geral da Cidade. Os depoimentos concedidos por esses

moradores trazem-nos um passado marcado por muitas conquistas, além das histórias magníficas de superação, que nos deixaram grandes legados.

Minha entrada na universidade ampliou significativamente um dos trilhos da vida que considero ser muito importante: o trilho da profissão. A universidade tem um papel importantíssimo nessa construção, pois nos equipa de instrumentos significativos para montar pouco a pouco o trilho por onde deslizará a vida profissional. A oportunidade de atuar no campo da pesquisa tem me dado enorme experiência e, sobretudo, um vasto conhecimento da história das comunidades que fazem parte do grande Complexo da Maré. Nosso trabalho, em conjunto com os moradores, nossos entrevistados, é de acender o que há tempos vem sendo apagado: a nossa história.

Dessa forma, registro aqui meus agradecimentos à REDES pela oportunidade de fazer parte dessa equipe, aos colegas do NUMIM, aos depoentes, que contribuíram com suas histórias de vida, aos meus pais, que tanto fizeram por mim em meio às dificuldades, e a um amigo, professor e incentivador, Jader de Medeiros Britto.

RAFAELA CARVALHO // 18 ANOS

Sou Rafaela Silveira de Carvalho, tenho 18 anos e todos eles vividos na Nova Holanda. Sou filha de Regina Maria Silveira de Carvalho e Ronaldo Fernandes de Carvalho. A família da minha mãe veio de Santa Maria Madalena e, chegando ao Rio de Janeiro, foi morar no Morro Macedo sobrinho, onde meus avós (Erotides Borges da Silveira e Gilson Luiz da Silveira) se conheceram, se apaixonaram e se casaram. Em 1966, 'Seu' Gilson veio a falecer, deixando minha avó com seus seis filhos – minha mãe, que na época tinha nove anos, era a mais velha dos filhos e teve que assumir uma responsabilidade grande, muito cedo. Minha avó teve que começar a trabalhar fora, em casa de família, para sustentar a sua família. Devido ao processo de remoção das favelas de Carlos Lacerda, em 1971, eles foram removidos e vieram parar na Nova Holanda.

Meus avós paternos vieram do Nordeste para Duque de Caxias. Eles também tiveram seis filhos e meu pai, por ser o mais velho dentre eles, teve que começar a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da casa, deixando de lado os estudos. Meus pais se conheceram em 1981 através de uma tia dele que morava em frente à casa de minha mãe. Foi amor à primeira vista. Três anos depois, se casaram e tiveram duas filhas: Rosângela Silveira de Carvalho e eu.

Meus pais, com todas as dificuldades, sempre se preocuparam em nos dar o melhor. Minha mãe deixou o trabalho fora para ser dona de casa e se dedicar somente à nossa educação, já que meu pai tinha a função de sustentar a casa. Eles sempre nos criaram para que tivéssemos um estudo melhor que o deles e assim, segundo eles, “ser alguém na vida”. Minha irmã fez o curso pré-vestibular comunitário e ingressou para a UFRJ, enchendo a todos de orgulho, principalmente meu pai e minha mãe, que sempre investiram nisso.

Sempre me identifiquei com questões de identidade e apropriação do local em que vivemos – pelo fato de ter estudado em um colégio federal, onde a maioria dos alunos nunca tinha pisado numa favela e tinha um imenso desdém. Fui alvo de muitos preconceitos, por ser negra, pobre e moradora de favela, mas sempre debati e defendi o local onde moro, me apropriando da minha identidade étnico-racial e favelada. Em 2012, decidi que queria fazer o pré-vestibular da REDES, que me daria base para ingressar na universidade. Através da Redes de Desenvolvimento da Maré e de amigos, que já faziam parte do grupo (Kelly Santos e Gilson Jorge, que também é meu primo), fui apresentada ao Núcleo de Memória e Identidade da Maré, com o qual me identifiquei e de cara me apaixonei pela proposta do projeto.

Sempre tive vontade de realizar algum trabalho desse tipo. Resgatar a identidade e a memória dos moradores da Maré, as pessoas que de fato construíram esse lugar. Ninguém melhor para narrar essa história do que os que a vivenciaram. Entrei para o Núcleo e fui conhecendo e me adaptando ao trabalho realizado e a cada entrevista que fazíamos, era emocionante ver a propriedade com que os entrevistados falavam desse lugar, um orgulho de ter feito parte dessas histórias e mais orgulho ainda de ver que existe alguém disposto a ouvir e publicar em um livro. Felizes de saber que o lugar que eles lutaram para conquistar e construir está sendo valorizado.

KELLY SAN // 22 ANOS

HISTÓRIA DA ARTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Nasci na Nova Holanda. Meu pai passou parte da sua infância na favela Parque Santa Luzia e minha mãe na favela do Esqueleto. Ambos foram para Nova Holanda pelo processo de remoção. Meus avós maternos vieram da Bahia e os paternos, de Pernambuco. Meu pai era o sexto de 12 filhos, mas podemos dizer que eles viviam bem em vista de muitas outras famílias: meu avô,

com seu salário de funcionário público federal, e minha avó, com a sua renda de lavadeira, garantiram o que eu chamaria de “bem-estar” para sua numerosa família. Depois de uma infância sofrida, minha mãe conheceu meu pai em 1982 e decidiu fugir de casa para construir uma família com ele. Eu cheguei para compor essa família em 1990 e meu irmão, em 1999. Minha infância foi cercada de muitos cuidados e cheia de expectativas por parte dos meus pais. Meu pai, principalmente, sempre se preocupou com a minha formação e sempre procurou despertar em mim um olhar crítico sobre as coisas.

Lembro que ainda nova, meu pai e eu conversávamos muito – sobre assuntos que iam desde “O fantástico mundo de Bobby” até política ou bolsa de valores. Meus pais dividiram minha educação da seguinte forma: meu pai faria de mim uma médica e minha mãe me tornaria uma boa dona de casa, mas nenhum dos dois foi bem-sucedido, pois eu estou totalmente voltada para as artes e não sei nem fazer arroz. Sempre tive uma necessidade muito grande de me expressar e essa necessidade me levou a ser muito ativa nos lugares em que passei. Participei do curso preparatório para Ensino Médio, oferecido por uma instituição da Maré, num projeto que consistia em capacitar alunos da oitava série a ingressarem em escolas técnicas e federais do Rio de Janeiro. Lá conheci muitas pessoas que faziam trabalho social na Maré e fui convidada a participar de um projeto do Instituto Promundo, que se chamava “JPEG” (Jovens pela Equidade de Gênero), em que produzíamos vários materiais de conscientização sobre gravidez na adolescência, homossexualidade, protagonismo juvenil, paternidade e maternidade. Quando acabou, eu e mais dois amigos escrevemos um projeto e concorremos a um edital da MTV. E ganhamos. Passamos a coordenar um projeto similar ao JPEG com dez jovens da Nova Holanda. A ideia principal era criar multiplicadores que passassem as informações discutidas nas oficinas para os demais jovens da comunidade. Aos 21 anos, resolvi que deveria investir na minha formação e foi então que procurei a REDES da Maré para fazer o pré-vestibular e assim acabei me envolvendo em várias atividades da instituição. Dentre elas, fui seduzida pelo Núcleo de Memórias que desenvolve um importante projeto de resgate da história da Maré. Fiz vestibular (Enem) e consegui a aprovação para o curso de história da arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN Rio/ Jorge Zahar Editor, 1987.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A precariedade na periferia do capitalismo. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, pp. 47-66, jan.-jun. 2010.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Revista do Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo**. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1994.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COSTA, Renato da Gama Rosa. **Entre 'avenida' e 'rodovia': a história da Avenida Brasil (1906-1954)**. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Tânia Maria; COSTA, Renato Gama Rosa. **Cidades e favelas: territórios em disputa**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

FERREIRA, Álvaro. "Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros". **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales - Serie Documental de Geo Crítica**. Universidad de Barcelona, Barcelona, vol. XIV, n. 828, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Les favelas de Rio de Janeiro: histoire et droit (XIX^e-XX^e siècles)**. Paris: L'Harmattan, 2010.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. **Da luta pelos direitos ao reconhecimento como dever: as ações e o legado da União dos Trabalhadores Favelados**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE JOVENS PESQUISADORES URBANOS, 2., 2011, Lisboa. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, outubro de 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Rachel Gomes de. Contribuição à história da freguesia de Inhaúma: elites, usos e formas de apropriação das terras, relações sociais e econômicas. **Revista História em Reflexão**. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, vol. 5, n. 9, jan.-jun. 2011.

_____. **Direitos e discursos na defesa da propriedade da terra nas primeiras décadas do século XX**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 15., 2012, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012.

LINS, Antônio José Pedral Sampaio. **Loteamentos na periferia do Rio de Janeiro: onde a cidade se dissolve**. PLURIS (Organização conjunta de professores e investigadores portugueses e brasileiros): Faro, Portugal, 2010.

NOBRE, Adolfo Samyn. Cerzindo a rede da memória: estudo sobre a construção de identidade no Bairro da Maré. **Cadernos de Sociomuseologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 33, 2009.

NÓBREGA, Edson Diniz; BELFORT, Marcelo C. e S.; RIBEIRO, Paula *et al.* **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: REDES da Maré, 2012.

OLIVEIRA, Alberto de; RODRIGUES, Adrianno O. A industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Revista Semestre Económico**, vol. 12, n. 24, Medellín, Colômbia, 2009.

PERES, Guilherme. Contribuição à história do subúrbio carioca. **Revista Resenha Digital**. Instituto Histórico e Geográfico Baixada de Irajá, ano 1, n. 2, jan.-mar. 2012.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val dei Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum". In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 103-130.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto-História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, EDUC, n.14, fev.1997, pp. 7-24.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto-História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, EDUC, n.15, abr. 1997, pp. 13-33.

REDES (Redes de Desenvolvimento da Maré). **A Maré que queremos**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/>>.

_____. **Guia de ruas Maré 2012**. Rio de Janeiro: Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas, 2012.

_____. **Censo Maré**. Rio de Janeiro: Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas, 2012

REIS, Marcus Paulo Silva dos. **Operação Praia do Pinto: memória e resistência**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2009.

SANTOS, Perla Cristina da Costa. **Novos atores sociais na mediação favela e cidade: as organizações não governamentais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Eliana Souza. **O movimento comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o pedagógico e o político**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

SILVA, Jaílson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2005.

SILVA, Jaílson de Souza e *et al.* **O que é a favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Habitação popular: a materialização da casa própria no Brasil. **Dimensões: Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**, n. 21, 2008.

SOLIS, Sydney Sérgio F; RIBEIRO, Marcus Venício T. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, jan.-abr. 2003, p. 117-140.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, 2000.

VAZ, Lílian Fessler. **História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

VENTURELLI, Dione da Silva. **As políticas habitacionais em favelas do estado do Rio de Janeiro e a “expulsão branca” de moradores de baixa renda**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.



Este livro não conta a história do Rio de Janeiro a partir das grandes estruturas sociais para chegar a aspectos prosaicos da vida urbana. Ao contrário, parte de experiências locais para colocar em evidência o processo de construção social da cidade. O resultado revela aspectos pouco conhecidos do passado do Rio de Janeiro, afinal, não são muitas as tentativas, como a desta obra, de se contar a história urbana a partir da memória de seus moradores e, mais raro ainda, tratar a história da cidade maravilhosa a partir da história das favelas. Só isso já vale a leitura, pois as favelas cariocas são sempre localizadas no imaginário urbano, mas poucas vezes são tratadas tal como são vividas. Tanto já se escreveu sobre o Rio de Janeiro que parece impossível dizer algo de novo. No entanto, as páginas deste livro demonstram que há muito ainda para interrogar sobre a história carioca.

Prefácio de Paulo Knauss

REALIZAÇÃO:

Núcleo de **memória**
& **identidade** da Maré



REDES
Redes de Desenvolvimento da Maré

PATROCÍNIO:



SECRETARIA
DE CULTURA

SOMANDO FORÇAS